



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EMERSON DOS SANTOS DIAS

**A Maioridade do MST e o Futuro dos
Universitários Sem-Terra**

Londrina
2004

EMERSON DOS SANTOS DIAS

**A Maioridade do MST e o Futuro dos
Universitários Sem-Terra**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bassani

Londrina
2004

COMISSÃO EXAMINDORA

Prof. Dr. Eduardo Judas Barros

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Vivan de Carvalho

Prof. Dr. Paulo Bassani (Orientador)

Londrina, 1º de outubro de 2004.

DEDICATÓRIA

Nunca um movimento social adquiriu tamanha magnitude no Brasil. É a ele que dedico esta pesquisa. Não por concordar totalmente com suas ações, mas apenas por compreender que a mobilização em si apresenta-se como uma “tentativa” de mudar a história e a estrutura social engessada deste país.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Paulo Bassani – orientador e grande companheiro de “luta” durante o desenvolvimento desta dissertação – e aos doutores presentes na banca;

A minha família – Seo Nelson, dona Maria e mano Peterson – que continua unida apesar das voltas que este mundo dá;

Aos amigos que me acompanham de perto e de longe; a Rakelly, que encorajou este pesquisador durante a produção deste trabalho e ainda arranjou tempo para revisar o texto pronto;

A todos os entrevistados, que contribuíram com informações importantes e decisivas para a conclusão desta pesquisa;

Aos colegas de mestrado, de profissão e principalmente a todos aqueles que acreditam serem necessárias mudanças urgentes neste país, mas sem que ele perca a beleza e a graça que tem.

“O que o combate ao crime significa exatamente?
Significa fazer cumprir a lei quando uma mulher rouba para dar de comer
aos filhos, ou significa lutar para descobrir aqueles que,
legalmente, causaram a sua pobreza?”

Alan Moore. *Watchmen* (1992)

DIAS, Emerson dos Santos. **A Maioridade do MST e o Futuro dos Universitários Sem-Terra**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é entender como as influências históricas e sociológicas que permeiam os ideais das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) são repassadas e compreendidas pela nova geração que cresceu amparada por uma pedagogia alternativa dentro da organização, e agora busca conhecimentos técnicos e científicos nas universidades. A história dos movimentos sociais rurais e depoimentos de jovens e lideranças são utilizados como base para a análise deste novo personagem, o universitário sem-terra, que desponta como prova da resistência e da capacidade de reorganização das mobilizações do campo.

Palavras-chave: movimentos sociais do campo, história do Brasil rural, Educação, MST

DIAS, Emerson dos Santos. **The Majority of Landless Organized Group of Brazil (MST) and The Future of Landless College Students**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.

ABSTRACT

The research objectives to comprehend how historic and sociological influences that are part of the ideal of leaderships of Landless Organized Group of Brazil (MST) are sent forth and understood by a new generation which grow up with help of an alternative pedagogy inside the organization, and now looks for technical and scientific knowledge in the universities. The history of rural social movements and interviews by young and leaderships compose the background for analyzing this new character – the landless college student – who emerges as a prove of resistance and capacity for reorganization in the rural mobilizations.

Keywords: Rural Socials Movements, Brazilian Rural History, Education, MST (Landless Organized Group of Brazil)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMP – Centro de Movimentos Populares
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DSC – Doutrina Social Cristã
FAG – Frente Agrária Gaúcha
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITR – Imposto Territorial Rural
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista do Brasil
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UDR – União Democrática Ruralista
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, sediada em Ijuí
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – TERRA E MOVIMENTOS SOCIAIS	32
1.1 O CAMPESINATO E A PROPRIEDADE RURAL	32
1.2 A IDENTIDADE COM A TERRA	47
1.3 RAÍZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS BRASILEIROS	52
1.4 IGREJA NA LUTA PELA TERRA	59
Capítulo II – O MST	67
2.1 INFLUÊNCIAS DIRETAS DO MOVIMENTO SEM-TERRA	67
2.2 MOVIMENTOS CAMPONESES E AS MUDANÇAS POLÍTICAS NO BRASIL	74
2.3 NÚMEROS DESIGUAIS E A MISÉRIA NO CAMPO	79
2.4 MST: UM MOVIMENTO DIFERENCIADO HISTORICAMENTE?	83
2.5 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA	93
CAPÍTULO III – OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MST	96
3.1 PERFIL DA NOVA GERAÇÃO SEM-TERRA	96
3.2 O QUE QUEREM OS UNIVERSITÁRIOS DO MST?	98
3.3 O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS SEM-TERRA NAS UNIVERSIDADES	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE I A HISTÓRIA DO MST POR MEIO DO DISCURSO	137

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida entre julho de 2002 e julho de 2004 visando ao entendimento de como as influências históricas e sociológicas que permeiam o pensamento das lideranças tradicionalistas dos movimentos sociais do campo – aqui especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – são compreendidas pela geração de jovens integrantes que ocupa os bancos escolares de universidades. A dissertação baseia-se na formulação dos referenciais ideológicos do movimento, assim como nas condições históricas que envolveram o grupo e outras mobilizações rurais no passado, em conjunto com as análises dos ideais absorvidos. Este texto também faz observações acerca do processo pedagógico “alternativo” oferecido aos integrantes do MST durante a aprendizagem nos ensinos fundamental e médio (ministrados na sua maioria em escolas rurais) e ainda quanto às influências acumuladas, durante o dia-a-dia da vida acadêmica, pelos universitários sem-terra que conseguiram bolsas para estudar na universidade.

Quando concederam entrevistas (todas gravadas e catalogadas) para esta pesquisa, os seis jovens sem-terra citados no decorrer do texto eram bolsistas da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP – SP), a segunda instituição de ensino superior a abrir vagas específicas para integrantes do MST e a primeira a oferecer bolsas de estudo dentro de um leque de opções diversas para tais alunos. Explicamos: em janeiro de 1998, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, sediada em Ijuí (UNIJUÍ – RS), iniciou a primeira turma de Pedagogia para sem-terra, que abrangia professores de acampamentos e assentamentos de diversos estados do país. No ano seguinte, surgiram as vagas oferecidas pela UNIMEP, exclusivamente para

estudantes sem-terra, nas áreas de Economia, Direito, Contabilidade, História e Filosofia, ampliando depois para outros setores, como Fisioterapia, Pedagogia, Biologia, etc. (ao final da pesquisa eram 10 vagas ofertadas aos sem-terra em cada vestibular, com possibilidade de ampliação para 20, caso a maioria dos cursos escolhidos fosse no período vespertino).

Os cinco primeiros acadêmicos foram ouvidos no campus da própria universidade e não terão os nomes verdadeiros publicados no decorrer do texto, por questões éticas. Optamos por chamá-los com os nomes fictícios de **Marcelo, Maria, Fernanda, Cristiana e Pedro**. O sexto estudante – **João Paulo Rodrigues** – é citado pelo próprio nome por ser liderança já conhecida e pública do MST na época (era o mais jovem coordenador nacional do movimento) e por estar em uma condição *sui generis*: era o único que dividia efetivamente a coordenação do movimento com a tentativa de concluir seus estudos. Com exceção de Rodrigues, que havia trancado temporariamente a matrícula na faculdade (estava no segundo ano de Filosofia quando foi entrevistado), todos estavam cursando faculdade, em diferentes períodos (matutino, vespertino e noturno).

Ao longo da pesquisa, foram ouvidos outros integrantes da Coordenação Nacional do MST – João Pedro Stédile, Gilmar Mauro, Roberto Baggio e José Rainha Júnior – por meio de entrevistas pontuais em eventos nacionais e internacionais envolvendo o movimento, como o 3º Fórum Social Mundial, o 20º Aniversário do MST e o Encontro de Jovens do Campo e da Cidade. Inserimos ainda observações colhidas anos antes, em visitas a assentamentos e acampamentos no Paraná e em São Paulo, porém, sem citação ou análise de entrevistas gravadas fora do período da pesquisa. A coleta de entrevistas com universitários e lideranças serviu para

apoiar as referências bibliográficas acumuladas durante os dois anos de pesquisa - livros, revistas e jornais com material ligado ao MST e também à educação dentro dos movimentos sociais rurais - e ainda para formular questões colocadas a ambos, lideranças e jovens, na tentativa de mapear as referências históricas e sociológicas moldadas durante as mais de duas décadas de atividades do movimento.

Sabemos que o MST já não é o único movimento social rural do Brasil e tampouco o maior grupo mobilizador. Mesmo assim, os sem-terra atingiram o mais alto grau de importância entre os movimentos sociais brasileiros na virada do Século XX para o XXI, exatamente por ter conseguido sobreviver mais de 20 anos lutando, reorganizando-se internamente e ainda atuando em diversas frentes, assumindo várias bandeiras reivindicatórias da sociedade. Destacamos aqui apenas três frentes, por serem complementos pertinentes aos fatores analisados nesta dissertação: 1) apresenta-se nos debates públicos nacionais e até internacionais, englobando ações pela igualdade social, proteção ao meio ambiente, direitos universais do cidadão, entre outros, além de exercer papel fundamental no ressurgimento dos movimentos sociais do campo no Brasil e reforçar mobilizações rurais em outros países, principalmente por meio da Via Campesina Internacional; 2) desenvolve projetos em vários setores – como educação, alimentação, gerenciamento de cooperativas, construção de centros de formação, etc. – na intenção de atuar em outras áreas além do meio rural e também de dominar e aprimorar técnicas de todas as escalas da produção; 3) traz novamente à tona não apenas discussões sobre a importância da Reforma Agrária, mas também explicita claramente a inoperância de diversos setores do Estado (e também da nossa sociedade capitalista), que deixaram de proporcionar (alguns nunca proporcionaram de fato) ao cidadão os direitos básicos previstos na Constituição Federal: moradia,

alimentação, educação, saúde, emprego e o direito aos “espaços públicos” arendtianos (ARENDR, 1992) – seja no campo ou nas cidades – onde possam trabalhar, produzir e garantir vida digna aos familiares.

Sobreviver tantos anos e atingir a “maioridade” citada no título deste trabalho é que faz do MST objeto empírico importante dentro de pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais, especificamente em relação ao segmento dos movimentos sociais e políticas sociais. Isso porque os sem-terra provocam reformulações de pesquisas e teorias de estudiosos que não esperavam ver uma mobilização de origem camponesa ocupar um espaço até então propenso às organizações urbanas, apresentando-se na contramão da estrutura capitalista globalizada.

Contrariando todas as expectativas históricas, o pequeno agricultor sobreviveu à expulsão do campo, à condenação prévia de que seria consumido pela estrutura econômica que o envolvia e atualmente está engrossando a resistência de outras lutas sociais, como as do direito a casa própria, melhor distribuição de renda, qualidade na saúde pública e até mesmo à inserção dos excluídos em instituições de ensino. No caso do MST, temos centenas de jovens utilizando faculdades e universidades¹ como nova via de acesso para o seu desenvolvimento como integrante do grupo. Demos o nome a esta pesquisa de “A Maioridade do MST e o Futuro dos Universitários Sem-Terra” porque procuramos pensar além destes 20 anos de existência do grupo (completados oficialmente em janeiro de 2004), além das ações no campo, além das críticas e elogios feitos pelos mais diversos segmentos da sociedade

¹ De acordo com informações do próprio MST, em janeiro de 2004 eram cerca de 750 estudantes em cursos universitários, sendo 58 deles alunos da Escola Latinoamericana de Medicina em Cuba.

brasileira (para isso, basta perguntar a qualquer pessoa em qualquer lugar do Brasil se conhece ou não os sem-terra. Dificilmente ela dirá que nunca ouviu falar de tal movimento). Nossa pesquisa está embasada em um importante argumento: o nível alcançado pelos estudantes do MST é a prova viva da contramão de vários conceitos históricos e sociológicos levantados até o momento.

Esta pesquisa não pretende criticar posições de certos pesquisadores de linha marxista que muitas vezes colocam o agricultor em segundo plano, tampouco as de estudiosos liberais que vêem a produção agrícola mais como fator importante para o equilíbrio da balança comercial do que necessariamente como um meio de vida socialmente saudável e responsável pelo equilíbrio entre a ocupação rural e urbana, ou ainda como mediadora e controladora das demandas nestes espaços. Especificamente sobre os jovens sem-terra, o que pareceu fluir durante o estudo apresentado foi a surpresa da sociedade brasileira diante de um fato inesperado – no decorrer da história contemporânea – que vem se solidificando nas pesquisas acadêmicas e também nas ruas, noticiários e nas mobilizações nacionais: a expansão contínua do MST.

Para ambientar a pesquisa (e conseqüentemente o leitor) nas atuais condições do país, foi necessário resgatar as condições históricas referenciais para as lideranças, assim como o quadro sócio-político que serviu de pano de fundo para a criação e o desenvolvimento do MST. A dissertação se divide em três capítulos contextualizadores de três óticas básicas: histórica, social e educacional.

Metodologicamente, iniciamos pela escolha e seleção da bibliografia necessária antes de seguirmos para o trabalho de campo, iniciado por meio de contato com universitários, no primeiro semestre de atividades: de julho a dezembro de 2002. Primeiramente buscamos apenas troca de informações (endereços, locais onde

estariam matriculados, etc.), por telefone e mensagens via Internet. A partir do agendamento do primeiro encontro, a conversação foi realizada paralelamente ao levantamento bibliográfico, às primeiras leituras sobre o assunto e também às disciplinas obrigatórias do mestrado. Para efetivar a pesquisa de campo, elaboramos um questionário para entrevistas semi-estruturadas, onde temas amplos formavam as chamadas “perguntas-tronco” (foi pedido para que falassem sobre revolução, organização, Reforma Agrária, política, luta armada, vida urbana, vida rural, cooperativismo, lazer, educação, religiosidade, capitalismo, mídia, família, Brasil, crise mundial, etc.) por sua vez auxiliadas por interferências do pesquisador quando necessárias.

Contamos com a colaboração da Pastoral Universitária, professores e funcionários durante visita às universidades Metodista de Piracicaba (UNIMEP-SP) e de Ijuí (UNIJUÍ-RS), embora nesta última instituição tenhamos optado por não realizar entrevistas oficiais e sim coletar e trocar informações. Tais visitas e deslocamentos foram totalmente bancados pelo pesquisador, que seguiu sua carreira como jornalista paralelamente à pesquisa (portanto, não disponibilizando de bolsa de estudos).

O plano geral de trabalho traçado e seguido contou com: levantamento bibliográfico e leituras sobre a origem dos movimentos sociais rurais, sobre o desenvolvimento do sistema educacional do MST e também sobre os ideais do movimento; busca por números, gráficos e informações atualizados sobre a educação do MST; identificação inicial dos jovens bolsistas sem-terra; participação deste pesquisador em eventos onde estivessem presentes lideranças do MST, fossem eles coordenadores nacionais ou regionais; desenvolvimento de questionário a ser respondido pelos universitários; análise das entrevistas e ambientação das mesmas no

projeto para a obtenção de resultados aqui expostos e a assimilação destes resultados nas considerações finais.

No Capítulo I, traçamos referenciais básicos sobre a percepção da terra como direito do homem sendo substituída aos poucos pela terra como mercadoria. Sendo o tema extenso demais para ser esmiuçado em tão pouco espaço, sintetizamos as leituras feitas mas deixamos muitos autores – que se ocuparam em aprofundar o assunto no decorrer dos anos – disponíveis na bibliografia. Na seqüência foram trazidas ao debate a origem do campesinato nacional e a formação da estrutura agrária brasileira, de longe uma das mais engessadas do planeta, onde 1,7% das pessoas físicas e jurídicas donas de terras (menos de 70 mil proprietários) concentra cerca de 45% dos mais de 420 milhões de hectares cultiváveis do País, enquanto perto de 2,4 milhões de agricultores (que representam 57% dos proprietários de terra no Brasil) cultivam suas lavouras em apenas 6% das terras (pouco mais de 26 milhões de hectares). Também falamos sobre o conceito de movimentos sociais para adentrar a formação das mobilizações dentro de um misto de influências religiosas e revolucionárias. Foi analisando conceitos como “resistência”, por exemplo, que percebemos a expansão dos significados quando ligados a um movimento como o dos sem-terra. Vemos que ele está ligado às raízes messiânicas de Canudos, do Contestado, das Santidades indígenas; ao mesmo tempo em que está inserido na vida dura do sertanejo – seja na seca do agreste, nos seringais da Amazônia ou nas planícies sulistas – e no simples ato de sobreviver às discrepâncias sociais do país.

A partir do Capítulo II, passamos a observar o poder das massas organizadas no Brasil rural que formaram o “pano de fundo” para as discussões sobre a origem e desenvolvimento do MST. São estas mobilizações que deram outra condição

à visão de resistência dos sem-terra, onde o “resistir” torna-se passivo e ativo (“resistir” é suportar, mas também defender-se, agir). Percebemos que isso está impregnado no inconsciente do homem e pode passar – na verdade persistir – de geração para geração. É o que afirma Edward Thompson (1981), autor que reforça a importância da “escolha dos valores” dentro de uma luta social. Também no decorrer do capítulo, tentamos mostrar os contornos culturais do movimento em busca da hegemonia e de ações democráticas, ao mesmo tempo em que impõe seus anseios à sociedade muitas vezes com o uso da força. Mostrando a evolução do MST dentro de um ambiente político-social mutável, percebemos um misto de busca pela conscientização da sociedade com a imposição de condições a esta mesma sociedade. Isto é percebido nas ações ramificadas por diversos setores, entre eles o da Educação.

No Capítulo III passamos a analisar a estrutura do Setor de Educação do MST em meio às demais ações (que ainda convergem para a meta principal: a Reforma Agrária), destacando o alcance máximo – os universitários sem-terra – conseguido parcialmente por meio de uma estrutura didático-pedagógica diferenciada e específica do movimento. São nestas condições que os jovens integrantes do MST se ambientam no que chamaríamos de “sistema paralelo de ensino”. Vê-se que eles entram em contato com os ideais do movimento (e com seus heróis, por assim dizer) e seus referenciais históricos de um modo diferente ao da formação educacional tradicional.

A partir destas análises apareceram perguntas, encadeadas a outras respostas. Uma delas era “por que falar da história do movimento – suas referências, seus precursores, seus fundadores – se o objeto da pesquisa é entender como se processa a formação dos jovens universitários do MST?” Para responder questões

como esta, percebemos que a observação de Martins (1993)² em relação aos índios e camponeses que ele pesquisara serviu perfeitamente para delinear os primeiros passos do nosso estudo: a história mostra que o tempo é diferente para os universitários sem-terra, que há um outro tempo no pensar e no agir dos jovens pesquisados. A formação destes sem-terra não aparenta ser basicamente individualista como na sociedade urbana (onde o aluno faz provas para buscar melhores notas e assim procurar emprego para conseguir dinheiro, realizar o sonho de construir sua casa, ter um carro, etc.), mas um processo de construção da identidade, tal qual a “consciência possível” de Lukacs (2003).

Esta e outras questões sobre os universitários sem-terra são debatidas nas análises das entrevistas e depoimentos apresentados no decorrer do terceiro capítulo. O jovem sem-terra estará pronto para assumir suas funções sociais dentro de um prazo diferente de um jovem urbano comum. E como a formação destes novos integrantes e até mesmo novas lideranças oferece condições para a continuidade do movimento que os acolheu e formou, o MST acaba por contrariar conceitos histórico-sociológicos citados anteriormente, onde pensadores e analistas pregam o fim do espaço agrário ou a absorção do homem do campo pela sociedade moderna como um apêndice do capitalismo. Se antes o MST tinha um caráter meramente religioso (“Terra de Deus, Terra de irmãos”), rebelde (“Reforma Agrária, na lei ou na marra”) e/ou reformista (“MST, agora é pra valer”), atualmente passa a ter um caráter racional (“Por

² Diz Martins: “O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa, o que, aliás, não é nenhuma novidade – antropólogos e sociólogos o têm dito que as populações indígenas e camponesas estão inseridas num tempo cósmico, que é outro tempo. Mas a questão é ver esse tempo na prática. O tempo é outro. O tempo de luta é outro” (MARTINS, 1993, p. 36).

Reforma Agrária, emprego e justiça”), com seus integrantes absorvendo conhecimento científico em instituições de ensino superior pela primeira vez (ver Apêndice I).

Umas das situações que observamos do trabalho fio que, se pela visão de Hobsbawm (1970) seriam interpretados como “rebeldes primitivos” até há pouco tempo (situação muitas vezes presenciada em outros movimentos sociais no último meio século), pouco mais de duas décadas depois os integrantes do MST passaram a racionalizar e a buscar fundamentações, equacionando interesses científicos, ecológicos, jurídicos, sociais, etc., sem esquecer a principal bandeira: a luta pela Reforma Agrária. O Movimento não deixou de ser místico, mas passou a entender cientificamente o meio que garante melhores condições de vida, produção agrícola, estrutura educacional. E isso se reflete na busca pela maturidade e credibilidade junto à sociedade brasileira. Manifestações contra a política econômica do Governo Federal, o apoio aos sem-teto das grandes cidades, protestos por mais empregos nas fábricas e manifestações pela escola pública de qualidade são exemplos das ações desenvolvidas que revelam uma nova postura do movimento: a de ocupar as arenas públicas.

Foi este processo que também tentamos compreender no decorrer da pesquisa, processo este que contou com outros fatores complementares, como a presença deste pesquisador em eventos com o comparecimento massivo dos sem-terra (inclusive encontros da Via Campesina Internacional no 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre), além de visitas a assentamentos, acampamentos e a participação do mesmo em encontros de jovens do campo e da cidade.

Esperamos que as costuras feitas aqui garantam ao leitor um bom estímulo à reflexão sobre o futuro dos jovens sem-terra, do MST e, quem sabe, o futuro do próprio universo rural brasileiro.

INTRODUÇÃO

Entrevistas, registros audiovisuais e busca por material bibliográfico já haviam sido feitos durante a graduação na tentativa de compreender a “máquina” dos sem-terra³. Havia material para desenvolver um trabalho histórico considerável ou até mesmo um estudo de caso – tínhamos depoimentos registrados em áudio e vídeo, assim como pesquisa *in locu* sobre o comportamento dos sem-terra e a compreensão geral sobre o funcionamento orgânico dos grupos (lideranças, setorização das atividades e atuação de profissionais como professores, técnicos agrônomos, etc.) – mas não havia conhecimento necessário para pesquisas aprofundadas sobre um movimento social de tal magnitude.

A escolha pela Sociologia e especificamente pelos Movimentos Sociais e Políticas Sociais (linha de pesquisa que estamos seguindo no Mestrado em Ciências Sociais) tornou-se clara a partir do momento em que foi percebido o quão distante se estava do real “saber” sobre o movimento. Pensávamos – outro engano – que conhecer as raízes históricas seria suficiente para entender o grupo, mas estávamos longe ainda de compreender que as raízes sociológicas do MST poderiam dizer muito mais.

Curiosamente, esta pesquisa utilizou-se da História e da Sociologia, mas também deixou emergir outro setor importante: o da Pedagogia. O aprofundamento

³ Foram acompanhados seis grupos sem-terra – entre acampamentos e assentamentos no Paraná e em São Paulo, mais especificamente na região do Pontal do Paranapanema, sul do estado paulista, durante três anos (1996-1998) e em conjunto com o jornalista Benedito Teles, então co-produtor do projeto que resultou em dois vídeos premiados (ver videografia), sendo um deles o projeto prático do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o bacharelado em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Incluem-se aí visitas ao maior acampamento organizado na

junto às ações e perspectivas do MST impõe a passagem da maioria dos integrantes – e praticamente de todos os mais jovens – pelo setor de Educação. Com a ajuda das análises de autores e pesquisadores que já haviam se debruçado sobre este segmento⁴ foi possível perceber a existência de uma nova “remessa” de integrantes e lideranças, saída das escolas montadas em acampamentos e assentamentos e freqüentando universidades públicas e privadas no Brasil e exterior.

O tema Educação integra qualquer cartilha de movimento social – em maior ou menor grau de importância – e está diretamente ligado à luta de classes desde a história antiga. Acompanhando a evolução da educação em diferentes épocas e em diferentes povos, é possível perceber que as conquistas das classes “inferiores” estão diretamente ligadas à progressiva “popularização” da cultura e do aprendizado.

A afirmação é de Aníbal Ponce (1989, p. 167), que destaca como contraponto o uso negativo da pedagogia, especificamente no que se refere à formulação do sistema educacional por meio do Estado. Segundo o historiador argentino, é a maneira de ensinar que garante a manutenção dos grupos dominantes no poder, desde as civilizações antigas (onde somente a elite tinha acesso à aprendizagem), passando pela Idade Média (educação controlada pela Igreja) até chegar aos dias atuais, onde a estrutura de ensino aparece moldada e reproduzida de cima para baixo. Nem mesmo as principais revoluções mundiais – seja a inglesa, a francesa ou a soviética, entre outras – deixaram de sistematizar a educação dentro dos moldes históricos de dominação.

época, o de Rio Bonito do Iguaçu (sul do PR), onde cerca de 12 mil pessoas ocupavam a fazenda do Grupo Giacomet-Marodin, de 83 mil hectares, em junho de 1996. Ver DIAS e TELES (1998).

⁴ Principalmente Caldart (2000, 1997, 1997a), Gohn (2000), Vendramini (2000) e Morissawa (2001).

As disciplinas apresentadas nas escolas estão impregnadas de informações doutrinadoras, codificadas em simbologismos que subjagam as classes rivais. “Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa senão um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes” (PONCE, 1989, p. 168).

E quando falamos de educação, acabamos estendendo para a formação cultural de um povo, que também pode ser tomada de assalto por dominantes (seja dentro ou fora de uma nação). Lênin (1978) também aponta tal situação, mas não deixa de inserir outra faceta desta questão – a do condicionado - como um dos fatores para a perpetuação de grupos dominantes no poder: é a cultura monopolista do proletariado, que muitas vezes se nega a conhecer e entender o funcionamento do sistema vigente, tornando moroso o processo de mudanças.

“É preciso que não se limitem ao quadro artificialmente restrito da *‘literatura para operários’*, mas que saibam assimilar cada vez melhor a *‘literatura para todos’*. (...) Somente alguns intelectuais (deploráveis) pensam que é suficiente falar ‘aos operários’ da vida da fábrica e repisar aquilo que eles já sabem há muito tempo” (LÊNIN, 1978, p. 32) (grifo do autor).

Tal apontamento reforça visões marxistas sobre o conflito intraclases e extraclases, um retardamento que limita qualquer ação mais radical que pudesse ser executada para mudar o sistema. Já Kautsky (apud LÊNIN, 1978) aponta como saída desta condição perene a reformulação da educação no interior dos movimentos sociais para que ela seja desenvolvida pelos próprios integrantes e não absorvida através do conhecimento científico que chega ao proletariado por meio de intelectuais. Já em 1902, Kautsky, apontava a importância da espontaneidade:

“A consciência socialista de hoje não pode surgir senão à base de um profundo conhecimento científico. (...) Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses: foi do cérebro de certos indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e foram eles que transmitiram aos proletários intelectualmente mais evoluídos, que o introduziram, em seguida, na luta de classe do proletariado onde as condições o permitiram. Assim, pois, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classe do proletariado, e não algo que surgiu espontaneamente.” (KAUTSKY, 1902, apud LÊNIN, 1978 p. 31)

Tais conflitos intraclasses que perpetuariam a dominação de um sistema são identificados por Ponce dentro do sistema pedagógico das escolas públicas, que está sob o controle de um determinado grupo que assume o Estado e a sociedade por um período da história. Neste meio, a elite dominante passa a definir diretrizes e ditar até mesmo os anseios dos jovens durante a formação escolar, na tentativa de garantir a manutenção do poder. “Enquanto a sociedade dividida em classes não desaparecer, a escola continuará sendo uma simples engrenagem dentro do sistema geral de exploração”, afirma (PONCE, 1989, p. 182).

Caldart (2000) também ambienta a educação dentro da luta de classes, mas aponta os ideais e idealizadores que integram os movimentos sociais como “sujeitos educativos”. Assim como Gramsci (1985), a pesquisadora ressalta que a fábrica, o sindicato, o partido político e o próprio movimento social podem ser sujeitos educativos. “Tratar, pois, o movimento social como sujeito educativo significa participar de um debate pedagógico já antigo, mas que, pelos seus próprios fundamentos teóricos, se desdobra em novos componentes e novas reflexões” (CALDART, 2000, p. 202).

Tratando especificamente da padronização pedagógica inserida pelas classes dominantes em solo brasileiro, vemos que ele – o sistema pedagógico – sempre passou por questionamentos, em diferentes épocas. Freire com a sua *Pedagogia do Oprimido* (1983) e Caldart com a *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2000) – entre tantos outros textos exemplares – observam as limitações dos processos educacionais vigentes no Brasil, sugerem mudanças que efetivariam a interação com o meio onde crianças e adultos vivem e ainda insistem que os educadores transportem para as salas de aula as problematizações sociais, políticas e econômicas que compõem a formação do cidadão.

A pesquisa aqui desenvolvida acaba destacando dois fatores diretamente ligados a estas percepções, sendo um positivo e outro negativo. O fator positivo é que mobilizações populares brasileiras estão ganhando corpo num crescente contínuo durante as últimas duas décadas, sejam estes movimentos formados e/ou incentivados por ambientalistas, sem-teto, operários, indigenistas, homossexuais ou sem-terra (tema desta dissertação), ao mesmo tempo em que procuram desenvolver hegemonicamente – como defende Gramsci (1985) – a formação dos envolvidos em projetos sociais e educativos dentro da percepção do “sujeito educativo” de Caldart (ibid.). O lado negativo é que tais ações deixam claro que a atuação do Estado e das classes dominantes sobre os demais integrantes da sociedade ainda está muito aquém das obrigações mínimas com a boa qualidade de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Esta condição funciona como retroalimentação de mobilizações populares, fortalecendo cada vez mais os movimentos sociais.

Tal situação evidencia a urgente necessidade do cidadão se fazer presente nos espaços públicos, debatendo nas arenas onde deve exercer sua

cidadania arendtiana, resgatando a condição intrínseca do homem de fazer política como exercício da liberdade nestes espaços públicos (ARENDDT, 1992) e de garantir os direitos fundamentais que são os de ter (prioritariamente) educação, emprego, moradia, renda, saúde e, aqui em nosso caso, também terra. É preciso questionar os processos econômicos excludentes, assim como faz-se necessário repensar os micro e macro sistemas que controlam a sociedade brasileira, associando-os às metas sociais para garantir o desenvolvimento da nação com uniformidade econômica e social.

Diariamente, recebemos cargas de informações e precisamos estar preparados para compreendê-las. Assim como a sociedade recebe informações díspares sobre safras recordes de alimentos e sobre projetos emergenciais para tentar minimizar a fome⁵, também é bombardeada com dados preocupantes que fazem emergir a real situação do País. O Brasil ficou em 73º na lista do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶, no levantamento de 2003. As crianças brasileiras ficaram em penúltimo lugar entre 41 países em desenvolvimento que tiveram o sistema de ensino avaliado recentemente pela Unesco⁷, evidenciando o descaminho das políticas públicas em relação aos jovens e a marginalização do projeto educacional tido

⁵ Vide o Programa Fome Zero, lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 30 de janeiro de 2003, mesmo mês em que a safra recorde de 123 milhões de toneladas foi divulgada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O Fome Zero consistia em uma política integrada de segurança alimentar para o país, abrangendo geração de emprego, renda mínima, distribuição de alimentos e alfabetização de adultos. O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome foi criado para coordenar o projeto. Um ano depois de lançado, o Fome Zero atuava em 2369 municípios, atendendo (segundo o próprio presidente), mais de um milhão de famílias. A atuação é feita em diversas frentes, criando canais alternativos de comercialização mais barata de alimentos como convênios com supermercados e sacolões, criação de cooperativas de consumo, apoio à agricultura alimentar, incentivo à produção para autoconsumo, combate ao desperdício, aumento de renda através de política de emprego, reforma agrária, programas bolsa-escola e renda mínima.

⁶ O IDH varia de zero (pior) e um (melhor condição) e é usado pela ONU para avaliar as condições sócioeconômicas de 173 nações. Aponta o Brasil como um país em desenvolvimento lento, com 0,757 de índice, ficando atrás da vizinha Argentina (em 34ª com 0,844) e do Chile (38º, com 0,831).

⁷ A pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) avalia o desempenho em três disciplinas (português, matemática e leitura de texto). No levantamento de 2003, o Brasil ficou à frente apenas do Peru.

como “preparatório” para a construção de uma nação tida como democraticamente consolidada e participativa dentre os países em desenvolvimento. No quesito “distribuição de renda”, está entre os piores do continente americano, segundo números do IPEA⁸. Resultado semelhante aponta outra pesquisa divulgada pelo Banco Mundial em outubro de 2003, onde o Brasil liderava o ranking de pior distribuição de renda em 20 países latino-americanos. A faixa dos 10% mais ricos concentra 47,2% da riqueza, enquanto os 10% mais pobres contam com apenas 0,9% da renda nacional.

Como mudar tal condição de um país tão extenso e cheio de peculiaridades geográficas, de costumes diversos e de regiões mais desenvolvidas que outras? Não existe uma única resposta e talvez seja difícil mobilizar tantas dezenas de milhões de brasileiros que vivem neste território de 8,54 milhões de quilômetros quadrados. Mas percebe-se que há grupos interessados em transformar isso, desenvolvendo ao mesmo tempo grandes projetos mobilizadores em âmbito nacional (vide como exemplo a Pastoral da Criança⁹) e transnacional (como o Fórum Social

⁸ O levantamento mais recente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) é de 1999. Naquele ano havia 14,5% das famílias vivendo abaixo da linha de indigência e 34,1% com renda inferior à linha da pobreza no Brasil. Isso corresponde a 22 e 53 milhões de pessoas, respectivamente. Comparado ao ano anterior, houve um “pequeno” aumento de 2,7 milhões de brasileiros nesta faixa (em 1998 havia 21,7 milhões de indigentes e 50,3 milhões de pobres). A renda média dos 10% mais ricos do país é 28 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Nos EUA, por exemplo, a proporção é de 5 vezes; na Argentina, 10 vezes e na Colômbia, 15 vezes.

⁹ Pastoral da Criança: “Começou em 1982, numa reunião da ONU em Genebra, quando o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo, encontrou-se com Mr. James Grant, Diretor Executivo do UNICEF na época. Este o convenceu de que a Igreja poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de doenças facilmente preveníveis como, por exemplo, a desidratação causada pela diarreia. O soro oral era considerado um dos maiores avanços da medicina na época. Voltando ao Brasil, Dom Paulo conversou com sua irmã, a médica pediatra e sanitária Dra. Zilda Arns Neumann, pedindo-lhe que pensasse de que maneira se poderia concretizar essa idéia. Em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades no município de Florestópolis, no Paraná, ao sul do Brasil, desenvolvendo uma metodologia própria que une a fé com a vida e tem como centro a criança, em seu contexto familiar e comunitário. É uma metodologia que forma redes de solidariedade humana para multiplicar conhecimentos, o saber e a fraternidade. Ao fortalecer a rede de voluntários que promove o autodesenvolvimento dos pobres, a Pastoral procura favorecer a própria libertação das famílias, seu

Mundial¹⁰) enquanto criam estruturas descentralizadas para colocarem em prática ações específicas em áreas também específicas. A luta pela Reforma Agrária no Brasil - “renascida” com a criação do MST entre as décadas de 1970 e 80 – é um destes fatores mobilizantes em que não é somente a divisão justa da terra produtiva que está em jogo.

“(…) A reforma agrária interessa na perspectiva de que ela seja portadora de transformações econômicas, sociais e políticas para a sociedade geral. Estas transformações devem visar à solução dos problemas relativos ao trabalho, ao nível de vida, à garantia de um espaço e de canais para participar no poder. Participação esta que, além do direito de produzir, consumir, saber, votar, etc., garanta as condições de gestão do processo produtivo no sentido de defini-lo enquanto fins e formas de produção, de organização dos produtores e da produção, das tecnologias, da pesquisa, etc., acenando para um ‘novo’ modelo de desenvolvimento alternativo e moderno” (GEHLEN, 1988, p. 22).

O MST aparenta conseguir tal abrangência apontada por Gehlen, desenvolvendo subprojetos idealizados gradativamente ao longo dos anos dentro de uma mobilização popular que hoje atua em 23 estados brasileiros. Mas por que tal organização continuou sendo um referencial forte na virada do milênio se o Movimento Sem-Terra já não era – quantitativamente – o maior mobilizador de ações no campo brasileiro? ¹¹

protagonismo na solução de problemas e a capacidade de discutir alternativas de forma harmoniosa e pacífica” (fonte: www.pastoraldacrianca.org.br).

¹⁰ Fórum Social Mundial: criado em 2001 por ONGs e entidades antiglobalização, na tentativa de contrabalançar o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. Nos três primeiros anos foi sediado em Porto Alegre - RS (na 3ª edição sediada na capital gaúcha, participaram mais de 100 mil pessoas), mas em janeiro de 2004 a realização foi em Mumbai, na Índia, onde reuniu 78 mil pessoas de 132 países. A intenção da coordenação do Fórum Social foi alternar, a partir de 2004, encontros no Brasil (sempre em Porto Alegre) e no exterior, discutindo políticas públicas e mobilizações que busquem a igualdade entre nações por meio de projetos que desenvolvam países pobres.

¹¹ Até o final desta pesquisa, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) era quem reunia o maior número de filiados do Brasil. A própria organização define-se como “a maior

A explicação se inicia na própria história do MST, movimento que começou com a luta pela Reforma Agrária, mas que foi desenvolvendo segmentos internos igualmente organizados em sistemas paralelos – educação, formação profissional, cooperativismo, etc. – enquanto atuava lado a lado com outros movimentos sociais do Brasil e do exterior. O MST percebeu dentro destas mobilizações coletivas que a luta não é somente pela terra no campo, mas também pela “terra” na cidade: pelo espaço para a construção de moradias, para a edificação de mais creches, mais escolas, mais microempresas. Percebeu também que é necessário lutar pela obrigatoriedade de vagas na escola, por um ensino gratuito e de qualidade, pelo emprego, pelo salário que consiga absorver compromissos e garantir à família todos os direitos previstos na Constituição Federal. É lutar, enfim, pela cidadania.

“Os movimentos sociais se ampliaram e diversificaram, trazendo para o debate público um amplo leque de temas e questões que traduz uma litigiosidade sempre renovada, recobrando as mais diversas dimensões da vida social: questões relativas às discriminações de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos, passaram a compor (...) uma agenda pública de debates, projetando na esfera política concepções ampliadas de direitos e cidadania que incorporam as exigências de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existências e formas de vida” (PAOLI e TELLES, 2000, p.108).

É claro que ocorreram e ocorrem erros, contratempos e dificuldades dentro de um movimento com tamanha estrutura (segundo a Coordenação do MST, no início de 2004, perto de 2 milhões de pessoas integravam o movimento, sendo 350 mil famílias (cerca de 1,4 milhão de integrantes) já assentadas e outras 150 mil (mais de 600 mil pessoas) vivendo em acampamento). Percebemos desencontros nas declarações dos coordenadores nacionais, vemos ocupações regionais em terras

produtivas e não em latifúndios improdutivos, além de invasões de prédios urbanos e assentamentos viáveis no Sul descompensados pelos problemáticos no Norte e Nordeste. Navarro (1997), que tem se apresentado nos últimos anos como forte crítico do MST, aponta:

“Um rápido exemplo: agricultores sem-terra de enormes áreas do Norte [principalmente no Maranhão e norte do Pará], vivendo historicamente da coleta dos frutos do babaçu, ao serem organizados pelo MST, poderão motivar-se simplesmente pelo acesso às áreas de coleta, crescentemente privatizadas (...). Já os agricultores ligados ao Movimento, no Rio Grande do Sul, encontram-se encurralados pelos processos de abertura comercial gerados pelo Mercosul que, por sua vez, ampliaram notavelmente os requerimentos de desenvolvimento tecnológico, como forma de sobrevivência no negócio. (...) Portanto, um conjunto de reivindicações, ao assumir sua concretude regional, torna as “bandeiras nacionais” ineficazes em prazos maiores, sendo que o MST necessita, com urgência, propor uma agenda nova não apenas de demandas, mas também de ações, que sejam diferenciadas, conforme particularidades de cada região” (NAVARRO, 1997, p. 78).

Nos capítulos que virão, será possível explorar os prós e contras dos ideais sem-terra, mesmo porque este debate tornou-se imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa. Mas citamos Bassani (1989) para apontar a importância da ambientação dos movimentos sociais (e por que não das pesquisas científicas?) dentro do dinamismo da realidade social, sem esquecer as condições históricas e sociológicas – muitas vezes conflituosas – que se amalgamaram durante o período de formação. Especificamente sobre os movimentos sociais rurais, o autor ressalta:

“Definir uma concepção de sua participação revolucionária, reformista ou até mesmo conservadora, além de exigir que se percorra esta trajetória teórica no sentido de identificar os condicionantes estruturais de caráter econômico, social e político do movimento camponês, exige, também, a análise da participação político-ideológica de diferentes grupos interessados na condução de um determinado movimento camponês” (BASSANI, 1989, p. 142).

Como dissemos anteriormente, esta pesquisa é sociológica e não pedagógica, mas acaba transitando pelo tema “Educação”. Isso porque analisa recortes de um movimento social onde tal fator é de suma importância para observador e observado, visando à compreensão sobre como se processa a assimilação dos ideais do MST absorvidos pelos jovens sem-terra que desenvolveram seus estudos em acampamentos e assentamentos, e agora enfrentam dificuldades da vivência em dois “mundos” que ainda é visto erroneamente como separados – o rural e o urbano – onde não somente o sistema de ensino é diferente, mas o comportamento humano e as condições sociais. Pesquisas e análises recentes, como a de Vela (2001), mostram que as mudanças no jovem rural (estamos falando aqui dos filhos de agricultores em geral) são percebidas já durante sua formação social, decorrente da imersão no mundo globalizado em que vivemos.

“O jovem rural tem [atualmente] uma melhor expectativa de vida e, potencialmente, maiores possibilidades de educação, embora, para um grande número deles, a possibilidade de herdar a terra e outros recursos do campo acabou, restando a linha do empreendedorismo ou migrar a outras zonas, geralmente urbanas. Pela relativa maioria de escolaridade e pelo acesso às comunicações e às rápidas mudanças no cotidiano, ser jovem rural, no mundo contemporâneo, é ter idéias diferentes sobre como ocorre a vida e as leis que regem a sociedade. Mudaram as idéias sobre o corpo, a constituição da família, o sentido da obediência e sobre a autoridade. Os argumentos baseados na razão e na explicação tendem a ocupar o lugar das antigas explicações religiosas ou mágicas, sem que estas desapareçam totalmente” (VELA, 2001, p. 36).

Ao colocar este “novo jovem rural” no momento atual da humanidade, vê-se que ele também é pensado dentro dos movimentos sociais. E especificamente no MST, a formação deste novo indivíduo passa necessariamente por uma educação complementar que extrapola o ensino básico ministrado nas escolas tradicionais. Entre

as disciplinas são implementadas idéias e propostas que ambientam o aluno dentro de perspectivas, anseios e objetivos do grupo. Isso porque não basta transmitir as fundamentações da educação tradicional sem explicar ao jovem as diferenças entre a vida no campo e na cidade, percebido por ele mesmo durante a formação escolar. Especificamente entre os adolescentes do MST, a disparidade entre a “sala de aula” de um acampamento ou assentamento rural e a de uma escola urbana é ainda mais gritante e perceptível. Crescer sem usar uniformes do colégio, não ter dinheiro para comprar material escolar “moderno e colorido” ou simplesmente não poder voltar para uma “casa” ao final da aula – porque não há um lar construído dentro das perspectivas da ordem capitalista moderna – são situações que mexem com o imaginário dos “sem-terrinha”¹² e demais adolescentes do grupo.

A preocupação com os choques culturais enfrentados pelas crianças já havia sido exposta pelos primeiros professores do movimento no início dos anos de 1980, fase de gestação do MST. Foram os mesmos que formaram o Setor de Educação, agrupando conhecimento para desenvolver uma aprendizagem alternativa que tentasse informar e formar o jovem sem-terra. Mas como compreender esta aprendizagem, embasados em um processo histórico permeado por conflitos, desavenças, repressões, crises internas e choques culturais com o moderno, o urbano e o mundo globalizado? Esperamos que, ao tentar buscar respostas no decorrer da pesquisa, tenhamos sinalizado caminhos dentro do “mapa das mobilizações sociais” do campo que objetivam não somente a luta pela Reforma Agrária e pela melhor qualidade da vida rural, mas principalmente o direito a ter direitos e a necessidade de provocar mudanças em uma nação ainda atada às desigualdades sociais e à estagnação, mas que começa a esboçar pequenos – e grandes – movimentos.

¹² Expressão criada pelos próprios jovens durante o 1º Encontro das Crianças Sem-Terra em São Paulo, em 1997. Fonte: RAMOS, Márcia Mara. **Sem Terrinha, Semente de Esperança**. 1999. Monografia (Magistério) – Escola Josué de Castro, Veranópolis.

CAPÍTULO I - TERRA E MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1 O CAMPESINATO E A PROPRIEDADE RURAL

Para compreender as mobilizações rurais é preciso inserir conformações folclóricas e resgates históricos, contextos sociais e políticos, além de compreender o relacionamento entre o homem e a terra, observar a ligação direta com a religiosidade e visualizar a convivência entre “vizinhos” e familiares como um misto das concepções durkheimianas de relações sociais – onde se “pressupõe que dois seres dependem mutuamente um do outro porque ambos são incompletos e ele [o relacionamento social] nada mais faz que exteriorizar essa dependência mútua” (DURKHEIM, 1990, p. 64), seja dentro ou fora do trabalho – com fatores considerados agregadores pelos camponeses em regiões (inicialmente) pouco afetadas pelo Estado.

Max Weber, que sempre questionou a linearidade histórica (onde um período refletiria o anterior e pré-configuraria o período seguinte), encontrou dificuldades ao estudar o relacionamento das pessoas do campo e o domínio das terras entre os povos antigos. O resultado destas pesquisas, segundo Cohn (1989), foi a primeira publicação de Weber: *A história agrária de Roma e sua importância para o Direito Público e Privado* (1891). Ao retomar o tema posteriormente, publicando as *Condições agrárias da Antigüidade*, Weber percebeu que a questão agrária de dois períodos distintos (Antigüidade e Idade Média) poderia ser comparada em pesquisas sociológicas, processo pouco usado pelo pensador:

“O contínuo do desenvolvimento cultural europeu-mediterrâneo não conheceu *até agora* [texto publicado em 1909] ciclos fechados *nem* uma evolução linear unívoca. Por vezes fenômenos inteiramente desaparecidos da cultura antiga reaparecem num mundo que lhes era alheio. Por outro lado, os *domínios fundiários* da Antigüidade tardia representam no contexto agrário uma *preliminar* da Idade Média, assim como as cidades da Antigüidade tardia, especialmente do helenismo, o eram no contexto das indústrias” (WEBER, 1909, apud COHN, 1989, p. 14).

Compreender o homem do campo em uma gama de conceitos e significados antigos e modernos (dentro de um período histórico humano tão significativo) requer um recorte da definição de camponês e agricultor. Esta pesquisa preferiu utilizar a definição básica de Mendras (1978), que estabelece “cinco traços” que delineiam o tipo ideal de agricultor:

- “1 – A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.
- 2 – A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
- 3 – Um sistema econômico de autarcia [o mesmo que autarquia] relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
- 4 – Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
- 5 – A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.” (MENDRAS, 1978, p. 15)

Theodor Shanin reforça os traços acima com a argumentação de que “a agricultura não é uma ocupação, é uma combinação de tarefas e, nesse sentido, difere da maioria das ocupações do tipo industrial, nas quais o indivíduo é treinado para desempenhar uma tarefa específica” (SHANIN, 1989, p. 5). O camponês conta com tarefas multifacetadas, onde exerce funções de lavrador (cuidando do campo),

marceneiro (montando móveis e objetos para a casa ou para galpões, tulhas, paióis, etc.), carpinteiro (construindo dependências do lar ou áreas para animais criados por ele, como chiqueiros, currais...), artesão (desde o preparo de cestos até a produção de embutidos, queijos, doces...), entre tantas outras atividades.

De acordo com Shanin (1989) e Mendras (1978), este poderia ser o perfil do camponês/agricultor tradicional em qualquer parte do mundo, onde a imagem gerada aparenta um sujeito isolado, tolerado pelo Estado como um peso excedente e passivo demais na luta por seus direitos, embora não pareça condizer com a imagem da maior parte dos integrantes das mobilizações rurais atuais¹³. Não procuraremos nos estender sobre as definições de campesinato nesta pesquisa. Selecionamos alguns autores e algumas abordagens que pudessem nos amparar durante as análises, mas admitimos que o tema é vasto, complexo e que atualmente está em plena ebulição no meio acadêmico. Basicamente, três escolas clássicas estudaram as condições do homem do campo: 1- Funcionalista: aponta que o campesinato seria absorvido pelas mudanças sócio-econômicas mundiais e tem como uma das principais vertentes o *folk society* de Robert Redfield¹⁴; 2- Estruturalista: define o camponês como mera peça de mercado e tem como um dos principais defensores Eric Wolf (1973); e 3- Histórico-crítica: defendida pela maioria marxista/leninista, afirma que, com a expansão do

¹³ Sobre relações de classes sociais e especificação dos tipos de empresas rurais existentes, sugerimos STINCHCOMBE, Arthur L. **Classes Sociais e Meio Rural**. IN: SZMRECÁNYI, Tamás, e QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. Editora Nacional, São Paulo, 1973. Também indicamos GEHLEN, Ivaldo. **Estrutura Social Agrária e relação com a terra no Sul do Brasil**, Paris, Université Paris X – Nanterre, 1991. Tese de Doutorado. Ver ainda GEHLEN (1988).

¹⁴ “The Folk Society”, publicado por Redfield em 1947, influenciou muitos estudos norte-americanos sobre Sociologia Rural alinhavada ao funcionalismo. Ver SCHNEIDER, Sergio. **Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana**. **Cadernos de Ciencia e Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 14, n. 2 mai/ago 1997, p. 225-257

capitalismo, o camponês seria condicionado à estrutura de microempreendimentos rurais, resultando no desaparecimento da agricultura de subsistência. Encontramos tal afirmação na maioria das linhas de pesquisa marxistas e leninistas, entre outras referências bibliográficas.

Vela (1991) vai além destas três escolas e aponta outras duas, que buscam explicar o campesinato na América Latina: grupos campesinistas (afirmam que o campesinato continuaria se reproduzindo no meio rural) e descampesinistas (aponta o futuro camponês como pequeno empresário). O pesquisador também analisa a complexidade do assunto decorrente da existência de numerosas fontes:

“O debate sobre o desaparecimento ou a reprodução do campesinato com a penetração do capitalismo no campo latino-americano durante a década de 70 e início dos 80 envolveu intelectuais e cientistas de diversas opiniões e tendências; no entanto, o notável pesquisador Ernest Feder¹⁵, mesmo contrariando algumas diretrizes da instituição à qual servia (CEPAL), conseguiu reunir num artigo as opiniões de dois grupos, conhecidos como campesinistas e descampesinistas. O próprio Feder defende a idéia da reprodução, após longos e exaustivos estudos em 13 países latino-americanos, assim como o inglês James Foweraker¹⁶, nos estudos feitos no Brasil. Autores latino-americanos de diversos países participaram no debate, desde os economicistas cepalinos até marxistas de várias nuances, (...) e o conhecido grupo mexicano, o dos cinco – Arturo Warman, Guillermo Bonfil, Margarita Nolasco, Enrique Valencia e Mercedes Oliveira – isto é, aqueles considerados pelos mais experientes como ‘nova geração’, vêm suas análises hoje sendo mais aceitas pelos ortodoxos, na busca de uma análise mais rigorosa para tal processo. Nesse debate também participaram Rodolfo Stavenhagen, Renate Rott, Fals Borda, Inacio Fuenzalida e muitos outros” (VELA, 1991, p. 77-78).

¹⁵ FEDER, E. **Sobre la impotencia política de los campesinos**. IN: Revista Mexicana de Sociología, n. 31 v. 2, 1969

¹⁶ FOWERAKER, J. **El campesinato contemporaneo, Clase y practica de Clase**. IN: Estudios rurales latinoamericanos, v. 2 n. 1, 1979

A história pode indicar que tanto a sociedade dominante urbana quanto a população rural seriam cooptadas a uma condição social engessada e aparentemente consensual entre ambos.

“A sua exclusão no passado de quaisquer tomadas de decisão que transcendessem os limites de seu povoado privam-no, na maioria das vezes, do conhecimento necessário para articular seus interesses com adequadas formas de ação. Assim, os camponeses limitam-se, freqüentemente, a serem meros espectadores das lutas políticas” (WOLF, 1973, p. 117).

Porém, vemos que tais condições não acarretaram a dissolução da agricultura familiar ou a transformação do camponês em empreendedor rural. Com base em suas observações sobre o Oeste/Sudoeste paranaense e analisando a trajetória de muitos grupos de pequenos agricultores (que seguiram a trajetória histórica Rio Grande do Sul > Paraná > Mato Grosso > Rondônia), Vela aponta que “a realidade contraria os teóricos do economicismo, assim como aos ortodoxos do marxismo, ao afirmar que a penetração do capital e da tecnologia traria a transformação do campesinato” (VELA, 1991, p. 76), o que resultaria em camponeses direcionados a dois extremos: ao microempresariado rural ou à total proletarização do campo.

“Pelo contrário, o que se verifica, em pleno final do século XX, é uma seqüência de expulsões e de expropriações, como forma de articulação para a reprodução do campesinato, dentro de uma imobilização político-econômica onde, ora ele é proprietário, ora ele é expulso, novamente proprietário, novamente expulso, segmentando-se, é claro, a cada expulsão, mas originando novas categorias, que, por sua vez, atendem às necessidades dos modos de produção” (id., ibid.).

Ligando esta continuidade camponesa à história das mobilizações rurais brasileiras, o que percebemos é que movimentos sociais se solidificam em

momentos de mudanças sócio-econômicas significativas, mas ainda assim por um curto espaço de tempo, para depois passar por um processo de adaptação às novas condições. Temos exemplos de ações no campo com estas características desde o período colonial, onde as lutas pelas mudanças nas condições agrárias do País acabavam se estancando de duas maneiras: 1) por iniciativa dos próprios movimentos, após garantirem condições favoráveis para seus integrantes como o recebimento de títulos, confirmação de posse das terras pleiteadas, etc., e 2) por meio da repressão da Coroa (no período monárquico), do Estado (após a proclamação da república) ou das classes dominantes (nos dois períodos), sempre lembrando que na maioria das situações houve registros de violência.

Existiam lideranças atuantes, cujas pretensões se encaixavam dentro dos conceitos de movimento social tradicional citados anteriormente, mas a conscientização de que as reivindicações deveriam beneficiar a todos não se estendia para a totalidade dos integrantes. Tal atitude reforçaria a tese de alguns autores sobre a suposta predisposição capitalista do camponês brasileiro desde os tempos coloniais¹⁷.

Guimarães (1968) rebate tais argumentos, lembrando que o País passou inicialmente por um processo mercantilista e não pré-capitalista. “O caráter comercial da produção [do final do período colonial] não é uma característica do capitalismo, mas do mercantilismo. (...) O que de fato circulava nas colônias era o capital comercial, em sua forma mais elementar, o capital-dinheiro” (GUIMARÃES, 1968, p. 30-32). Sendo assim, somente séculos depois, com o desenvolvimento

¹⁷ Um dos principais defensores do colonialismo com perfil capitalista foi Roberto C. Simonsem em **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1937.

industrial, deu-se o aparecimento do capital financeiro. Florestan Fernandes reforça tal tese, criticando inclusive o “uso livre e impreciso do conceito de capitalismo”:

“Se convertermos a noção de capitalismo em uma categoria elástica, ela deixará de ser útil à explicação sociológica. (...) Por mais que possamos desejar o contrário, o capitalismo como *modo e sistema* de produção constitui uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil. Ele não estava incubado no antigo sistema colonial, organizado de forma capitalista apenas ao nível da mercantilização dos *produtos tropicais*; e ele só se expandiu realmente graças à desintegração do sistema de produção escravista. E quando isso se deu, o capitalismo como modo e sistema de produção irradiou-se da cidade para o campo, através da expansão de uma economia de mercado moderna, que conduzia em seu bojo a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre (ou seja, de uma perspectiva marxista, a universalização da relação social pressuposta pela reprodução da mais-valia relativa)” (FERNANDES, 1973, p. 132-133).

O mercantilismo colonialista reforçaria a imposição de costumes europeus após a Idade Média e também a continuidade do pensamento feudal, ambas mantidas durante séculos pelos colonizadores, encadeadas junto a uma estrutura social extrativista, escravocrata e de classes sociais rigidamente distantes, adoecendo a sociedade brasileira já nos seus primeiros anos.

O “pensamento feudal” aqui referido não está meramente direcionado à estrutura econômica do Brasil Colonial como detentora de resquícios de feudalismo, mas à condição social dominada pela repressão e estagnação quase que medievais, tal qual observa Guimarães (1968). Para o autor, os senhores das terras (assim como os senhores feudais) determinam “as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhes convêm, sem o mínimo

respeito às leis vigentes” (GUIMARÃES, 1968, p. 36). Singer (1973) reforça os traços do feudalismo que ainda seriam encontrados hoje na sociedade brasileira:

“Os resíduos feudais, que reduzem o arrendatário à condição de servo da gleba, são mais comuns do que se pensa: os contratos vedam-lhe o direito de ‘trabalhar fora das terras da propriedade ou delas ausentar-se sem permissão do cedente ou do seu representante’, ‘dar hospedagem a pessoas estranhas à família’, estabelecem prestação gratuita de serviços (conservação de caminhos, limpeza de pastos, consertos de cercas, etc). Em muitos lugares é habitual que o ‘foreiro’ esteja obrigado a dar um dia de serviço gratuito por semana ao proprietário; é o ‘cambão’, forma não modificada da corvéia medieval” (SINGER, op. cit., p. 172).

De qualquer modo, evita-se nesta pesquisa afirmar que o Brasil Colônia tenha se amparado na estrutura feudal européia¹⁸. O que pretendemos aqui é apontar as condições que ambientaram a formação do homem do campo brasileiro e para isso também faz-se necessário compreender o traçado da estrutura econômica do país no decorrer da história. São nestas mesmas condições que percebemos também a formação das grandes propriedades.

Tal como as conformações econômicas do Brasil pré-republicano acima mencionado resultaram na discordância entre estudiosos, a demarcação das fronteiras e a origem dos primeiros latifúndios também provocaram desentendimentos em diversas pesquisas publicadas no decorrer do Século XX. Guimarães (1968), Furtado (1959), Sodré (1962) e Prado Júnior (1953) apontam raízes diversas para a formação das grandes propriedades de terra no País. Entre elas, destacam-se três: a do Período

¹⁸ Entre outros fatores, cabe reiterar que acordos entre o detentor das terras (a Coroa Portuguesa) e os usuários das mesmas (donatários) não se caracterizavam como a relação suserano-vassalo, mas sim como rei-súdito. “Não havia no sistema brasileiro nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, triturados ambos pela economia mercantil”, afirma Faoro (1989, p. 13), reforçando as condições do período colonial como propícias para outro modelo que não o feudalismo, próximo ao modelo capitalista de colonização apontado por Simonsen (1937).

Açucareiro, difundido durante o auge das fazendas de engenho entre os séculos XVI e XVII; a interiorização da pecuária a partir de um decreto da Coroa Portuguesa de 1688, que proibia a criação de gado dentro de áreas distantes até dez léguas (60 quilômetros) do litoral; e ainda a expansão da cafeicultura no início do século XIX¹⁹.

Em textos como os de Guimarães (1968) e Aquino (2000), a origem do latifúndio já aparece na metade do século XVI, com a instituição das *Sesmarias*, lotes de terras repassados pelos donatários das Capitânicas Hereditárias a “homens de confiança” da coroa. “Ao contrário da capitania, onde o donatário não era proprietário, apenas usufruía os benefícios que dela pudessem ser extraídos, a sesmaria era propriedade de quem a recebia. Aliás, as sesmarias dariam origem à formação de latifúndios tão marcantes na história brasileira” (AQUINO, 2000, p.159). Apesar dessa tese também ser questionada por vários estudiosos (vide notas 18 e 19), vale ressaltar que qualquer exemplo citado anteriormente (períodos do engenho, da pecuária ou da produção cafeeira, entre outros) teve suas raízes no usufruto das sesmarias.

Passado o período das Capitânicas Hereditárias e Sesmarias (que se estendeu de 1530 a 1820), parece haver um hiato favorável entre 1821 e 1849, onde a ausência de determinações limitadoras resultou na ocupação das terras interioranas por modestos agricultores e também na difusão das pequenas propriedades. No ano seguinte, 1850, seria instituída a Lei das Terras, um marco na questão agrária brasileira, que “extinguiria o princípio da doação e inaugurava o da compra, para aquisição de terras devolutas. (...) Tratava-se de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros” (IANNI, 1984, p.

¹⁹ Insistimos nas referências bibliográficas da nota anterior e reforçamos as leituras de **A Formação Econômica do Brasil**, de Celso Furtado (1959); **A Formação Histórica do Brasil**, de Nelson Werneck Sodré (1962); **História Econômica do Brasil**, de Caio Prado Júnior (1953).

175). Assim, somente os detentores de grandes lotes de terra teriam condições de adquirir mais terra, perpetuando o sistema latifundiário e contrariando uma tendência mundial de Reforma Agrária que ocorria nos países do Hemisfério Norte. De acordo com Lima (1954), eram estes os postulados da Lei de 1850:

- “a) A prosperidade das colônias depende principalmente da abundância da mão-de-obra, na proporção do território ocupado, e esta, os capitalistas é que têm a seu dispor.
- b) Podem, porém, ser importados para as colônias trabalhadores das metrópoles, e tomadas as providências necessárias a fim de obrigá-los a servir durante dois ou três anos pelo menos.
- c) Para que estes não se possam tornar proprietários demasiado cedo, é preciso, entretanto, que as terras sejam vendidas a preço suficientemente elevado, at a sufficiently high price” (LIMA, 1954, p. 81).

Só como referência, um exemplo totalmente oposto de tal iniciativa ocorreu na década seguinte, nos Estados Unidos. Diferente da Lei das Terras, os norte-americanos iniciaram uma Reforma Agrária em 1862, com uma espécie de “Lei da Colonização” (o chamado *Homestead Act*), garantindo terra para os pequenos agricultores já estabelecidos no campo:

“Ela [a lei] se baseou num princípio muito importante, de que somente poderia ter direito à propriedade da terra quem nela morasse ou trabalhasse. (...) O tamanho máximo da propriedade garantida pela lei era de 100 acres (aproximadamente 41 hectares). Não era necessária nenhuma burocracia. Basta [sic] que o agricultor marcasse seu pedaço e se estabelecesse. Graças à natureza democrática dessa lei, até o final do Século XIX cerca de 3 milhões de agricultores haviam sido beneficiados por ela” (MORISSAWA, 2001, p. 71).

Sobre as discordâncias relacionadas aos primórdios do latifúndio e a criação da Lei de 1850, fica o alerta: devemos contextualizar as Sesmarias e Lei de Terras com outros fatores que “contribuíram para as alterações da estrutura agrária do

país: o problema da mão-de-obra; as condições de escoamento da produção; o afluxo de capitais para a lavoura e as questões políticas que tal situação econômica criou” (AQUINO, 2000, p. 552). Em resumo, não foi somente a Lei de 1850 a responsável pela solidificação do latifúndio no Brasil, mas sim a influência dela em conjunção com fatores que fortaleceram os proprietários mais abastados, possibilitando a aquisição de mais terras. Não podemos esquecer que a passividade e o desconhecimento das leis por parte dos pequenos agricultores também abriu campo para que este sistema se estendesse ao longo dos anos.

Observando a história das sociedades capitalistas nos últimos dois séculos, o que se percebe é um campesinato funcionando quase sempre como alavanca para a produção industrial, para a formação da burguesia e para o financiamento preliminar do Estado. Exceção talvez da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, onde os trabalhadores braçais acabariam saindo dos campos para ocupar fábricas inglesas que necessitavam urgentemente de mão-de-obra, embora não oferecessem qualquer benefício extra para compensar a solução de tal urgência. Resultado: pobreza no campo e pobreza na cidade.

“Viver à custa dos camponeses, pressionando-os, era mais ou menos a lei de todas as economias pré-industriais. A própria industrialização foi possível pelo formidável crescimento da produtividade conseguida pela agricultura no século XVIII. Graças a esta, acumulou-se o capital e foi liberada a mão-de-obra necessária para a arrancada das indústrias na Europa” (MENDRAS, 1978, p. 112).

A discussão sobre a origem histórica da apropriação da terra e sua definição como mercadoria também não será esmiuçada nesta pesquisa, visto que há

diversos autores que levaram tais debates mais a fundo²⁰. Ainda assim tal referência serve para ambientar a questão agrária do país cuja terra transformou-se não somente em mercadoria, mas também em garantia de status e objeto de especulação imobiliária.

Outras nações passaram por uma Reforma Agrária na virada do Século XIX para o XX, fosse por necessidade de expansão das fronteiras ou mercado consumidor (na Europa, a Revolução Industrial provocou a distribuição das terras dos antigos senhores feudais), por questões reformistas (no Chile, Eduardo Frei distribuiu terras, mas preservou o setor exportador) ou por pressão popular (vide a revolução encabeçada por Emiliano Zapata que, em 1910, devolveu boa parte das terras aos índios mexicanos). Mas, no Brasil, a dominação dos grandes detentores de terras sofreu poucas ameaças durante quase um século (1850 e 1940). Perto da segunda metade do Século XX, houve o fortalecimento das mobilizações populares do interior (como veremos com mais detalhes no Capítulo II). Mesmo assim a preocupação dos fazendeiros com tais mobilizações durou pouco mais de 20 anos, até o Golpe Militar de 1964. O Golpe contou com o apoio massivo dos mandantes do campo (inclusive com repressão armada, uso de jagunços e denúncias contra lideranças da esquerda), que fortaleceram seu poderio por meio das representações políticas na Câmara Federal e no Senado.

De lá para cá, a insistência no plantio de produtos “tipo exportação” de grande escala e a estrutura capitalista que passou a gerenciar os câmbios mundiais vêm forçando pequenos agricultores brasileiros a vender propriedades e migrar para as cidades. Boa parte dos que insistiram em ficar no campo passou a integrar os bolsões

²⁰ Para aprofundamentos no tema, destacamos Velho (1986), Szmrecányi & Queda (1973) e Mendras (1978).

de miséria na zona rural. O nordeste foi o primeiro a registrar grande número de agricultores excluídos, transformados em operários da própria terra. Na melhor das hipóteses arrendatários que pagavam valores absurdos²¹ aos donos de fazenda. Em casos extremos, eram reduzidos a “Assalariados Rurais Temporários” (ARTs), os conhecidos “bóias-frias” do final do século XX. Usamos aqui os termos de Bassani (1999) para a definição deste grupo social rural:

“Trabalhador que mora nas cidades do interior, distritos, vilas e núcleos rurais e se sujeita a trabalhos temporários nas fazendas, usinas, plantações e grandes chácaras agrícolas, nas fases de plantio, colheita, corte, poda, capina, raleação, situação para as quais a mecanização se torna inviável. Em muitas épocas do ano, parte em busca do trabalho, ‘aceita’ viajar para municípios, estados e regiões as mais distantes, permanecendo lá por alguns meses, vivendo em condições precárias e recebendo baixos ganhos, geralmente próximos ao salário mínimo. Nos muitos períodos do ano que permanece sem trabalho, às vezes surge um pequeno ‘bico’, no qual consegue encontrar um pequeno respaldo para sobreviver. Este ‘bico’ demonstra a versatilidade que esses trabalhadores têm, a capacidade de adaptar-se às novas situações a que são submetidos. Abrindo um espaço criativo e de sobrevivência no surgimento de formas de trabalho alternativas tanto no campo quanto na cidade” (BASSANI, 1999, p. 53-54).

Mas se existe, como aponta Bassani, tal capacidade criativa de adaptação por parte de grupos como os ARTs e das pequenas cooperativas familiares que ainda insistem em sobreviver, principalmente no sul do país, por que tais grupos se perpetuam historicamente no Brasil mantendo-se abaixo da linha da pobreza? Para apresentar tal resposta seria necessário elencar diversos fatores e não somente acreditar que a criatividade de tais grupos seria suficiente para mudar a estrutura agrária vigente. Temos a evolução tecnológica das máquinas e implementos agrícolas, a impossibilidade financeira de adquirir um pequeno lote de terra e condição de

²¹ Na década de 1950, em Pernambuco, eram cobrados os *foros*, percentuais pagos por arrendatários

analfabetismo em que se encontram muitos bóias-frias, somente para citar alguns²². Mas ainda assim é possível encontrar certo grau de organização entre os excluídos do campo e perceber que a identidade com o mundo rural persiste por meio dos movimentos sociais rurais (BASSANI, 1999).

Ao longo das décadas, registraram-se pressões de grandes mineradoras, empresas colonizadoras, madeireiras e construtoras de estradas de ferro, reforçando o desequilíbrio no campo e compactuando com ações de pessoas envolvidas em grilagens, expulsões e ameaças (muitas vezes consumadas) de jagunços e milícias. Foram tais condições que criaram um ambiente hostil no campo, estimulando o aumento de ações revolucionárias em todos os cantos do país, no Século XX. No sismógrafo da história das mobilizações agrárias, as mudanças de atitudes eram (e são) rápidas e pulsantes, alternando lutas violentas (muitas vezes armadas) com mobilizações pacíficas no campo e na cidade. Observam-se pensamentos díspares, que vão da consciência política reforçada por lideranças urbanas até a simples "teimosia" dos agricultores analfabetos e pioneiros – insistência exposta por Edward Thompson (1987) – em fincar os pés na terra onde suas famílias viveram gerações.

Em resumo, vimos que as ligações sócio-culturais do pequeno camponês com a terra se perpetuam desde as primeiras décadas de colonização, decorrente de uma luta sem trégua contra a perpetuação do sistema latifundiário secular no Brasil. Entendemos que estas mesmas ligações com o campo não são meramente econômicas ou ligadas à sobrevivência, mas funcionam como condição

aos donos das terras que, somados dentro de 4 a 5 anos, chegavam a superar o valor venal da terra.

²² Ver D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis, Vozes, 1975

natural de identidade do homem com o meio, seja ele índio, quilombola, seringueiro ou agricultor, com ou sem terra. Isto servirá para mostrarmos que os universitários sem-terra entrevistados durante esta pesquisa absorveram esta compreensão do campo como ponto de partida para a realização das metas pessoais, ligadas diretamente com os seus iguais. O ponto final destes jovens seria novamente o campo, mas para isso terão que seguir uma via que passa pela integração com o grupo e suas ações mobilizadoras fora da terra com que se identificam (em ocupações no interior ou protestos na cidade), ao mesmo tempo em que buscarão o aprimoramento científico nas instituições de ensino superior urbanas, na tentativa de aglutiná-las a sua vida em um “novo campo” (com condições sólidas de educação, produção, lazer, saúde, etc.).

Mas interessante também é perceber que o processo de absorção dos conceitos de estrutura agrária, identificado nos depoimentos dos estudantes sem-terra apresentados nesta pesquisa, conta com uma assimilação aparentemente ainda melhor. Não somente pelo fato destes jovens acadêmicos estarem mergulhados nas discussões sobre terra e campesinato, mas também por estarem colocando à prova o que aprenderam nos acampamentos e assentamentos, usando os conhecimentos científicos aprimorados durante a vida dividida entre o campo, o campus e a cidade.

Seria a tentativa de reorganizar tais conhecimentos – em conjunto com lideranças sem-terra e demais colegas universitários – uma possível renovação das condições e metas do MST e as de outros movimentos sociais rurais?

Discutiremos este e outros questionamentos no Capítulo III. Mas antes de chegarmos lá, faz-se necessário entender o que são movimentos sociais e analisar as raízes históricas específicas dos movimentos sociais rurais brasileiros.

1.2 A IDENTIDADE COM A TERRA

No início da colonização do Brasil, portugueses desbravadores enfrentaram um movimento popular nativo extremamente organizado. Chamado de *Santidade*, o agrupamento era formado por diversos pajés tupinambá que, depois de redistribuídos em novos grupos (outras Santidades), percorriam as aldeias pregando a vinda de um novo tempo e o retorno à Idade do Ouro, ideal semelhante às mitologias européias:

"É a ida a um espaço sagrado, à longínqua 'terra da imortalidade', para onde iam os espíritos dos guerreiros mortos, das esposas dos bravos e dos que lidavam com os ancestrais, desde que ultrapassassem os perigos que obstavam a marcha para o paraíso" (VAINFAS, 1992, p. 76).

Tal qual o referencial nórdico viking (onde os bravos mortos em combate eram levados ao Valhala pelas valquírias, amazonas celestiais) ou o Olimpo grego (terra dos deuses sonhada pelos mortais), as Santidades resgatavam a busca dos índios pelo paraíso, reforçando a resistência da raça diante da dominação lusitana e criticando o crescimento da conversão dos nativos à fé cristã trazida pela sociedade colonial. Com a ampliação descomunal dos vilarejos portugueses, a escravidão dos seus e a pregação quase que doentia da Igreja em terras brasileiras, a pajelança tentava disseminar cada vez mais o ideal da "Terra da Imortalidade", dia após dia.

O prêmio almejado pelos guerreiros – seja a ida ao “Paraíso na Terra” dos Tupinambá ou à “Terra sem Males” dos Tupi²³ - ampliava o ânimo dos valentes durante confrontos com os colonos e até mesmo contra seus iguais que se aliavam aos inimigos. Aliás, para os líderes messiânicos aborígenes, o paraíso índio não era tão distante quanto o imaginado pelos cristãos brancos. Estava incrustado no fundo da selva tropical, possivelmente em algum vale perdido. Terreno sagrado que, com certeza, não mais estaria banhado pelo mar, já que a invasão portuguesa dominara e maculara quase toda a orla conhecida do País. A busca pela Terra da Imortalidade seguia para o interior do Brasil Colônia.

“O Paraíso mítico é, portanto, em essência um mundo em que se há de concretizar um ideal de vida tal qual o Guarani desejaria realizá-lo nesta terra, em conformidade com o seu conceito de existência humana, culturalmente definido. O que não impede, é evidente, que se tenda a expurgar a vida paradisíaca de quantas contrariedades que de ordinária tornam penosa a [vida] que se leva cá em baixo. Do contrário, não seria Paraíso” (SCHADEN, 1969, p.247).

A conversão dos indígenas para a fé cristã, além de ser um dos objetivos primordiais da coroa portuguesa para conquistar as boas graças do Deus Pai misericordioso, também se tornaria uma das armas de combate para ampliar a dominação dos europeus sobre o oeste da América do Sul, a partir das areias banhadas pelo Oceano Atlântico.

²³ Vale ressaltar que outras manifestações messiânicas indígenas podem ser identificadas na história do Brasil colonial. Vide pesquisas antropológicas de Egon Schaden: “...Verifica-se que grande maioria das manifestações messiânicas entre aborígenes brasileiros pertence a tribos do grupo Tupi-guarani; além dos Guarani, caberia então mencionar os antigos Tupinambá. Especial importância tiveram ainda fenômenos similares em populações indígenas Aruák e Tukáno da área do Rio Negro e, por fim, entre os Tukúna do [Rio] Solimões”. (SCHADEN, 1969, p. 246)

"Para a Igreja católica, o movimento das Santidades era uma ameaça concreta ao seu projeto de catequese e ao projeto colonizador. O clero via esse movimento como de origem herética e obra de feitiçaria. O combate sem trégua aos pajés que pregavam as santidades passou a ser defendido abertamente pela Igreja, que utilizou o Tribunal do Santo Ofício como instrumento de investigação e punição adequado para garantir a homogeneidade religiosa na colônia" (AQUINO, 2000, p.26).

Conflitos registrados entre tribos e colonizadores retardaram o mapeamento e a ocupação das terras brasileiras durante os séculos seguintes. Basta citar a Guerrilha Mura, que impediu o avanço português para o interior da Amazônia por um século inteiro (1689 -1789), sendo somente controlada após o aldeamento dos índios por membros da Ordem dos Carmelitas (AQUINO, 2000, p.26). Quando não era por meio da doutrinação e do aliciamento, os entraves eram resolvidos à força, como ocorreu na Guerra dos Manau (1723 - 1728), quando o grupo liderado pelo tupi Ajuricaba barrou a passagem dos colonizadores ao outro lado do Rio Negro (Alto Amazonas) durante cinco anos. A solução para tal conflito foi simples e direta: bombardeios navais sobre as aldeias ribeirinhas, vitimando centenas de silvícolas.²⁴

Percebe-se que os anseios dos índios, registrados na história a partir do ano 1500, eram místicos, mas longe da concepção de salvação da alma ou o perdão dos pecados pregados pelos cristãos. Para os nativos, a preservação da terra era também garantia de benção dos deuses para continuidade do grupo. Os índios queriam simplesmente viver em um local onde encontrariam paz, criariam seus filhos, construiriam suas ocas e garantiriam terra para plantar, caçar e pescar. Vê-se ainda

²⁴ É claro que existiram outras mobilizações tribais. Tivemos a Confederação dos Tamoios (RJ - 1563), a Guerra dos Cariris (RN e CE – 1683 / 1713) e Guerra Guaranítica liderada pelo cacique Sepé Tiaraju (RS – 1753 / 1756), entre outros. Mesmo sob forte pressão e em desvantagem descomunal diante do inimigo “civilizado”, percebe-se na resistência do índio a manutenção dos referenciais absorvidos de geração em geração. E neles estão inseridos a integridade da raça e os direitos “concedidos pelos deuses”, entre eles a liberdade de viver sobre a terra onde pisaram seus antepassados.

indícios do que seria o primeiro movimento social organizado no Brasil: a mobilização de grupos unidos por uma mesma causa (a luta pelo Paraíso na Terra).

O conceito de movimento social é recente e sua origem seria a encontrada por Scherer-Warren (1984) nos escritos de Lorenz Von Stein da década de 1840²⁵. Observando as mobilizações do operariado da França diante da rápida industrialização europeia, Stein sugeria o desenvolvimento de estudos científicos centrados nos movimentos sociais, mas visando entendê-los dentro de uma estrutura organicista, na tentativa de encontrar condições para direcioná-los.

Não queremos afirmar que o conceito de movimento social tenha emergido somente a partir da Revolução Industrial. O próprio exemplo das Santidades é um resgate histórico e sociológico dos “pré-movimentos”, visto que se encaixavam em definições diretas como a de Kärner: “os movimentos sociais são entendidos como um processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos, contra relações sociais existentes, e que afetam a um grande número de pessoas (que não precisam estar necessariamente organizadas)” (KÄRNER, 1987, p. 24).

Mas o que vem a ser um movimento social? Uma ação política de integrantes de um grupo apartidário ou uma mobilização popular em uma rua, vilarejo ou cidade poderiam ser identificadas como tal? Scherer-Warren indica que os movimentos sociais “tradicionais” eram expressões típicas da sociedade industrializada, dividida em classes sociais, “das quais uma delas – o proletariado – encontrava quase a totalidade de seu cotidiano submetido ao mundo da produção e exploração de sua força

²⁵ Stein (1815-1890), situado entre Hegel e Comte, é defensor de um socialismo de Estado que aceita a separação entre o Estado e a Sociedade civil, considerando que o Estado é a comunidade dos homens elevada a uma personalidade autônoma e agindo por ela própria e a mais alta forma da personalidade, pelo que a respectiva tarefa é idealmente indefinida. Seu livro *Der Begriff der Gesellschaft* (1849) é considerado um dos marcos do Organicismo.

de trabalho. Os movimentos sociais expressavam essa contradição fundamental e o desejo de sua superação” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 36).

Assim sendo, o conceito “tradicional” de movimento social pode abranger os exemplos citados anteriormente (inclusive as Santidades), pois os coloca em contraposição às condições vigentes em um certo período da história e em uma certa localização territorial. Mas e quanto às mobilizações modernas, cujas bandeiras parecem superar distâncias, localidades e se estender por períodos de tempo mais longos? O que dizer de ambientalistas, encontros mundiais de povos indígenas, movimentos contra a globalização e eventos como o Fórum Social Mundial?

A autora os define como “novos movimentos sociais”, cuja principal característica é a “desterritorialização” das questões sociais, econômicas e culturais:

“De fato, o centralismo do poder, o domínio das tecnologias duras, o perigo nuclear, a devastação ecológica e, enfim, no centro desta problemática, o autoritarismo burocratizado, são questões estruturais fundamentais do mundo contemporâneo, tanto capitalista quanto do socialismo real. A desterritorialização do modo de produção dominante atual traz consigo também a internacionalização dos meios de informação e da cultura de massa. Assim sendo, a crítica a esta situação estrutural também se internacionaliza” (SCHERER-WARREN, op.cit, p. 39).

Para entender melhor o MST como “novo movimento social”²⁶ e complementar conceitos já apresentados anteriormente, é preciso resgatar alguns

²⁶ Vários textos abordam ou buscam conceituar os chamados “novos movimentos sociais”. Além dos apontados na bibliografia desta pesquisa, sugerimos:

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991;
 BARCELLOS, Caco. **Nicarágua: a revolução das crianças**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1982;
 DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994
 JONKER, Wout; WITMAJER, Irene. **Avante com a Reforma Agrária em Portugal**. Amsterdã (Holanda): Ed. Tulipa Vermelha, 1980;
 MARONI, Amneris. **A Estratégia da Recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982;
 MOISÉS, José Álvaro. **Lições de Liberdade e Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;
 RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

pontos históricos sobre ações em grupo ocorridas no interior do Brasil, como as Santidades. No decorrer deste resgate, perceberemos que mobilizações rurais anteriores ajudaram a moldar não somente o “novo viver” mas também o “novo ser” dentro deste meio.

1.3 RAÍZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS BRASILEIROS

“A pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. Nessa luta, que aparece no Brasil (...) em forma inversa, com a grande propriedade implantada primeiro e a pequena propriedade surgida depois, o instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a posse, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continua a batalha contra os seus seculares monopolizadores” (GUIMARÃES, 1968. p. 151).

Antes mesmo da oficialização do MST vemos que alguns pesquisadores já utilizavam a definição “sem-terra” para ressaltar não somente a condição de um agricultor não possuidor de propriedade, mas também as iniciativas “extra-legais” de ocupação que seriam a marca registrada das ações que vemos hoje no campo. Vemos então que alguns apontamentos históricos são necessários para delinear a trajetória dos “sem terra” aos “sem-terra”, incluindo aí o período que antecede a criação do MST, que foi oficializado durante o 1º Congresso Nacional, em Cascavel (oeste do Estado do Paraná), em janeiro de 1984. Seria impossível navegar pelos fatos sócio-culturais e político-econômicos sem resvalar nas influências que permeiam esta organização extremamente representativa no quadro atual das mobilizações nacionais.

São vários os conflitos sociais ocorridos no campo e registrados na história brasileira. Oliveira (1999) destaca seis como as principais referências para as mobilizações rurais do final do Século XX: 1) as lutas do período escravista, principalmente o Quilombo de Zumbi dos Palmares (1690-1695); 2) as guerras de Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916); 3) os diversos conflitos entre colonos e fazendeiros da região cafeeira, onde foram registradas mais de cem greves ocorridas nas fazendas (entre 1913 e 1930) do interior de São Paulo; 4) a Revolta de Trombas e Formoso (GO), onde confrontos entre posseiros e fazendeiros foram registrados entre 1952 (início das grilagens) e 1957 (auge do conflito, envolvendo cerca de três mil pessoas); 5) as lutas pela terra no Paraná (1950-1957), principalmente a Guerrilha de Porecatu (norte paranaense) e os conflitos nas regiões oeste e sudoeste do Estado; 6) as Ligas Camponesas (1946-1964), iniciadas com a Liga de Iputinga (PE) e que teve como auge a revolta do Engenho Galiléia (PE) em 1954, decorrente dos altos preços do arrendamento na região Nordeste do Brasil.

Nas Santidades, nos Quilombos e em tantos outros levantes²⁷, percebemos que o camponês, índio, sertanejo ou escravo lutavam pelo espaço territorial para viver e dar condições mínimas à família, buscando desenvolver um sistema agrário basicamente de subsistência. Mas nota-se que os movimentos sociais durante a monarquia estavam atentos a reivindicações mais urgentes, como o fim da escravidão, a luta contra o massacre dos índios, a busca pela independência e até mesmo a busca por melhores condições de um desenvolvimento cultural. Vemos aqui que o combate ao latifúndio parecia estar em segundo plano, mesmo porque havia

²⁷ Além de mobilizações tribais citadas no início do Capítulo I, temos ainda a Aclamação de Amador Bueno (1641), Insurreição Pernambucana (1645), Revolta do Rio de Janeiro (1660-1661), Revolta dos Beckman (1684) e a Guerra dos Emboabas (1708-1709), entre outras.

ainda muito território no interior do Brasil a ser colonizado por aqueles que tivessem vontade de desbravar selvas e cerrados inexplorados. Interessante, no entanto, atentarmos para uma espécie de retorno às reivindicações deste período. Como nos capítulos seguintes, hoje também vemos a luta no campo se estender por outros setores: pela erradicação da pobreza, pela melhoria na educação, etc. Pior: passado mais de um século da Abolição, o Brasil ainda registra trabalhos escravos no campo²⁸.

Sendo deste modo, observamos que os “argumentos vanguardistas” atuais são os mesmos dos pensadores vanguardistas do Século XIX. Joaquim Nabuco, por exemplo, já defendia em 1884 (durante comícios e discursos em campanhas eleitorais de Recife), mudanças na lei agrária, uma distribuição igualitária de terras e (como principal representante do abolicionismo que era) oportunidade para o negro encontrar seu espaço para plantar e viver em paz. Isso quer dizer que as condições sociais e econômicas do campo que encontramos hoje eram criticadas 120 anos atrás:

"A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado. Eu, pois se for eleito, não separarei mais as duas questões - a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (...) Sei que falando assim, serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei" (NABUCO, 1988, p. 42).

Já no Período Republicano, destacam-se mobilizações populares rurais onde a luta pela terra foi acirrada, travando combates onde a principal característica era

²⁸ “Calculava-se, em 1993, em 60 mil o número de pessoas vítimas do trabalho forçado (ou em condições de escravidão). (...) Em 1995, os números divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) são de 26 mil trabalhadores em condições de trabalho forçado” (COMBESQUE, 2002, p. 74). Ainda segundo a autora e também dados da Unicef, “200 milhões de crianças trabalham atualmente no mundo, muitas

a violência decorrente de conflitos armados, rotina que seguiria pelas décadas seguintes. Um dos exemplos históricos da determinação de nativos, igualmente reprimida por colonizadores, que marcaram o início dos conflitos pelo direito a um pedaço de chão, é a Guerra de Canudos. O messianismo imperava em tal mobilização, mas ainda assim Cunha (1957) destaca a preocupação (ou desespero) do sertanejo em garantir tal espaço no interior do Brasil. Tanto que o pesquisador identifica em sua obra o distanciamento destes homens da região de origem deles: o litoral repleto de brancos, negros e o que ele chamava de mulatos desequilibrados, todos perdidos em uma região dominada pela tal civilização. Esta busca pelo interior mais uma vez parece resgatar nas Santidades – que procurava a vereda da Terra sem Males – o ideal de paraíso espalhado entre os casebres de Canudos, reduto importante de um dos grandes grupos de resistência à repressão republicana da história.

O movimento, curiosamente tachado como "monarquista", tornou-se um marco como a primeira grande inversão de referências: monarquia x movimento republicano, seguida por república x sebastianismo. Foi aprofundando-se em direção às terras interioranas que o autor identificou possíveis respostas que sintetizassem a muralha étnica que resistiu aos ataques do Exército Brasileiro entre 1896 e 1897.

"Neste caso a raça forte não destrói uma raça pelas armas: esmaga-a pela civilização. Ora, os nossos rudes patrícios do norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estado social superior e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados" (CUNHA, 1957, p.99).

Mas com o passar do tempo, percebe-se que a resistência do "corpo rústico" não seria suficiente para suportar as pressões impostas pelo Estado Republicano que seguiram adiante na história. Décadas depois, a sociedade brasileira presenciava conflitos em outras regiões do Brasil²⁹, com mobilizações que também integraram a construção dos ideais dos novos movimentos sociais do campo.

Ainda seguindo as referências de Ariovaldo Oliveira (1999), temos como exemplo os conflitos registrados no Paraná na segunda metade do Século XX, como a Guerrilha de Porecatu (1950). A revolta ocorreu em decorrências de despejos de posseiros (que ainda não tinham documentos regularizados das terras) executados pelo Governo. Estas mesmas propriedades eram repassadas a grandes proprietários.

“A guerrilha de Porecatu apareceu em 1950, na margem esquerda do curso médio do Rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná. (...) Originou-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos. (...) Antigos núcleos do Partido Comunista, localizados em Londrina, Apucarana (PR), Assis, Presidente Prudente, Martinópolis, Presidente Bernardes (SP), passaram a alimentar os guerrilheiros com armas, munições, medicamentos e dinheiro. A guerrilha de Porecatu, depois de 2 meses de impetuosa atuação, dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista, que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado” (STÉDILE, 2002, p. 15-16).

Também no Paraná, houve desentendimentos entre grileiros e posseiros na região Sudoeste³⁰. Houve conflitos em Pato Branco, Capanema e

²⁹ Mais detalhes disponíveis em outra pesquisa do autor (DIAS, 2003, p.55-81).

³⁰ Considerado um dos maiores movimentos sociais do campo já registrados na história do Brasil, os confrontos no sudoeste do Paraná tiveram seu ápice em 1957, mas registram raízes históricas datadas de 1943, ano em que Getúlio Vargas criou (por meio de decreto) a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), assentamento que ocupava parte da região Sudoeste com propósito de “assentar os pequenos produtores sem terra e (...) atingir os objetivos estratégicos de povoamento da fronteira, já que os limites entre Brasil, Paraguai e Argentina não existiam de fato, principalmente no período de extração

Francisco Beltrão, onde posseiros – indignados com as injustiças e a conivência da polícia e do poder Judiciário locais – passaram a formar milícias para combater (com igual violência) os bandos de jagunços, chegando a mobilizar entre 9 mil e 11 mil pessoas em ações de ocupação no campo e nas cidades. Houve acordos e desacordos até 1962, quando João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) para demarcar os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes. O GETSOP encerrou suas atividades em 1973, depois de regularizar 32.256 lotes rurais e 24.661 terrenos urbanos, provando que a Revolta dos Posseiros também beneficiou os moradores da cidade, cuja maioria apoiou o levante pela conquista da terra. Até os dias de hoje, a região Sudoeste é uma das áreas com maior foco de resistência ao latifúndio do Sul do País. Mesmo mantendo-se com pequenas propriedades, a região ganhou com a sistematização de cooperativas, tornando-se uma das mais produtivas e ricas do Paraná. Nesta região surgiu oficialmente o MST.

Já em Goiás, as revoltas de Trombas e Formoso (1952 – 1957) resultaram em mortes tanto do lado dos agricultores posseiros quanto dos fazendeiros grileiros. Conforme Martins (1986) e Morissawa (2001), as mobilizações começaram no município de Uruaçu, onde as terras passaram a ter maior valor com a passagem da

de erva-mate, quando os produtores daqueles países chegavam a se instalar na região por algum tempo, retornando posteriormente” (GOMES, 1987, p. 17). O problema é que as terras eram disputadas na Justiça desde 1920, quando a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande havia entrado com um pedido de concessão de terras depois de ter implantado a malha ferroviária na região Sul do País. A empresa recebeu, na época, 514 mil hectares da União, abrangendo quatro gigantescas glebas, principalmente próximas à região das Missões (onde ocorreu o conflito). Parte das terras (198 mil hectares) foi passada à Loteadora CITLA no final da década de 1950. Começava aí o uso de um velho sistema repressor conhecido desde os primeiros conflitos registrados no campo: a contratação de jagunços e matadores. Inicialmente, eles atuavam como “corretores”, pressionando agricultores da região a “recomprarem” suas terras, por meio de contratos assinados em branco. As negativas eram respondidas com violência. “Em fins de 1957, [o senador] Othon Mäder fez um levantamento das atrocidades cometidas na região, conseguindo documentar, **com provas**, 14 mortos, 2 desaparecidos, 47 vítimas de espancamento, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões, etc” (GOMES, 1987, p. 60) (grifo da autora).

Rodovia Transbrasiliana (1948) na região, que faria a conexão Belém-Brasília, em 1956. Na época já existiam posseiros e pequenos proprietários em terras devolutas da União. Não tardou que grileiros colocassem jagunços para expulsar os camponeses usando a força. Por volta de 1953, a resistência contava com 3 mil agricultores de toda a região, sob o comando do líder José Porfírio (que teve a casa queimada e a mulher morta durante o período de combates). Na resolução deste conflito, onde a negociação política foi a saída para o impasse entre governo do Estado e revoltosos³¹, encontramos uma das referências que solidificariam os movimentos sociais rurais recentes: a capacidade de interagir com as autoridades, paralelamente às ações realizadas pelo grupo. Observaremos adiante que o MST traz consigo resquícios deste sistema de negociação com o Estado enquanto dá continuidade às ocupações no interior.

Voltando às grandes mobilizações, vemos que as mesmas cessaram em 1964. Mas entre o ano do golpe militar e a reabertura política do país, os camponeses contaram com outros grupos mobilizadores como referência. Foi com a ajuda de organizações basicamente religiosas que as lideranças rurais mantiveram a luta pela Reforma Agrária (ainda que com uma visão regionalista para a busca de mudanças na estrutura agrária), reforçando uma condição histórica no campo: as mobilizações populares ocorridas no interior do Brasil – fossem por parte dos sertanejos

³¹ Em 1957, o governo do Estado enviou grande contingente para a região, mas o derramamento de sangue foi evitado devido a uma negociação política entre o governador Pedro Ludovico e o Partido Comunista, então organizador dos rebelados. “O PCB então propôs um acordo: apoiaria a extensão do mandato do governador e depois a candidatura de seu filho à sucessão em Goiás. O governo, por sua vez, tiraria as tropas do local. Acordo feito, a região de Trombas e Formoso virou uma espécie de território livre, com governo próprio de cunho popular” (MORISSAWA, 2001, p. 89). Este mesmo território livre, idealizado pelos rebeldes no norte do Estado goiano, durou até 1964, quando os líderes caíram na clandestinidade e a repressão militar levou muitos deles às prisões.

de Canudos no século XIX ou pelos sem-terra na virada para do século XX para o XXI – permaneceram impregnadas de misticismos e crenças, seja em maior ou menor escala.

1.4 IGREJA NA LUTA PELA TERRA

No decorrer da pesquisa, percebemos o reflexo da influência religiosa nos depoimentos dos estudantes ouvidos, principalmente quando falam sobre a formação escolar, cooperação social e vida em família. O trabalho coletivo, a fé na luta pela Reforma Agrária e a esperança de alcançar mudanças na estrutura fundiária do Brasil estão presentes em boa parte dos argumentos. As maiores referências são realmente ligadas à Teologia da Libertação, visto que a o comprometimento com o MST está também galgado na iniciativa de buscar mudanças pelos meios políticos (vertente que Poletto (1990) defende como meta da CPT). Mas basta avaliar as respostas com atenção para perceber os valores seculares da Igreja impregnados no pensamento dos jovens (valorização da família, respeito pelos companheiros de movimento, tendência à união matrimonial pelas leis de Deus, etc.). Destacamos também os valores místicos que reforçam projetos para a coletividade, valores estes que são facilmente identificados em depoimentos como o de Marcelo:

“Sou católico praticante. Fui durante 10 anos coordenador da Pastoral da Juventude. Chequei a ser da coordenação Nacional da Pastoral. Já fui seminarista, então tenho uma história com a Igreja católica e continuo tendo. Embora não possa trabalhar em uma comunidade porque estou com outras tarefas, mas sempre tenho minha fé e sempre renovo ela só que de outra forma. Estou ali dentro da comunidade diariamente pra tá renovando minha fé. Renovo dentro da luta nos movimentos sociais porque acredito em Jesus Cristo e acredito no projeto que ele tinha porque era um projeto de vida e, a cada ação minha junto ao MST que eu possa conseguir melhorar a vida do pessoal do movimento, eu vou estar trabalhando junto com a construção deste projeto que Deus tem pra gente. Que é um projeto de vida. De vida em abundância” (Marcelo).

Antes de Canudos a história registrou outras repressões contra mobilizações populares de cunho religioso. Temos como exemplo as Missões Jesuíticas³², uma tentativa de criar redutos de índios doutrinados pelo catolicismo no sul da América Latina. Era um processo de catequização dos nativos, na tentativa de dar-lhes uma "vida intermediária" entre obrigações cotidianas e a liberdade "aparentemente" enraizada e difundida nas Missões. A suposta sociedade livre das mãos pesadas da Coroa (sem leis, sem o controle da distribuição de terra e renda e sem a imposição de um Estado soberano sobre a "terra de todos") foi o que provocou os conflitos entre índios e colonizadores.

Depois de Canudos veio a Guerra do Contestado, considerada por Martins (1981) a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil. A revolta, que ocorreu na divisa do Paraná com Santa Catarina e teve início com a finalização da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, no início da década de 1910, também contou com traços messiânicos³³. Não é intenção destes apontamentos perpetuar o negativismo perene das classes dominantes, relacionando pejorativamente influências religiosas com as mobilizações populares. É preciso sim lembrar a importância das crenças no dinamismo de certas ações populares, presentes nas Santidades, nos

³² As missões jesuíticas surgiram no Século XVII, prosperando principalmente entre 1647 e 1750 na região sul da América (chegaram a somar 40 reduções, distribuídas pelo Brasil, Paraguai e Argentina). Durante 56 anos, os índios tentaram conter o avanço dos bandeirantes, até 1768, ano em que o exército espanhol dizimou as últimas missões, deixando ruínas atualmente usadas como pontos turísticos.

³³ O aglutinador dos camponeses foi o monge José Maria, perseguido pelos republicanos sob a acusação de difundir idéias monarquistas. O beato acabou se refugiando na Vila de Irani, localizada na região disputada na época por catarinenses e paranaenses. Estes últimos interpretaram como uma invasão do Estado vizinho e iniciaram um conflito. O que começou como rixa territorial se transformou em luta contra os grupos dominantes do País. "Em 1915, os líderes lançaram uma manifesto monarquista e declararam a 'guerra santa' contra os coronéis, as companhias de terras e as autoridades governamentais. Acusaram o governo de assassinar trabalhadores e entregar as terras aos estrangeiros [a empresa responsável pela ferrovia era a norte-americana Brazil Railway Company]. (...) A luta prolongou-se até dezembro, quando um contingente de 7 mil soldados do Exército, mil policiais e 300 jagunços iniciou os ataques contra uma população rebelada de 20 mil pessoas" (MORISSAWA, 2001, p. 88).

quilombos, nas guerras do Contestado e de Canudos ou na Revolta dos Mucker³⁴, entre tantos outros. Fanatismo? Delírios messiânicos? Conservadorismo? Todos estes adjetivos são referências de vários levantes históricos brasileiros, mas a função da religião como importante engrenagem e “estopim” de reações antigovernistas e anticapitalistas merece ser destacada³⁵.

Nos exemplos messiânicos citados, se sobressai a repressão violenta por parte do Estado, apoiada pelas correntes conservadoras da Igreja Católica. Logo nas primeiras páginas de *A Sociologia no Brasil*, Florestan Fernandes destaca que, no início do século XIX, "a Igreja fazia parte e era solidária, material e moralmente, dos empreendimentos colonizadores do Reino" (FERNANDES, 1977, p. 17). Tal intimidade legitimava repressões armadas e facilitava a angariação do apoio das camadas populares urbanas analfabetas, já que as classes superiores eram naturalmente favoráveis a qualquer ação da Coroa. A mudança para Estado Republicano em nada alterou a "solidariedade" entre a cúpula do clero e grupos dominantes, estendendo-se até o surgimento de novos grupos eclesiais na década de 1950, que passaram a apoiar movimentos sociais modernos (incluindo aí o MST), mas sempre mantendo a fé cristã como um dos alicerces das mobilizações do campo.

³⁴ Os Mucker eram imigrantes alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul por volta de 1870, especificamente em Ferrabraz (atual região de São Leopoldo e Sapiranga). Assim como Canudos, a Revolta dos Mucker (1973-1974) contou com líderes messiânicos. Liderados por Johann Georg Mauer (curandeiro conhecido como João Jorge) e sua esposa Jacobina Mentz Maurer, os Mucker foram dizimados pelas milícias da província depois de terem sido acusados – por padres católicos e pastores protestantes – de formarem seitas dentro da comunidade. Vide filmes sobre o assunto: “**Os Mucker**” (1978), direção de Jorge Bodansky e Wolf Gauer; e “**A Paixão de Jacobina**” (2002), de Fábio Barreto.

³⁵ Como bibliografia sobre os movimentos citados, destaque para todos os volumes clássicos da **História Geral da Civilização Brasileira**, de Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo : DIFEL, 1962, 1964, 1974 e 1985). Entre as obras recentes, cito Aquino (2000), utilizado várias vezes neste trabalho e onde são analisadas as principais mobilizações populares do Brasil.

Tanto que encontramos vestígios de um misticismo mais “brando” em vários levantes modernos. A Doutrina Social Cristã (DSC) foi usada inicialmente nas décadas de 1950 e 1960 para orientar os camponeses a buscarem seus direitos por meio da discussão com lideranças governamentais sem o uso de “ações radicais e reacionárias” (BASSANI, 1986) até ser substituída na virada dos anos 70 para 80 pelas orientações da Teologia da Libertação, que embasou os passos da Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

A Doutrina Social Cristã antecedeu a CPT na inclusão da Igreja Católica em conflitos agrários na luta pela Reforma Agrária, mantendo sempre traços conservadores nas discussões sobre uma possível revolução deflagrada no campo. Utilizando-se da FAG (Frente Agrária Gaúcha, um dos maiores exemplos da atuação da DSC em conflitos rurais), Bassani (1986) demonstra que a ação do clero já se baseava na busca pelo fim das desigualdades no campo, ao mesmo tempo em que temia o “avanço comunista” pelo interior do Brasil. Exemplo disso eram as pregações de Dom Vicente Scherer (um dos fundadores da FAG e principal representante do movimento na década de 1960), que incentivava uma melhor formação cultural e educacional dos camponeses, mas também se preocupava com a possibilidade dos agricultores serem arrebanhados pelo comunismo:

“Dois princípios fundamentais caracterizam esta doutrina social: a harmoniosa solução dos conflitos entre classes sob a égide da justiça e do trabalho e, conseqüentemente, a condenação da luta de classes visando a supressão da propriedade privada, como quer o comunismo; e a educação dos homens segundo os preceitos do evangelho dentro de uma concepção transcendente do destino e da vida humana” (SCHERER apud BASSANI. 1986, p. 125).

Em outro trecho, Dom Vicente Scherer reconhece as condições desiguais em que vive o homem do campo, mas aponta o cumprimento rigoroso das leis ao invés de mobilizações populares em busca de mudanças:

“Pretendemos organizar os homens do interior, somar, e coordenar seus esforços na luta sindical para vencer as dificuldades quase insuperáveis que enfrentam como empregados ou como proprietários de pequenas glebas cultivadas em trabalhos por vezes sobre-humanos de toda a família. Em outras palavras, tratamos de executar as leis federais que dispõem sobre a organização dos agricultores, e temos a convicção de prestar com isso uma colaboração de inestimável valor à autoridade civil e ao desenvolvimento do nosso país” (id., p. 128).

Estes apontamentos não pretendem colocar a Doutrina Social Cristã como unicamente conservadora, já que ações suas (como a da FAG, por exemplo) serviram para iniciar grandes mobilizações no interior do País. Mas foi na transição da DSC para a Teologia da Libertação que alguns valores sociais se inverteram, redirecionando também os agentes que integravam os movimentos sociais rurais da época. Enquanto a primeira acreditava que a ordem e o respeito fiel às leis (juntamente com a atuação de lideranças políticas sérias e identificadas com as causas sociais) poderiam mudar a condição agrária vigente, a segunda (que até hoje é seguida pelas principais mobilizações do campo) colocava a coletividade como a principal engrenagem para mudar o sistema. “Democracia é isto: o poder exercido pela sociedade, de forma direta ou representativa, inclusive sobre o Estado. É a sociedade organizada a partir dela mesma, livre da alienação política produzida pela existência de um Estado todo-poderoso”, afirma Poletto (1990, p. 15), ao tratar do debate envolvendo Igreja Católica, Governo e mobilizações populares.

Poletto é um dos principais estudiosos da CPT, entidade que surgiu na década de 1970, a partir das condições apresentadas pela Teologia da Libertação, e reuniu inicialmente os bispos da Amazônia, motivados principalmente pelos conflitos de terra dos posseiros do Norte e Centro-Oeste brasileiros. Percebe-se que seus objetivos extrapolam o exercício da fé. No caderno de estudos criado pela própria CPT, o autor assim define a Comissão:

“A Pastoral da Terra, como serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil, tem na realidade da vida dos camponeses e dos trabalhadores rurais o campo definidor de sua missão e das tarefas que lhe cabe realizar. Pode encontrar indicações positivas em alguma central sindical, em algum partido político, em algum movimento social popular, e a partir daí acertar colaborações. (...). O ‘específico’ da Pastoral da Terra não é realizar práticas religiosas, mas contribuir com a única caminhada da humanidade em busca de sua libertação a partir do reforço que pode ser dado pela luz da Palavra de Deus, a partir da luz e do dom da fé cristã, vivendo o serviço à humanidade como expressão da fidelidade e da amizade com Deus” (POLETTTO, 1990, p. 19-20).

A CPT é a consolidação de uma das principais “pontes” entre os movimentos rurais e urbanos a partir da segunda metade do Século XX, ainda que também apresentasse certos traços conservadores nas suas primeiras ações. Isso está presente na mente dos integrantes da Pastoral, assim como no processo de formação do homem do campo até os dias de hoje.

“A Igreja Católica sempre teve uma ligação orgânica com o mundo rural. No geral, com uma visão e ação conservadoras, e, a partir dos anos 50, como grande preocupação com o que considerava o avanço do comunismo. No início dos anos 60, com os grupos de sindicalização rural, há uma certa abertura. E foi com o Movimento de Educação de Base – MEB (Wanderley, 1984)³⁶, que ela assume uma atuação progressista, fazendo da educação de base pelas escolas radiofônicas um meio de conscientização e politização dos camponeses e trabalhadores rurais” (BASSANI, 1999, p. 124).

³⁶ WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

Com estas colocações, além de ambientar esta pesquisa dentro das condições que circundam os novos movimentos sociais rurais, também procuramos expor a conjunção das duas linhas religiosas (DSC e CPT) com outras referências revolucionárias entre as décadas de 1950 e 1970, para seguir adiante com nossas análises sobre as respostas colhidas junto aos universitários sem-terra entrevistados.

Como vimos neste capítulo, as referências históricas dos movimentos sociais rurais brasileiros que aparentam ser díspares (religiosidade e rebeldia) conseguem interagir mutuamente no inconsciente dos homens do campo que integram tais mobilizações, decorrente da crítica perene de uma estrutura agrária engessada secular (perpetuada por leis do Estado e determinações das autoridades vigentes em cada período da história). É uma inter-relação que começa pelas ligações com a terra e a identidade com “ser rural”, passando pela vivência com agricultores e camponeses próximos (situações reflexivas) até chegar ao vínculo com seus antepassados (dos quais muitos integraram ou participaram de guerras e revoluções) e a revolta com a perpetuação da desigualdade no campo. A religião entra aí não como uma linha que costura estes referenciais, mas possivelmente como um leito de rio que mantém este fluxo social aparentemente disforme (apenas aparentemente) dentro de um trajeto escavado pelos fatos históricos. Os integrantes destes movimentos acreditam ter direito à terra por pensá-la como objeto usurpado pelos poderosos, mas também têm a convicção que este direito é divino, assim como é divino e legítimo a luta para conquistá-la, como fizeram os quilombolas, os caciques, os sertanejos de Canudos e muitos outros.

Paralelo a estes conceitos, percebemos que a definição de “movimentos sociais” (tratamos aqui especificamente de mobilizações brasileiras) também sofreu mudanças com o passar dos anos mas não perdeu o seu significado, mesmo sendo condicionados ao rótulo de “novos movimentos sociais”. Somente compreendendo esta amálgama de ideais, conceitos e referências, podemos partir para as observações específicas sobre o MST e suas lideranças (Capítulo II) e sobre a reformulação e reinterpretação destas referências pelos seus jovens (Capítulo III).

CAPÍTULO II - O MST

2.1 INFLUÊNCIAS DIRETAS DO MOVIMENTO SEM-TERRA

Junto com as influências religiosas e as referências revolucionárias que ofereceram a base para os novos movimentos sociais do campo, é mister ressaltar a importância de algumas referências sobre os movimentos que despontaram a partir da década de 1950 e configuraram-se basicamente como a “gênese do MST”.

Entre a diversidade de influências nos primórdios do movimento (mesmo Oliveira (1999) ressalta a existência de outras mais além das seis referências detalhadas por ele e citadas aqui anteriormente), preferimos destacar outras três como principais norteadoras do MST: as Ligas Camponesas, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul). O principal motivo desta seleção seria pelo fato da pretensão destas organizações não se encerrar com a conquista da terra e sim buscar conquistas políticas e sociais maiores, assim como mudanças estruturais de peso dentro do meio rural. Outro fator positivo ligado diretamente aos depoimentos dos universitários sem-terra e das lideranças tradicionais do MST é que boa parte deles (jovens ou adultos, seja na fala ou nas ações) expõe muitas das posições ideológicas apresentadas pelos agentes citados acima.

De qualquer forma, insistimos que ideais contraditórios se evidenciam mesmo entre as referências selecionadas (vide a estrutura conservadora *versus* o caráter transformador, por exemplo). Tanto as Ligas quanto a ULTAB contam com

raízes comunistas ao mesmo tempo em que seus representantes mantinham a fé cristã como motivadora da “união dos homens sobre a terra” (resgatamos aqui o peso da influência da DSC e da Teologia da Libertação). Alguns rebeldes eclesiais também tinham traços semelhantes aos das lideranças comunistas, mas com uma trajetória de luta aparentemente ambígua. No histórico dos mobilizadores católicos, a conversão inicial à Igreja aparece seguida, anos depois, pela percepção dos movimentos sociais como deflagradores de ações em comunhão com os ideais de mudanças socialistas para o mundo. Já na história dos comunistas da ULTAB, as suas ações populares (que no início eram usadas como meio de garantia das reivindicações sociais) desembocam na absorção da crença onde os homens estão unidos pela fé, pelo folclore e pelo misticismo herdado de gerações anteriores que apontam a Terra como berço de uma “possível” sociedade igualitária.

As Ligas Camponesas tiveram início com as ações rurais do Partido Comunista do Brasil, mas logo se afastaram das lideranças com a proscrição do PCB em 1947, desenvolvendo “ideais próprios”. Conforme Stédile (2002), Oliveira (1999) e Morissawa (2001), as Ligas encabeçaram mobilizações ocorridas em dois períodos distintos: entre 1945 e 1947 (com a declaração da clandestinidade do PCB) e depois entre 1948 e 1964, agora então desvinculadas dos comunistas. “Foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. (...) Foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio” (OLIVEIRA, 1999, p. 22).

Na primeira fase, tem-se como destaque a Liga de Iputinga (PE) fundada em janeiro de 1946. As mobilizações seguiram até o Partido Comunista cair na

clandestinidade um ano depois. Na virada da década, voltariam revigoradas com a mobilização do Engenho da Galiléia³⁷, em 1955, quando pequenos agricultores e posseiros pernambucanos enfrentavam senhores de engenho. Esta foi a segunda fase das Ligas, cuja organização partia então dos próprios camponeses, resultando na Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP). Conforme aponta Moraes (2002), um dos objetivos do grupo era buscar apoio político para os camponeses na capital Recife. Com isso, formou um grupo de personalidades que apoiava SAPPP e “suas ‘delegacias’, às quais, nesses tempos, os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas”, afirma Moraes (2002, p. 19-20), ressaltando que a referência do grupo já não era o PCB.

Com esta mudança, o Partido Comunista – inspirado nos levantes revolucionários latino-americanos registrados na metade do Século XX – criou em 1955 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), considerado o novo “braço rural” do partido. Apesar de origens aparentes e de atuarem juntas em mobilizações nacionais, Ligas e ULTAB sempre seguiram caminhos diferentes em âmbito regional, como deixa transparecer Moraes, ao abordar a fundação da ULTAB:

“No ato de sua fundação, estiveram presentes as Ligas Camponesas, representadas por um de seus dirigentes, o advogado Djaci Magalhães. No entanto, as Ligas não se filiaram a ULTAB. Tampouco aceitaram a oferta de aparecer com uma ou duas páginas de notícias no jornal *Terra Livre*, da ULTAB, em troca de distribuição do referido jornal entre os camponeses de Pernambuco. A recusa em função do fato de que a grande maioria dos camponeses deste Estado era analfabeta e a propaganda mais eficiente entre os homens do campo no Nordeste

³⁷ Localizado no município pernambucano de Vitória do Santo Antão.

consistia na utilização de violeiros, do cantador e do folhetaísta³⁸ que através de ‘canções de protesto’³⁹, manifestavam simpatias aos ‘movimentos pré-políticos, sejam messiânicos ou de bandoleirismo social’⁴⁰, em que estiveram comprometidas as gerações anteriores” (MORAIS, 2002, p. 38).

O autor também destaca que a ULTAB “parecia ser uma organização imposta de cima para baixo” (Morais, *ibid.*), ou seja, contava com lideranças com vivência diferente dos liderados. Isso não quer dizer que o grupo não tenha conseguido êxito em seu projeto nacional. Muito pelo contrário. A organização se espalhou rapidamente pelo Brasil e, com exceção do Rio Grande do Sul (onde se solidificava o MASTER) e Pernambuco (onde as Ligas ainda se concentravam), conseguiu um grande número de filiados. O problema aparente era a formação básica inspirada nos levantes comunistas da Europa Oriental, onde as ações no campo aguardavam as definições políticas das lideranças na cidade.

“A ULTAB era uma organização de tipo clássico e constituía uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). As Ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino” (MORAIS, 2002, p. 39).

³⁸ Violeiro é o camponês que toca viola e, ao mesmo tempo, canta versos improvisados. É um *doublé* de jograis ou de menestrelis e trovadores medievais. Enquanto toca a viola de 12 cordas, canta as façanhas dos célebres bandoleiros (cangaceiros) ou de um simples camponês que se opôs aos marcos da sociedade fechada do Nordeste brasileiro. O “cantador” é, em geral, o vendedor de folhetos de cordéis camponeses, através dos quais se editam histórias cantadas pelos violeiros. Para vendê-los nas feiras e festas camponesas, o cantador recita os versos com uma melodia típica e sem maiores variações na linha melódica. O “folhetaísta” é o poeta camponês que escreve, em versos, aquelas histórias, ou é o dono das pequenas tipografias que as edita em folhetos. (MORAIS, 2002, p. 66)

³⁹ Do francês *chanson de geste*. Poema antigo (*chanson de Roland*) em que narra um conjunto de feitos memoráveis de um personagem. (MORAIS, *ibid.*)

⁴⁰ Movimentos pré-políticos, messiânicos ou de bandoleirismo social, compreendem as fases embrionárias dos movimentos camponeses latino-americanos, segundo afirmou Aníbal Quijano em *Los Movimientos Campesinos contemporáneos en América Latina*. CEPAL – 1966 (MORAIS, *ibid.*)

Ao olharmos mais atentamente para o percurso histórico do MST, vemos que estas duas referências (Ligas e ULTAB) deixaram marcas. De um lado, a busca pela disseminação de um projeto de mobilização por todo o Brasil, tal qual as diretrizes da ULTAB (com os contatos atuais com a Via Campesina Internacional e outros movimentos sociais do planeta, os sem-terra ampliaram suas ações, inclusive internacionalmente). De outro, a inspiração das Ligas parece clara ao desenvolver ações no campo e por meio de pessoas do campo. A busca pela hegemonia, pela conscientização plural e pelas decisões coletivas e em sistema horizontal também são marcas visíveis da influência das Ligas; basta perceber a insistência em não nomear lideranças e nem criar “ícones” à frente do MST, como costumava acontecer com movimentos revolucionários históricos, anteriores aos citados (basta lembrar personagens como Che Guevara, Zapatta, Pancho Villa...).

Todas estas referências históricas que integram a formação sociológica do MST tem sido detalhadamente pesquisadas pelos integrantes do grupo, como afirmou João Stédile em entrevista, ressaltando a importância das experiências colhidas com lideranças de movimentos anteriores:

“Nós estudamos profundamente as Ligas Camponesas e também a UTAB, União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil [nome correto é ULTAB, mas a definição varia de acordo com as regiões do Brasil], organização do Partido Comunista. Logo no início do movimento [sem-terra], na década de 80, ainda tivemos a felicidade de encontrar vários líderes históricos vivos. Então levávamos para nossas reuniões e fazíamos só duas perguntas pra eles. De manhã: ‘Quais foram os acertos de vocês?’. Aí os caras, falavam tudo. Conversamos com o [Francisco] Julião e com o Clodomir [Santos] de Moraes. (...) E a segunda pergunta, à tarde: ‘Quais os erros?’ (...) Um dos erros que eles viviam falando pra gente era sobre liderança: ‘Não se metam a besta de virar líderes que eles matam vocês!’. Isso nós aprendemos com eles. Por isso, lá no movimento, toda a estrutura é coletiva. No acampamento, tudo é comissão: 10, 15 pessoas” (STÉDILE apud ZIRALDO, 2000, p. 11).

No meio destas manifestações e referências aparentemente ambíguas encontramos as inspirações vindas do MASTER, cujos ideais eram semelhantes aos dos companheiros das Ligas e da ULTAB, porém gerados dentro de um conceito próprio de busca pelos direitos à terra. Os integrantes do MASTER são fortemente inspirados pelas ações históricas do Rio Grande do Sul, como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Gaúcha (1923). Mas o movimento sulista ganhou projeção como um grupo de esquerda atuante, em conjunto com uma Igreja conservadora, mas ativa. O movimento surgiu durante um período de mudanças – Doutrina Social Cristã > Teologia da Libertação, Frente Agrária Gaúcha (FAG) > Movimento Sem-Terra (MST) –, absorvendo as contribuições das duas “frentes cristãs”. Entre 1960 e 1964, o MASTER chegou a mobilizar 100 mil agricultores e camponeses sem-terra gaúchos (BASSANI, 1986, p. 59), antecedendo as grandes mobilizações atuais do MST e de outros movimentos sociais rurais.

“Em 1962, o MASTER iniciou os acampamentos, uma forma particular de organizar suas ações. (...) Eles são hoje uma das armas de luta do MST. Diferentemente dos foreiros de Pernambuco, que resistiam para não serem expulsos da terra, a luta dos integrantes do MASTER era para entrar na terra.” (MORISSAWA, 2001, p. 94)

FAG e MASTER possuem ligações íntimas. O esboço⁴¹ de tais organizações neste capítulo não apareceu por acaso: o MASTER foi um dos principais pilares do MST atual e se enquadra no “vão” histórico entre as mobilizações intermediárias e os movimentos rurais recentes.

⁴¹ Dizemos “esboço” porque o assunto é extenso e dificilmente poderia ser condicionado nesta pesquisa. Sugerimos a leitura de Bassani (1999, 1986) e Fernandes (1996), pois ambos tratam do tema com mais detalhes.

Outro movimento importante que cabe citarmos aqui é a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Apesar de não a colocarmos como referência direta do MST, a CONTAG – segundo o pesquisador Ariovaldo Oliveira e levantamentos da própria Confederação – é considerada atualmente a maior entidade sindical camponesa do Brasil. No ano em que esta pesquisa foi encerrada, a organização representava 15 milhões de trabalhadores rurais, organizados em 25 Federações Estaduais e 3.630 sindicatos, que integravam também o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

A formação da CONTAG contou com filiados à ULTAB e integrantes seguidores do Movimento Político Ação Popular – grupo católico de esquerda conhecido como AP – além de partidos políticos oposicionistas da época. “A CONTAG nasceu em dezembro de 1963, numericamente grande. Em poucos meses de funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores rurais, dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da ULTAB”, destaca Moraes (2002, p. 50-51). Na época, as Ligas mais uma vez decidiram pela não filiação de seus integrantes. CONTAG agrupou 14 Federações e 475 Sindicatos Rurais e o seu reconhecimento oficial ocorreu no dia 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. O golpe militar de 1964 resultou em intervenção na entidade e na prisão e exílio de vários dirigentes. A Confederação foi retomada pelo MSTR em 1968.

Ressaltamos – e Ariovaldo Oliveira também assim se posiciona – que a CONTAG é considerada maior numericamente que o MST e age prioritariamente no âmbito sindical. Para compreender tamanha abrangência do MST no campo é preciso considerar as dimensões societárias e civilizacionais. Neste caso, um não é maior ou menor que o outro. Eles são apenas dotados de características diferentes.

2.2 MOVIMENTOS CAMPONESES E AS MUDANÇAS POLÍTICAS NO BRASIL

Tão importante quanto perceber os “passos históricos” dados pelos movimentos sociais rurais e as referências ideológicas dos mesmos, é considerar os resquícios que cada mobilização foi deixando na trilha que leva ao mais recente movimento: o MST.

“Cada sem-terra de hoje carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiaraju⁴², de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas. Assim como carrega a memória da repressão sofrida por todas estas lutas e o desafio de impedir que a destruição possa ocorrer de novo” (CALDART, 2000, p. 72).

Mas além de apontar os referenciais ideológicos do MST, também é preciso ambientá-los no processo histórico do nosso país. Durante o período de ebulição contínua dos movimentos populares rurais na segunda metade do Século XX, o campesinato passa a perceber que ações conjuntas poderiam transformar as condições sócio-econômicas do interior. Ao mesmo tempo em que foi o período das Ligas Camponesas, da ULTAB, do MASTER e dos sindicatos rurais, esta fase também registrou novas guerrilhas espalhadas pelo interior do Brasil, principalmente em 1960,

⁴² “Quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, em 1750, a região onde hoje situa-se o Rio Grande do Sul passou para o domínio de Portugal. Pelo acordo, todos os habitantes da região [perto de 12.000 habitantes, boa parte constituída de índios educados nas Missões Jesuíticas] deveriam transferir-se para o outro lado do Rio Uruguai, que pertencia à Espanha. Os guaranis se recusaram a deixar suas terras, onde plantavam e criavam gado, e deram início a uma guerra que durou de 1753 a 1756. O líder guarani dessa guerra foi **Sepé Tiaraju**, um cacique educado pelos jesuítas e que, em carta aos inimigos, deixou clara a decisão de seu povo de não deixar a terra. A resistência contra as tropas

década de agitação política e social que não poderia deixar de preocupar os grupos dominantes e conservadores do meio agrário, principalmente por um fator novo: os integrantes destes movimentos, mesmo tendo suas diferenças, estavam começando a atuar em conjunto contra os “donos do poder”.

Certamente a repressão que marcou a época não foi provocada única e exclusivamente pelas agitações do campo. Os quadros políticos nacional e internacional apontavam “novos problemas” a serem enfrentados pelos poderosos. Basta citarmos a polarização do mundo (entre norte-americanos e soviéticos) e a tomada da capital Havana (iniciada no dia 2 de janeiro de 1959, pelo Exército Revolucionário de Cuba). Nesta fase, grupos formados por intelectuais, estudantes, operários e até mesmo lideranças religiosas falavam sobre a tal “luz do socialismo” que apontava no horizonte brasileiro. Especificamente no meio rural, a gota d'água para os fazendeiros teria sido a criação da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) por João Goulart, em 1962, fato que desencadeou (juntamente com outros fatores) o golpe militar de 1964.

“A pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral pode representar o marco de separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas destas organizações continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias). Sem dúvida, esta separação entre o ‘tradicional’ e o ‘novo’ é uma construção que atende fins heurísticos” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 41).

É verdade que, durante o comando dos generais, os brasileiros que viviam no campo chegaram a ver um “esboço” de mudanças. O governo Castelo Branco (1964 – 1967), por exemplo, apresentou o Estatuto da Terra, considerado "avançado" para a época. "Este, somado ao Estatuto do Trabalhador Rural, já aprovado anteriormente [em 1963, durante o governo João Goulart], poderiam se constituir em instrumentos legais para a promoção da reforma agrária" (OLIVEIRA, 1999, p.28). Entre as “novidades” apresentadas pelo Estatuto da Terra, estava a designação de nomes para propriedades com até 15 hectares (de *minifúndios*, passou para *módulos rurais*), e de áreas que superassem 600 vezes este índice: com mais de 50% da área agricultáveis eram chamadas de *empresas rurais*, similares às *farmers* norte-americanas. Caso fossem improdutivas, chamariam *latifúndios por exploração*.

Mas o processo de distribuição de terra deveria seguir somente os moldes herméticos dos militares: "promover a reforma agrária dentro da justiça social sem o toque vermelho dos partidos comunistas" (id. *ibid.*), afirmavam os generais. Por este e outros motivos, o Estatuto nunca chegou a ser aproveitado integralmente na prática e ainda prejudicou pequenos e médios produtores rurais, já que as tais nomenclaturas, definidas no texto da lei, engessaram os limites das propriedades, prejudicando os pequenos agricultores. Além disso, diversos grupos empresariais e multinacionais conseguiram, amparados pelo Estatuto, direito de uso em extensas áreas do norte brasileiro, principalmente na Região Amazônica ⁴³.

Uma das poucas inovações foram a definição da “função social da terra” e a criação do Imposto Territorial Rural (ITR). “Até então os grandes proprietários

⁴³ Por conter rico material visual, sugerimos leitura da Revista Realidade Especial – Editora Abril, nº 67, outubro de 1971 – que fala sobre a ocupação da Amazônia por empresas estrangeiras, já naquela época.

brasileiros jamais haviam pago um centavo sequer de tributo sobre a propriedade” (MORISSAWA, 2001, p. 99-100). O ITR e a função social, esboçados no Estatuto da Terra, foram reinseridos no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), desenvolvido pelo presidente José Sarney, 20 anos depois (o Plano começou a ser estudado em 1985, mas o Decreto-Lei sairia apenas em 1987). A função social da terra está definida no inciso XXIII do artigo 5º e nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal. Eles apontam, resumidamente, que o proprietário da terra deve usá-la racional e adequadamente, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, observando as leis trabalhistas e garantindo que a produção favoreça tanto a ele próprio como aos trabalhadores. A propriedade que não cumprir qualquer dos requisitos citados, deve ser desapropriada e destinada ao PRNA.

Mas ações contrárias ao Plano Nacional de Reforma Agrária por parte dos grandes possuidores de terra no Brasil começaram a se materializar durante a fase de estudos do Governo Federal (1985), com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), naquele ano. O grupo ganhou adeptos contrários às metas do plano e também aos ativistas do recém-fundado MST (criado em 1984). Além de ser acusada de desenvolver ações armadas no campo (no sentido de intensificar a suposta contratação dos chamados *jagunços*), a UDR também foi tida como financiadora de políticos em diversos estados, na tentativa de colocar senadores e deputados em Brasília para defender os interesses dos grandes proprietários de terra. Seria a oficialização da chamada “bancada ruralista”, existente desde a constituição da República mas que somente na década de 80 assumiria o papel de combate aos “inimigos” que estariam criando o caos nos campos brasileiros. Ronaldo Caiado, pecuarista goiano e

representante maior da UDR em todo o País, começou atuando na Câmara de Deputados no início da década de 1980 (sua presença em Brasília segue até os dias de hoje) e, desde então, procurou interceder e impor mudanças no texto da Constituição Federal que estava sendo elaborada em 1988. “[Caiado] jogou toda a força da entidade para suprimir da nova constituição a imprescritibilidade das ações trabalhistas rurais, já aprovada. No dia dois de outubro de 1988, em entrevista que nos foi concedida durante o III Leilão da UDR que teve lugar no Parque de Exposições Ney Braga na cidade de Londrina - PR, Ronaldo Caiado declarava que os artigos da nova constituição a ser promulgada em 5 de outubro, relativos à questão da Reforma Agrária, ‘foram escritos pelas mãos da organização’ [UDR]” (SIMON, 1998, p.18).

Na tentativa de barrar a expansão de mobilizações como a UDR e inserir as metas do PNRA na política nacional, panfletos intitulados “QUEM TEM MEDO DA REFORMA AGRÁRIA?” foram distribuídos pelo Governo Federal por todo país, ao final da década de 1980, com os seguintes dizeres:

“Com o Decreto-Lei 2.363, assinado pelo Presidente José Sarney em 21 de outubro de 1987, **não precisam mais temer** a Reforma Agrária:

1.Os pequenos e médios proprietários de imóveis rurais até 250 hectares (no Sul/Sudeste), 500 hectares (no Nordeste), 1.000 hectares (no Centro-Oeste) e 1.500 hectares (na Amazônia). Esses proprietários correspondem a **97,4% dos donos de imóveis rurais no Brasil**, isto é, cerca de 4 milhões e 400 mil produtores rurais. Seus imóveis não podem ser desapropriados para efeito de Reforma Agrária. Ou seja, 97,4% dos proprietários rurais brasileiros não têm mais nenhuma razão para temer a Reforma Agrária.

2.Os proprietários de imóveis rurais de qualquer tamanho cujas terras estejam produzindo. Terra em produção não pode mais ser desapropriada para efeito de Reforma Agrária (de acordo com o Decreto-Lei 2.363).

ENTÃO, QUEM TEM MEDO DA REFORMA AGRÁRIA?

Quem tem medo da Reforma Agrária é o latifúndio improdutivo, os 2,6% de proprietários rurais que detêm 286 milhões de hectares, 47% das terras agricultáveis do País (afinal, para alcançarmos as metas de assentar 1 milhão de famílias sem terras até 1991 precisamos de apenas 30 milhões de

hectares). **Aqueles que desejam um Brasil atrasado, um agricultor explorado.**

QUEM PRODUZ NÃO TEM O QUE TEMER.

REFORMA AGRÁRIA – UM BRASIL MODERNO NO CAMPO

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário⁴⁴

2.3 – NÚMEROS DESIGUAIS E A MISÉRIA NO CAMPO

Os dados anteriores são reforçados com outros novos (veja quadro), os quais mostram que o panorama das condições agrárias no Brasil não mudou muito nos últimos 15 anos (ver OLIVEIRA, 2003). As informações do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, levantadas até agosto de 2003, apontam 420,3 milhões de hectares ocupados por 4,2 milhões de propriedades. Desse total, 2,4 milhões de agricultores (57,6% dos imóveis) ocupam 6% da área total, ou seja, 26,7 milhões de hectares. Suas propriedades são inferiores a 25 hectares. Outros 1,1 milhão (27,6%) ocupam sítios e fazendas entre 25 e 100 hectares. Os dois grupos somam juntos 85,2% e ocupam 22% das pequenas e médias propriedades rurais, enquanto somente 69 mil proprietários (1,7%) ocupam áreas acima de 1000 hectares (43,8% das terras). Em números absolutos, são 183 milhões de hectares nas mãos de 0,0003% da população brasileira:

Estrutura fundiária brasileira em 2003:				
áreas	imóveis (unidades)	percentual	área ocupada (ha)	%
menos de 10 hectares	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%
entre 10 e 25 ha	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%
entre 25 e 50 ha	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%
entre 50 e 100 ha	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%
entre 100 e 200 ha	284.536	6,7%	38.574.392	9,1%
entre 200 e 500 ha	198.141	4,7%	61.742.808	14,7%
entre 500 e 1000 ha	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%
entre 1000 e 2000 ha	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%
entre 2000 e 5000 ha	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%
acima de 5000 ha	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%
TOTAL	4.238.421	100%	420.345.382	100%

Fonte: INCRA e 2º PNRA (Brasília, 2003)

Números mais recentes também não apontam avanços nos últimos anos. Baseados no índice de Gini⁴⁵, que avalia a concentração de terra, dados do INCRA apontam que em 1967 (ano em que começou o cadastramento de terra detalhado junto ao Governo Federal), o índice brasileiro era de 0,836 (alta concentração de propriedades rurais). Em 1999, aumentou para 0,848. Em 2000, foram apresentadas mudanças no sistema de avaliação (e uma nova metodologia) e os levantamentos resultaram em um índice de 0,802. Mas onde parece ter havido melhora, verifica-se que a redução ocorreu somente porque os estudos anteriores reproduziam dados cadastrais dos imóveis onde lotes destinados à Reforma Agrária apareciam como integrantes de uma única fazenda. Hoje, cada loteamento é registrado individualmente.

Todos estes dados reforçam a perpetuação das desigualdades na estrutura agrária brasileira. São reflexos da pressão dos grupos dominantes e principalmente das políticas públicas deficientes para solucionar os problemas no campo. As mesmas que propiciaram o direcionamento da produção agropecuária para as monoculturas atuais (principalmente a soja e o gado de corte), visando safras e produções gigantescas destinadas quase que totalmente para o mercado externo, deixando de lado a tradição da policultura e do agropecuarismo familiar, onde pequenos

⁴⁴ O fac-símile do panfleto pode ser encontrado em Oliveira (1999, p. 100) (grifos do autor).

⁴⁵ 4. O Índice de Gini é a medida de grau de concentração de terra (existem outras, mas esta é a mais usada atualmente). Também é usado para medir a concentração de renda e varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição de terra. Se um país atingisse um, toda a terra disponível estaria nas mãos de um único e gigantesco latifundiário. Na situação oposta, todos os agricultores de um país estariam com a mesma quantidade de terra.

grupos comercializam animais e vegetais excedentes, garantindo o abastecimento do mercado interno⁴⁶.

Outro resultado negativo foi a explosão de “desempregados e excluídos rurais”, pessoas que perderam a terra por pressão do mercado financeiro, das exigências tecnológicas e principalmente da falta de incentivos público e privado ao “viver rural”. Estado e sociedade (agora predominantemente urbana, ao contrário de pouco mais de 20 anos atrás) esqueceram de pensar o campo como nivelador para o desemprego e a miséria, virando as costas para o ainda contínuo êxodo, que persiste na história. Nas últimas décadas, o homem do campo passou a contar com melhorias que permitem comer, estudar, morar e trabalhar melhor no meio onde vive, mas ele ainda se vê obrigado a buscar na cidade a continuidade da vida (aperfeiçoamento técnico, formação superior...), além de condições mínimas que ainda não se encontram em muitos lugares interioranos (energia elétrica, produtos de consumo doméstico, lazer, cultura, etc.).

Como foi exposto até aqui, o desequilíbrio sócio-político-econômico moderno (de 1960 para cá) também resulta em mobilizações sociais rurais, que vêm eclodindo ininterruptamente nas últimas décadas. São movimentos sociais que exigem – sejam pelo diálogo ou pela violência – ações imediatas para alterar condições do

⁴⁶ De acordo com pesquisas do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira e dados do IBGE (1996) em conjunto com FAO/INCRA (2000), as pequenas propriedades brasileiras – com até 200 hectares – são responsáveis pela produção média de 70% de feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura de leite, 40% das aves e ovos e 84% mandioca do país. As grandes propriedades (áreas com mais de 1000 hectares), corresponderiam a 22% da produção da soja (produto tão citado quando o assunto é balança comercial) e também da carne bovina, além de apenas 2% dos suínos, 1% das aves, 5% do feijão, 11% do cacau e 1% da mandioca. “Da renda total gerada pelo agropecuarismo brasileiro, as pequenas propriedades são responsáveis por 56%, enquanto as médias geram 30% e as grandes apenas 14%”, ressaltou Oliveira, em entrevista a este pesquisador. As mesmas fontes mostram que a agricultura familiar garante renda de R\$ 241,00 para cada hectare cultivado. O desempenho da agricultura patronal é de R\$ 99,00 por hectare.

meio rural. E se as mobilizações rurais se ampliaram a partir de 1950, os agentes repressores não ficaram atrás. Ações políticas que culminaram no Golpe de 64 serviram como fator intimidante dos movimentos populares. Também vimos que leis foram elaboradas durante o Governo Militar para tentar mudar a estrutura fundiária do país, mas o objetivo principal (Reforma Agrária) não foi alcançado.

Hoje, a Reforma Agrária deixou de ser a meta final e acabou definida pelos movimentos sociais rurais – principalmente o MST – como o primeiro passo para se conquistar igualdade de condições. Quando questionado sobre a incompatibilidade da Reforma Agrária clássica – que não dispõe a terra como local do novo empreendedorismo rural, mas sim como estrutura para desenvolver uma agricultura familiar supostamente distante dos níveis de produção e tecnologia dentro do mundo capitalista atual – a Coordenação Nacional do MST responde:

“Então, se você olhar para o Brasil e disser ‘aqui não cabe mais reforma agrária’, é verdade. Não cabe mais a reforma agrária clássica, em que a burguesia toma iniciativa de distribuir a terra. Por que? Porque aqui a agricultura está voltada para a exportação. Nem a reforma agrária reformista está dando certo, porque as elites estão misturadas com a propriedade fundiária (...). Não defendemos uma reforma agrária socialista porque teríamos que mudar o modo de produção. Dizemos que aqui no Brasil precisamos de uma reforma agrária do tipo popular, que seja feita por um governo que mude o modelo econômico e reconstrua a nossa economia, a nossa indústria, com distribuição de renda, aumentando salários, fazendo com que a produção esteja voltada para as necessidades da população” (STÉDILE, apud ZIRALDO, 2000, p.9).

Foi observando ações e reações que as lideranças sem-terra compreenderam a necessidade de colocar em confronto os referenciais históricos com as mudanças políticas pelas quais o Brasil passou, pois deste embate surgiram condições para a gestação dos chamados “novos movimentos sociais”. Se as ações

dos grupos dominantes ganharam maior complexidade na virada do Século (onde novos meios repressores, muitas vezes camuflados como “processos globalizantes”, substituíram a mão pesada do autoritarismo), as mobilizações populares também atingiram um grau de coalizão, atuando em diversas frentes nas reivindicações sociais.

É nestas condições que o MST desponta com seus paradoxos: consegue ser um grupo sólido e dispersar suas ações pelo país; mantém uma coordenação nacional presente nas discussões públicas, enquanto lideranças regionais anônimas atuam independentemente de decisões superiores (mas sem desfigurar o processo de luta); dissemina ações pela Reforma Agrária no campo, mas libera agentes para acompanhar mobilizações urbanas (integram protesto contra o desemprego, auxiliam o movimento sem-teto, reivindicam propostas antiglobalizantes, etc.)

2.4 MST: UM MOVIMENTO DIFERENCIADO HISTORICAMENTE?

Como temos afirmado desde os primeiros estudos sobre o assunto (DIAS, 2003; DIAS e TELES, 1998), o MST é o acontecimento mais efervescente, polêmico e autêntico da história contemporânea brasileira. Pessoas dos mais diversos setores da sociedade podem aprovar ou reprovar, gostar ou odiar, incentivar ou reprimir, mas elas jamais ficam indiferentes à tamanha presença do grupo dentro do quadro histórico nacional.

Não vamos concentrar nossa atenção nas origens do movimento, visto que outros autores já se dispuseram a estudar e publicar estudos sobre o tema (vide bibliografia citada e apêndice), mas vale partir destas pesquisas e da análise

desenvolvida nos capítulos anteriores, onde procuramos as raízes das mobilizações sociais rurais do Brasil, para compreender que a gênese do MST apresenta-se multifacetada e, à primeira vista, até confusa ou paradoxal. É um grupo que assumiu e mantém até hoje feições reformistas e conservadoras, devido às influências diversas – internas e externas – que transitam nos ideais das lideranças vanguardistas e no pensamento dos integrantes das bases.

“A raiz camponesa do MST tem a ver especialmente com a dimensão dos lutadores sociais do campo, misturando na herança pessoal da maioria dos seus integrantes os traços do que podemos chamar do modo cotidiano de vida camponesa, com elementos fortes da tradição de conservação e, ao mesmo tempo, de rebeldia social. Isto quer dizer que na formação dos sem terra há um processo de tensionamento cultural que implica em uma reapropriação e, ao mesmo tempo em uma recriação da sua própria raiz. (...) Há uma recuperação e uma recriação de sentido nestes nexos que se estabelecem entre **cultura camponesa, cultura religiosa e cultura de lutas sociais**” (CALDART, 2000, p. 33) (grifo nosso).

Nem todos os movimentos sociais registrados ao longo da história brasileira foram ou são de conteúdo progressista e transformador (BASSANI, 1986, 1989) e tal observação também serve para o MST, que absorve influências das mais diversas alas, dentro de um quadro político complexo como o existente na história brasileira. É preciso enfatizar o quanto é comum perceber feições reformistas ou conservadoras assumidas por um movimento social ao mesmo tempo, assim como a tentativa de sincronizar o pensamento dos representantes das bases com o das lideranças nacionais. Isso porque há referências diversas transitando nas discussões dos grupos. Saber lidar com essas condições díspares é um dos fatores que garante a continuidade das organizações.

“No interior dos movimentos sociais constata-se muitas vezes a existência de dois pólos de discussão quanto a quem cabe a direção do movimento: de um lado enfatiza-se a necessidade única de que tudo deve vir a ser controlado pelas bases. Assim, toda e qualquer elaboração teórica ou prática deve nascer das próprias bases do movimento. Esta postura que reduz ao mínimo a necessidade de liderança para o movimento, definiremos como ‘basismo’. Já o segundo pólo, enfatiza a necessidade permanente de uma elite intelectual que construa uma elaboração teórica e prática para o movimento, defina seu projeto, assuma o comando, a direção e tenha os elementos necessários para conscientizar os demais agentes do movimento. Esta postura é entendida como ‘vanguardismo’. Wanderley⁴⁷, no que se refere a estas questões, considera que qualquer uma destas posturas (basismo ou vanguardismo), quando levadas ao extremo, podem conduzir o movimento à destruição” (BASSANI, 1989, p. 148).

Em se tratando especificamente do MST, pode-se resgatar a conjunção de três referências já discutidas nesta pesquisa em meio à diversidade de influências aparentemente antagônicas dentro das mobilizações modernas: ações revolucionárias das Ligas Camponesas com o associativismo da ULTAB e os ensinamentos da Igreja Católica, seja por meio de sua Doutrina Social Cristã ou da Teologia da Libertação. Caldart (2000) também cita as entidades aqui destacadas, mas desenvolve seus estudos sobre os primórdios do Movimento Sem-Terra sintetizando as influências clássicas como "matrizes culturais". As matrizes camponesa e religiosa, segundo a autora, constituem basicamente a tradição conservadora do movimento. Esta tradição foi recebendo influências dos processos revolucionários ocorridos no campo, reforçados pela repressão marcante das autoridades.

A idéia de que a luta pela Reforma Agrária se faz no campo, mas se decide na cidade, já foi assimilada pelos movimentos sociais modernos rurais há alguns anos (principalmente na década de 1990), o que transformou definitivamente a imagem

⁴⁷ WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Movimentos sociais populares: aspectos econômicos sociais e políticos. Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 113.

projetada pelos integrantes sobre as lutas de classes. Percebeu-se que antes de projetar ideologias, era preciso definir escolhas "morais".

Não estamos falando aqui de conceitos que embandeiraram entidades conservadoras como a TFP (Tradição, Família e Propriedade)⁴⁸. Os valores morais a que estamos nos referindo estão ligados à união familiar, à preocupação com o coletivo e à participação política de todo cidadão diante das injustiças visíveis encontradas em uma sociedade desigual. Edward Thompson afirma que "toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores" (THOMPSON, 1981, p. 190). E para compreender a escolha de valores da classe proletária, Thompson buscou conhecer os fatos históricos a partir da perspectiva das mobilizações populares, embora os estudos tenham sido centralizados na organização do operariado⁴⁹.

Assim como Thompson, estudiosos como Hill (1987) e Hobsbawm (1988) buscaram ver a história "de cabeça para baixo", a partir dos movimentos populares e das pessoas comuns que os compunham. Temos ainda pesquisadores brasileiros que colocaram os heróis anônimos no topo da pirâmide histórica social para compreender a nossa evolução. Desde narrativas *in locu* (*Os Sertões*, de Euclides da Cunha), passando por pesquisas históricas (*América Latina: Males de Origem*, de Manoel Bonfim) e análises das mudanças no campo e na cidade dos séculos que antecederam a virada do milênio (Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* e também em *Sobrados e Mocambos*), até Aquino (2000), cujo texto nos subsidiou muito.

⁴⁸ A TFP foi criada em 26 de julho de 1960 e, de acordo com a própria definição dos representantes da entidade, tinha como objetivo principal resgatar e perpetuar as tradições "familiares, culturais e cívicas", além de combater a introdução do comunismo na sociedade brasileira, começando pelos grupos eclesiais de esquerda existentes dentro da Igreja (destaque para a CEBs) e responsáveis por nortear as mobilizações urbanas e principalmente as rurais. "As primeiras atividades da TFP contra o comunismo se desenvolveram no decurso do debate travado em todo o País a propósito da reforma agrária" (OLIVEIRA, 1980, p. 24).

Bomfim (1993, p. 188) fala apaixonadamente sobre a busca que cada indivíduo deve trilhar para alcançar uma sociedade igualitária, onde "ser livre é ser capaz de encontrar um sentido social para a vida. Os indivíduos só encontram de fato, a autonomia, quando fundam as atividades na construção de uma vida social para todos".

Passados cem anos, a observação do pesquisador permanece atual dentro das discussões sobre as ações de movimentos populares rurais modernos. Ações vanguardistas são desenvolvidas dentro de mobilizações populares, mesmo na "ausência do Estado de bem estar" (OLIVEIRA, 2001), na tentativa de alcançar mudanças por meio de projetos setorizados, paralelos a manifestações planejadas em conjunto. Atualmente, encontram-se duas condições básicas e aparentemente díspares nos movimentos sociais e em suas ações: a negociação política (em debates públicos, reuniões com o governo ou com representantes da sociedade, com organizações internacionais, etc.) e a pressão que extrapola as leis criadas e mantidas pelas classes dominantes (por meio de ocupações de terras, invasões de prédios, passeatas, protestos e mobilizações no campo e na cidade).

Aqui reforçamos questionamentos levantados por Bassani (2003) em relação ao estreito espectro visto por grande parte dos pesquisadores e a quase totalidade dos jornalistas e analistas modernos: até que ponto conhecemos a real abrangência do MST hoje? Que analista poderia afirmar que outros movimentos camponeses atuais seriam dissidentes, opositores ou apenas ramificações estratégicas dos sem-terra? Não é possível garantir que o MST possa ou não estar atuando paralelamente nos "extremos" recentes das mobilizações nacionais (de um lado,

⁴⁹ Vide os três volumes de Thompson (1987).

negociando politicamente junto a governantes municipais, estaduais e nacional; de outro consolidando ações no campo, empenhando-se em táticas ilegais e ocupações em posições-chave, dentro e fora do território brasileiro), enquanto mantém como linha mestra sua independência, tanto internamente - por meio da descentralização das ações e de uma estrutura formal de liderança substituída por comissões e setores atuantes nos quatro cantos do País - como fora do movimento (visível no distanciamento de partidos políticos, ONGs ou de qualquer subordinação a segmentos internacionais organizados)? “Uma das principais dificuldades interpretativas enfrentadas pela academia que se depara com o MST continua sendo a heterogeneidade da base social deste movimento, suas formas de representação e a especificidade de suas demandas, que fogem ao croqui do caráter tradicional”, analisa Bassani (2003, p. 12).

É preciso pensar o MST dentro de uma rede de fatos, situações e personagens que movem o planeta nesta virada de milênio: a globalização, os avanços tecnológicos, a balança comercial, o mercado consumidor voraz, entre tantos outros fatores; e ainda discutir Reforma Agrária em meio à “retirada governamental” (difusão do Estado Mínimo) e à corrida tecnicista na cidade e principalmente no campo, que registrou a eliminação de 8,9 milhões de empregos em apenas 11 anos⁵⁰. A resposta para a busca de mudanças dentro da atual condição sócio-econômica não é fácil, mas

⁵⁰ Em pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da UFRJ, encomendada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e divulgada em janeiro de 2004, a agropecuária foi o setor que mais eliminou empregos entre 10 setores pesquisados. Divididos em quatro fatores – demanda doméstica, exportações, importações e mudanças tecnológicas – foi este último que resultou em um saldo negativo de 8.983.273 vagas eliminadas. Houve números positivos como a criação de 4.713.438 empregos provocada pela demanda doméstica, mas o saldo final dos quatro fatores resultou em 3.080.500 postos de trabalho fechados. De acordo com o economista David Kupfer, coordenador da pesquisa, o resultado final entre os 10 setores foi um saldo positivo de 3.246.800 vagas, mas até então insuficiente para a demanda nacional. “A criação de 3,24 milhões de

há um caminho que pode indicar novos horizontes: a reformulação do processo de aprendizagem do cidadão, seja escolar, profissionalizante ou por meio da simples busca pelo exercício da liberdade.

“A educação que suscita e difunde a inovação não produz somente ‘coisas’; ela produz também homens. Ela modifica as atitudes destes, suas relações, o nível de suas aspirações, e facilita sua adesão e sua participação no processo de mudança, condição fundamental do crescimento econômico. A educação pode facilitar o aumento do produto ou reduzir-lhe o custo; mas seu objetivo fundamental é o de contribuir para a criação de uma sociedade progressiva, cujos membros se tornem capazes de reinventar sem cessar novas formas socioeconômicas do desenvolvimento” (MALASSIS, 1973, p. 103).

Estes “homens produzidos pela educação” começam, ainda que de forma acanhada, a desfrutar das descobertas do seu poder político nesta virada de milênio. Tal como a referência de Arendt sobre o “direito a ter direitos”, estes cidadãos estão aprendendo a exercer a liberdade que lhe é inerente, dentro dos espaços públicos. “Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDR, 1992, p.199). A autora deixa claro que o exercício da liberdade é direito do homem, a prerrogativa dele optar pelo que deseja e almeja, diferentemente dos “direitos iguais” oferecidos pelo Estado, que apenas age como tutor e não garante a plenitude da cidadania aos que formam a nação⁵¹.

Quanto ao Brasil, o caminho para o desenvolvimento hegemônico nacional tem passado por diversos testes, mas ainda não encontrou um trajeto seguro.

empregos em 11 anos não é nada se considerarmos que de 1,5 milhão a 1,8 milhão de pessoas entram no mercado de trabalho por ano no Brasil”, disse Kupfer. (FERNANDES, 2004, p. B1)

⁵¹ Sugerimos leitura da série Direito Achado na Rua, especificamente o Volume 3: MOLINA, Mônica Castagna [et. al]. **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. Brasília : UnB, 2002

Isso porque não há melhoria – seja ela por meio progressista, desenvolvimentista ou qualquer outro sistema que condiciona a sociedade a passar por “etapas” – sem que a estrada a ser trilhada tenha como base uma formação (social, intelectual, profissional, etc.) eficiente e disponível para todos.

Porém, movimentos como o MST parecem apresentar condições para que esta hegemonia se torne realidade após a virada de milênio. Vide o exemplo dos projetos desenvolvidos paralelos às manifestações e ações, como os setores de Cultura e de Educação. No caso específico dos sem-terra, percebe-se a tentativa de criar um sistema próprio de formação, sem “importar” algo de fora da luta, incluindo aí o conhecimento científico de proletários desenvolvidos (KAUTSKY, 1998) ou conceitos de intelectuais adeptos, mas não originários do interior do grupo mobilizador (LÊNIN, 1978). Mas também existe dentro do movimento a dificuldade adicional de assimilar, por exemplo, a educação tradicional (exigida por Lei Federal) nos acampamentos, e principalmente nos assentamentos, onde o sem-terra se estabelece juntamente com a família e passa a criar raízes. Assim, ele mantém a opção de viver no ambiente rural, abandonando a tendência de ir (ou encaminhar seus descendentes) para o meio urbano, pois tende a pensar que seus filhos poderiam abandonar as diretrizes do movimento e principalmente o estilo de vida iniciado pelos antepassados dele. O sem-terra quer ser assentado em uma “terra” (propriedade proveniente da Reforma Agrária) conquistada dentro de sua “terra” (região com que ele se identifica) e quer garantir a manutenção do sonho que vem buscando há gerações. Um sonho que, como expõe Thompson (1987) impregna a memória dos expropriados desde seus ancestrais. Bergamasco (1990, p. 272) utiliza o mesmo conceito para falar dos assentados em sua pesquisa, destacando que “a vida na terra para eles é um modo de vida do qual famílias

inteiras são expropriadas. O ideal de voltar (à terra) pode persistir por uma, duas, três gerações”.

Foi essa idéia de persistência que o MST usou como uma das bases para o funcionamento do Setor de Comunicação – criado em 1987 juntamente com os Cadernos e Boletins de Educação – e que futuramente constaria na “Proposta de Organização da Juventude” desenvolvida em 1999, ano em que foram implantados em 14 assentamentos os primeiros Centros de Cultura e Lazer. O sistema pedagógico do MST garante o ensino curricular tradicional e reforça as ideologias do movimento, assim como as definições sócio-econômicas, culturais e principalmente políticas do grupo. Mesmo porque, o MST não estabelece distinção ou dicotomia entre educação e política. O movimento tem como ponto de partida “o aspecto político do ato educativo”, conforme expõe Gohn (2000, p. 127). A intenção, moldada nas diretrizes pedagógicas, era desenvolver a luta pela terra baseada também no ideal passado de geração em geração, estendendo esta premissa do ensino fundamental para o ensino médio. O problema encontrado pelos professores, e admitido pelos dirigentes, foi romper o processo de ensino com as referências culturais vindas de fora do movimento.

Mesmo que os novos estudantes sem-terra deixem de fazer parte das escolas urbanas (entre os anos de 1980 e 1990, o MST já contava com escolas estruturadas em assentamentos e acampamentos), os objetos que sintetizam a cultura popular das cidades – desde as roupas *jeans* e os tênis de marca, passando pela música e programação televisiva, até chegar ao material de leitura (jornais, revistas semanais jornalísticas ou de entretenimento) – põem obstáculo à ponte entre o jovem e os ideais camponeses formados pelas influências citadas nos capítulos anteriores. Pedagogos do movimento percebem que as “músicas da moda” (principalmente

sertaneja, pagode e a chamada “axé music”), assim como influenciam os jovens das classes populares que moram na cidade, estão entre as preferências dos adolescentes sem-terra (embora elas não sejam as únicas). Ainda analisando este exemplo, não é atingido e influenciado apenas o gosto musical do adolescente, mas também a imagem que se forma a respeito do artista “popular”, transmitida por aparições televisivas; favorecendo, por exemplo, a formulação de idéias como a de que pessoas de origem pobre e pele escura podem conseguir sucesso fazendo música “de” e “para” a massa.

As histórias de personalidades que o adolescente ouve na escola e nas discussões do MST – de Che Guevara, por exemplo – parecem, então, distantes do ideal de “sucesso pessoal” que ele poderia querer ter. Em palestra proferida na UNICAMP, o dirigente João Pedro Stédile admitiu que há este descontentamento. “O assentamento não consegue dar algo mais e os jovens não se contentam”⁵².

Para Gohn (2000), a formação do cidadão do MST passa ainda por duas dificuldades básicas: os conflitos entre culturas societárias (baseadas na vivência e experiências anteriores) e os conflitos de ordem “cultural-identitária”, onde se observam dificuldades para o exercício do discurso igualitário do movimento – enquanto ideal maior – dentro da vivência efetiva do dia-a-dia.

Outro problema estaria ainda na formação moral do jovem cidadão sem-terra. É compreensível que a formação basicamente religiosa, alinhavada pela Teologia da Libertação, dificulte o trabalho de dirigentes, professores e pais sem-terra, de oferecerem uma imagem ampliada aos filhos – e conseqüentemente estudantes – do que seria o ideal do grupo como movimento social popular dentro dos espaços públicos, visto que os adultos têm dificuldade em discutir temas complexos atuais, ligados ou não

ao movimento (desemprego, homossexualismo, ecologia, genética, entre outros assuntos).

"O MST tem propostas modernas para as questões econômicas (como as cooperativas), mas ainda tem dificuldades em algumas questões-chave da era da modernidade, como a dos direitos nas problemáticas de gênero (em especial, sobre as mulheres), em questões culturais sobre raças e etnias (especialmente sobre a população negra, pobre ou a população indígena)" (GOHN, id., p.154).

E vale lembrar que, caso sejam superados os problemas e dificuldades citados anteriormente (acumulados durante a permanência do jovem nas escolas de ensinos fundamental e médio), o próximo desafio do MST estaria em garantir a continuidade da formação em Instituições de Ensino Superior (IES) destes mesmos jovens e ainda mantê-los ambientados ao meio em que vivem. Ainda não há uma estrutura grande o suficiente para suprir as necessidades deste jovem ou de outro jovem rural sem que ele saia do meio onde vive (como universidades montadas no campo, por exemplo), mas algumas ações já estão sendo realizadas por meio de um novo sistema de ensino: a Pedagogia do MST e seus convênios com as IES.

2.5 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA

Entre 1996 e 1999, passaram a existir os cursos e convênios entre o MST e faculdades e universidades de diversos Estados. Após a criação, em 1996, do Instituto Técnico de Captação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), sediado na

⁵² Palestra ministrada na UNICAMP, Campinas (SP), em 17 nov. 1997.

Escola Josué de Castro, em Veranópolis (RS), foi disponibilizado aos jovens sem-terra o curso para a formação de Técnicos em Administração Cooperativa (TAC), primeira escola de formação superior destinada aos filhos do MST.

A iniciativas de reforçar o desenvolvimento técnico dos jovens por meio de contatos com experimentos e conhecimento desenvolvidos para o campo específico das atividades em assentamentos e acampamentos reforçam a afirmação de Malassis (1973), que defende a educação aliada a outros fatores que proporcionem melhor qualidade de vida ao agricultor, funcionando como centelha para iniciar o processo em que a evolução tecnológica não resulte em números tão negativos como os apurados nas últimas décadas. “Existe uma relação entre os níveis de educação e os níveis de desenvolvimento dos setores de atividades econômicas; a modernização da agricultura é, simultaneamente, causa e conseqüência do desenvolvimento da educação” (MALASSIS, 1973, p. 105).

Em janeiro de 1998, a UNIJUÍ (Ijuí – RS) iniciou a primeira turma de Pedagogia que abrangia professores do MST em âmbito nacional. Depois, em 1999, surgiram vagas oferecidas pela UNIMEP (Piracicaba – SP), exclusivamente aos estudantes sem-terra, nas áreas de Economia, Direito, Contabilidade, História e Filosofia. Na seqüência, vieram os cursos de capacitação desenvolvidos em parceria com a UNICAMP (Campinas – SP). O primeiro curso, realizado em julho de 1999, recebeu 1.200 jovens de 22 estados⁵³. Ao final desta pesquisa, tínhamos notícias de negociações fechamento de convênios para ofertas de vagas exclusivas aos sem-terra em universidades do norte e nordeste do país e também do Oeste do Paraná.

⁵³ Fato que provocou debates na imprensa, resultando em manchetes como “Unicamp ajuda MST a formar líderes” (Jornal Folha de São Paulo, 6 jul. 1999).

Dados colhidos até o primeiro semestre de 2004 apontavam 160 mil crianças sem-terra estudando em 1,8 mil escolas de ensino fundamental (em acampamentos e assentamentos), orientadas por cerca de 5 mil educadores mantidos pelos governos estaduais ou Federal. Outros 1,5 mil estudantes faziam o ensino médio e cursos formadores de técnicos em administração, cooperativas e também magistério. Além disso, mais 30 mil jovens e adultos sem-terra integravam projetos de alfabetização com o apoio do MEC, UNESCO, UNICEF e dezenas de ONGs e entidades assistenciais brasileiras e estrangeiras, assim como de 51 universidades de todo o país.

Conforme descrição de Gohn (2000) e Caldart (2000), os cursos de formação do MST, assim como os profissionalizantes, tentam articular sua própria metodologia, apresentando problemas durante as aulas e colocando situações e desafios que incitam os alunos a buscarem novas respostas (GOHN, 2000, p. 128).

Ainda assim, as dificuldades persistem. A formação dos alunos nos cursos garante uma nova visão dos problemas sociais e provoca conflitos entre o “vivido” e o “recebido”, sendo que o primeiro apresenta-se permeado de sentimentos subjetivos, enquanto o segundo – carregado de objetividade – é pautado no racionalismo (id., p. 131). Ainda de acordo com Gohn, os dirigentes do MST parecem estar conscientes de que os três pontos básicos da formação do jovem dentro do modelo atual do MST – análise da conjuntura, consciência e organização – ainda são insuficientes para revolver problemas e garantir a participação dos novos profissionais na militância sob moldes semelhantes aos dos anos 70 e 80.

É neste momento que os convênios e projetos sincronizados com as IES parecem disponibilizar novas condições para os jovens sem-terra seguirem sua formação escolar. Expostas as condições que solidificaram a participação dos sem-terra em cursos superiores, podemos ambientar as análises dos depoimentos colhidos.

CAPÍTULO III - OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MST

3.1 PERFIL DA NOVA GERAÇÃO SEM-TERRA

Até o primeiro semestre de 2004, cerca de 750 acadêmicos sem-terra estudavam em universidades públicas e privadas do Brasil e também do exterior (58 deles cursavam Medicina em Cuba). Somados aos 190 mil estudantes (ensino fundamental e médio, alfabetização de adultos e cursos técnicos / profissionalizantes para jovens) computados dentro do MST, representam um enorme espectro disponível para o desenvolvimento de estudos sociológicos, antropológicos e pedagógicos, por exemplo.

Para a realização desta pesquisa foi selecionado um grupo reduzido, a fim de sintetizar a essência do que se poderiam chamar “universitários sem-terra”. São seis estudantes sem-terra da Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, primeira a oferecer vagas para integrantes do Movimento em diversos cursos – uma conquista perseguida pelo Setor de Comunicação do MST, criado em 1987. Passaram-se nove anos, entre a criação da primeira turma de Magistério do MST, na cidade de Braga (RS) em 1990 (graças a uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa - FUNDEP), até a entrada dos jovens sem-terra na universidade de Piracicaba.

A UNIMEP fechou um acordo que disponibilizou uma vaga para cada um dos cinco cursos selecionados em parceria com o MST: Economia, Direito, Contabilidade, História e Filosofia. Desde então, outros convênios foram fechados com

instituições de pesquisa e ensino superior (como os cursos de capacitação realizados em parceria com a UNICAMP), mas nada com tamanha abrangência e diversidade que a parceria entre UNIMEP e MST.

Em resumo, a opção por concentrarmos nossa pesquisa nestes jovens estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba (SP) deve-se a duas condições:

1) ali estavam as primeiras bolsas que abrangiam segmentos diversos e não apenas o curso de Pedagogia, como na UNIJUÍ, por exemplo;

2) Foi a única instituição que ampliou de cinco para atuais 10 bolsas e com possibilidade de expansão para 20 vagas (desde que a maioria dos cursos optados pelos sem-terra fosse no período vespertino), deixando claro o interesse da reitoria e da coordenação nacional do MST em dar continuidade à parceria (a UNIJUÍ formou apenas uma turma de pedagogos, encerrando o convênio em 2002).

Ressaltamos mais uma vez que cinco estudantes tiveram suas identidades preservadas e substituídas pelos nomes fictícios – Marcelo, Maria, Fernanda, Cristiana e Pedro – por questões éticas previstas nas determinações do Comitê de Ética em Pesquisa da UEL. Somente o universitário João Paulo Rodrigues tem o nome citado textualmente devido a sua posição como um dos coordenadores nacionais do MST, já que muitas vezes ele fala como estudante e também como liderança do movimento. João Paulo foi ouvido separadamente do grupo da UNIMEP⁵⁴.

⁵⁴ João Paulo Rodrigues, integrante da Coordenação Nacional do MST e estudante do segundo ano de Filosofia da UNIMEP, concedeu depoimento ao pesquisador dia 22.jan.2004, durante os quatro dias de comemorações dos 20 anos do MST em São Miguel do Iguçu.

3.2 O QUE QUEREM OS UNIVERSITÁRIOS DO MST?

“Primeiro é aprender. Essa é a vontade de cada companheiro que está em assentamento e acampamento. Segundo é que nós queremos dar nossa contribuição técnica pra reforma agrária, ou seja, nós entendemos que é importante ter o conhecimento científico pra ajudar nas técnicas agrícolas, pra ajudar nos assentamentos para poderem ser mais eficientes. Nós vamos fazer com que nossa juventude possa ir para os assentamentos o quanto antes; [ir] pra universidade, incentivar novos cursos... Porque só assim nós vamos conseguir fazer com que nossos assentamentos não sejam somente um espaço pra se morar, mas um espaço pra conviver, pra produzir, pra melhorar as tecnologias e assim por diante” (João Paulo).

João Paulo Rodrigues ratifica a idéia de uma mobilização que avança por diversas frentes ao mesmo tempo e busca integração direta ou indireta de várias ações populares (reivindicação por moradia, emprego, saúde, educação, etc.), além da luta pela democratização da terra. Ao estabelecer vínculos entre as frentes – ou entre os “setores”, como os sem-terra definem – e planejar o uso do conhecimento científico adquirido dentro de um sistema em que eles inicialmente não pretendiam se inserir, os jovens acabam reformulando o processo de educação tradicional. Como dissemos anteriormente, Ponce (1989) aponta que a educação está presente em quase todas as mobilizações sociais e é referendada em qualquer reivindicação de classe. Mas se o próprio historiador deixa claro que a escola é usada para perpetuar a manutenção dos grupos dominantes no poder há séculos, então como seria possível absorver o aprendizado sistematizado nas escolas atuais sem perder as referências do movimento onde o integrante se criou?

Inicialmente os sem-terra optaram por formular uma educação “própria”, complementando a grade curricular tradicional (e oficial) com textos de apoio, discussões e até mesmo com uma estrutura física diferente da encontrada nas escolas

urbanas. Caldart (2000, p. 146-152) coloca cinco fatores que influenciaram as discussões do tema “Educação” dentro do MST, a começar pelo grau de instrução dos integrantes do movimento, que reflete o nível escolar do homem do campo (onde o analfabetismo gira na média de 30%. Em algumas regiões do país, atinge mais de 70% da população rural). O segundo fator seria a preocupação das famílias de acampados (e futuramente de assentados) em garantir a escolarização dos filhos de qualquer maneira (os pais tendem a desejar que seus descendentes tenham uma vida diferente da que tiveram na juventude e sabem que o aprendizado é um caminho para os filhos crescerem socialmente), mas insistindo que os jovens permaneçam na zona rural, mesmo ela sendo muitas vezes carente de uma qualidade de ensino tida como satisfatória. Não estamos afirmando aqui que a educação nas escolas rurais é inferior à desenvolvida nas cidades, já que a qualidade da Educação no Brasil continua baixa como um todo. Em muitos casos as escolas rurais superam as concorrentes urbanas, pois contam com outros fatores adicionais: refletem melhor a realidade dos alunos na hora de exemplificar problemas para serem discutidos ou resolvidos (inclusive a linguagem utilizada em sala de aula, por exemplo, condiz com a realidade do aluno), contam com a proximidade maior dos moradores (todos conhecem todos, não somente na escola, mas no trabalho, nas festas, na Igreja...) e também possuem quase sempre uma quantidade menor de alunos por sala. Os universitários sem-terra também apontam estas características em seus depoimentos:

“As pessoas acham que as escolas do sítio são mais fracas que da cidade, mas eu senti o contrário disso. Eu senti que a escola que eu fui [no bairro próximo ao assentamento, mas também localizado na zona rural] a qualidade de ensino era melhor que a escola que eu estudava. Porque eu também estudei em uma escola estadual em São Paulo [capital], mas de periferia. Mas mesmo assim não é o suficiente para depois enfrentar o vestibular” (Fernanda).

O terceiro fator apontado por Caldart (2000) condiciona educação como um processo de absorção de conhecimentos mais amplo que o apresentado em escolas comuns, ou seja, aprender a ler e escrever também estimula os jovens a aprenderem valores familiares (respeito, união, apoio mútuo...), a questionarem o sistema social em que vivem (compreender por que passam dificuldades ou estão desprovidos de coisas que outras crianças – as urbanas – têm) e a entenderem o motivo da existência da mobilização da qual fazem parte. Sendo assim, o jovem sem-terra fecharia um ciclo basicamente definido desta maneira:

>aprendizagem >questionamento do que aprendeu >senso crítico sobre o próprio saber >integração com outros questionadores que vivem nas mesmas condições

“A linha de ensino desta escola [em que ela estudou, na cidade] era um plano de ensino praticamente urbano. Então eles não trabalham a realidade e também nada do sítio”, aponta a entrevistada Fernanda, reforçando a análise.

O quarto fator “tem a ver com as próprias características do MST, que acabam produzindo as condições para que uma necessidade das famílias fosse transformada em tarefa da organização” (CALDART, 2000, p. 151). Isso quer dizer que a educação era necessária porque as crianças estavam no movimento e continuariam nele, mesmo debaixo de lonas ou enfrentando frio e chuva. Por meio das referências expostas nos capítulos anteriores, nota-se que o MST está embasado na coletividade, na fé e na estrutura familiar, propondo garantir condições iguais para que todos (pais, filhos, avós, deficientes, incapazes, aposentados, cristãos, protestantes, filiados políticos, partidários, capitalistas, socialistas...) continuem integrando o grupo, sejam

as condições favoráveis ou não. Na visão dos sem-terra, ao desenvolverem um sistema pedagógico paralelo, também desenvolveriam a constância da unidade familiar e grupal dos integrantes, a começar pelas crianças e jovens.

O quinto e último fator apontado por Caldart ratifica exatamente a presença constante das referências de mobilizações anteriores: as raízes históricas e sociológicas do MST garantiram o embasamento que ele precisava para alçar vôos maiores, como a ampliação da luta em âmbito nacional (inclusive com reflexos internacionais) e também a expansão das metas, extrapolando o objetivo principal (que era a Reforma Agrária) e partindo para outras frentes. Queremos incluir aqui ainda a proximidade de lideranças rurais com pessoas que não integravam diretamente os grupos referenciais, mas sempre demonstraram interesse em mudar a estrutura agrária do país. Entre estas pessoas estão os intelectuais que deram aos organizadores do MST e de outros movimentos sociais direcionamentos culturais profundos que levaram tais grupos a buscar mudanças e a romper com o conceito tradicional de educação e cidadania. Ilustramos isso com o depoimento de Marcelo sobre o que aprendeu como integrante do Setor de Educação. “Nós estudamos Paulo Freire, Makarenko, Vygotsky⁵⁵ e criamos um projeto pedagógico de uma escola que fosse itinerante, em virtude do acampamento de Nova Canudos ser um acampamento de várias desocupações”, afirmou o entrevistado, que integrou o Setor de Educação do acampamento, citando autores ligados à Pedagogia que não compactuariam com o sistema pedagógico desenvolvido na maioria das escolas brasileiras.

⁵⁵ Lev S. Vygotsky (1896-1934) e Antón S. Makarenko (1888-1939), ambos pedagogos e pesquisadores na área de Educação.

Ao discutirem Freire, os jovens sem-terra resgatam a “pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1983) e constróem os preceitos de um aprendizado onde a vivência com o meio pode garantir referências importantes dentro do próprio cotidiano. Já Vygotsky (1984), por exemplo, oferece aos estudantes em geral um sistema de aprendizado onde as vivências coletivas dão significado aos assuntos abordados em sala de aula. No texto em que Pellegrini (2001) avalia as idéias de grandes sistematizadores pedagógicos usados por professores e instituições, é possível entender que estruturas de ensino devem se complementar, já que nenhum professor ou pensador é dono da verdade. Para Freire, “o processo educativo seria um ato político, uma ação que resultaria em relação de domínio ou de liberdade entre as pessoas. De um lado, estaria a burguesia e, do outro, os operários. Uma pedagogia que libertasse as pessoas oprimidas deveria passar por um intenso diálogo entre professores e alunos” (PELLEGRINI, 2001, p. 22), exatamente o pensamento que os sem-terra procuram seguir. Já a partir de Vygotsky, conclui-se que “o indivíduo não nasce pronto nem é cópia do ambiente externo. Em sua evolução intelectual há uma interação constante e ininterrupta entre processos internos e influência do mundo social” (id., p. 25). Assim sendo, o pensador questiona a idéia de que as crianças vêm ao mundo com suas características pré-determinadas, ao mesmo tempo em que discorda do empirismo, seguindo uma terceira via, a “sociointeracionista” (id. *ibid.*).

Poderíamos nos alongar por outras teorias pedagógicas, mas os dois exemplos colocados aqui (e citados pelo universitário) já deixam claro que alguns jovens sem-terra estão tentando compreender o que parece explícito para eles: a educação formal apresenta fissuras que dificultam a participação de excluídos sociais no processo de ensino que é oferecido como um direito constitucional a todos. Para um

dos entrevistados, estas deficiências também são identificadas em níveis mais avançados.

“A universidade – e o curso de Direito principalmente – tem uma formação tecnicista. E tudo que é tecnicista foi feito para manter o que a direita pensa, manter as normas que a direita pensa. E quando você chega com uma bagagem, trabalhando em um movimento social e discutindo o porquê... (pausa). Dentro do movimento social, dentro do MST, você tem a formação. Eu tinha, por exemplo, formação com o Wolkmer⁵⁶, que é um dos maiores pensadores da Filosofia do Direito do Brasil hoje. O movimento me proporcionava isso” (Marcelo).

As entrevistas realizadas na UNIMEP contribuíram ainda para destacar duas situações pertinentes: uma é a visão crítica da escola durante o processo de aprendizagem (como vimos no depoimento anterior) e outra é exatamente o fato desta visão crítica não ser homogênea. Enquanto alguns aparentavam ter em mente uma imagem mais nítida das condições educacionais que os havia cercado até o momento em que chegaram à universidade, outros ainda esboçavam comentários dispersos.

Poderíamos dizer que a origem urbana de alguns dos jovens entrevistados apontaria para um aparente nível de conhecimento superior ao da maioria. Assim dá-se também em relação à idade, já que os mais velhos do grupo possuem engajamento político maior e isso reforça a busca por textos e referências mais polêmicas. Antes de nos aprofundarmos nestas discussões, vejamos os depoimentos sobre infância e formação escolar dos jovens, a começar por Maria:

⁵⁶ Antonio Carlos Wolkmer é uma das referências do chamado “Direito Achado na Rua”, projeto que ganhou força na década de 1990 e atualmente conta com a participação de juristas que propõem um direito novo que ampliaria a capacidade da população de “autoexecutar” sua participação ativa no processo social. Ver WOLKMER, Antonio C. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. Editora Acadêmica, 1991.

“Tenho 23 anos. Meu pai é de Minas, minha mãe é cearense. Eles se conheceram no Paraná, em Nova Londrina. Eu nasci lá. Com três anos vim para o Pontal. No começo era a chamada Gleba 15. Ainda não existia o movimento [na região]. Viemos bem antes. Ficamos um ano beirando a pista (rodovia). Depois o próprio Estado desapropriou a Gleba 15. O movimento veio muito depois. Passei a vida em assentamento, sítio. Sempre convivi no meio. (...) Desde os quatro anos eu ia pra escola no assentamento. Sempre estudei em assentamento. (...) O assentamento que eu moro tem cinco setores. Morei nove anos em um que tinha até a oitava série. Mas depois eu mudei para um outro que não tinha, aí tive que estudar na cidade” (Maria).

Agora acompanhemos o depoimento de Fernanda:

“A minha mãe é de Alagoas, meu pai do Paraná, mas eles se conheceram em São Paulo. Eu nasci em São Paulo, mas aos nove anos de idade fomos para o [acampamento do] MST, para Itapeva, onde eles moram atualmente. Tenho 20 anos. (...) Até o terceiro ano eu estudei em São Paulo (capital). A partir do quarto ano eu estudei em uma escola que não era dentro do assentamento. Era assim, um bairro próximo, mas era uma vila rural. (...) Não tinha [aula no assentamento] porque a quantidade de crianças não abrangia uma escola. Então a gente estudava em um bairro vizinho. Até o terceiro ano do ensino médio eu estudei neste bairro” (Fernanda).

Vejam agora a origem de Pedro:

“Tenho 25 anos, minha família são imigrantes da Bahia e vieram pra cá há uns 20 anos mais ou menos. Vieram para o município de Itapeva (SP). Meus pais trabalharam como agricultor, arrendatário por vários anos até que em 1984 ele foi convidado pelo Movimento Sem-Terra, por pessoas que se organizaram para conquistar terra naquela região devido a um foco de lutas em outros estados que estavam acontecendo como no Rio Grande do Sul. Aí este grupo se organizou e em 84 a gente conquistou [terra] naquela região o assentamento. (...) Eu nunca vivi na cidade. Na verdade eu saí de uma propriedade de fazendeiro – meu pai trabalhava como meeiro, assalariado – depois fomos para o assentamento. A gente tinha nossa própria terra, nossa própria estrutura e trabalhando organizado dentro do assentamento. (...) Estudei até a quarta série [em assentamento]. A quinta série eu fiz no município de Itapeva, onde viajávamos 35 quilômetros todos os dias” (Pedro).

Os três entrevistados acima são os mais novos – tem entre 20 e 25 anos – e falam das suas vidas de maneira breve, sempre inserindo a infância no meio rural e destacando a vida no campo. Estes são os que desenvolveram praticamente toda a formação escolar dentro das escolas criadas ou ligadas diretamente ao MST. São pessoas que esboçam o modelo típico de jovem integrante do movimento, mas ainda aparentemente deslocado das ações do grupo, concentrando seus esforços primeiramente na busca pela formação escolar.

Seguimos agora com os depoimentos de Marcelo e Cristiana, mais velhos (ambos com mais de 35 anos), mais experientes e explicitamente mais engajados e atuantes dentro do MST. A infância e adolescência, divididas entre períodos de vivência no campo alternados com a cidade, parecem ter garantido melhores condições de aprendizagem. Isso somado à experiência com trabalhos internos dentro do movimento garantiu também melhor desempenho dentro da universidade. Ainda assim, a identidade com o meio rural está presente em quase todas as falas, principalmente quando citam a origem dos pais e as frustrações pela perda das terras da família durante as décadas de 1960 e 1970.

Como veremos no decorrer do capítulo, eles também deixaram de ser somente estudantes para transformarem-se em “agentes disseminadores” das idéias dos sem-terra dentro do campus.

“Tenho 37 anos. Sou filho de pequenos agricultores que na década de 60 perderam suas terras e foram obrigados a migrar para a cidade. Sou de Minas. Nasci em Uberaba. Minha família mora lá até hoje e vim pra Piracicaba em 1991 pra fazer faculdade, onde foi quando conheci o movimento. Foi no começo de 92, com a ocupação que teve em Sumaré. Aí de 92 até 97 eu tive que parar com a faculdade por motivos financeiros. E fiquei como apoiador do movimento. Fazia campanhas pontuais do movimento. (...) Minha formação é toda em Uberaba. Fiz o primário em um grupo estadual . Da quinta série até terceiro colegial,

em virtude da minha mãe trabalhar em um convento de freiras dominicanas que tinham uma escola, eu fiz o restante nesta escola. Era uma escola da elite de Uberaba e que eu tinha uma bolsa para estudar lá em virtude da minha mãe trabalhar lá. Para não chocar os outros alunos na questão social, elas me davam todos os 'equipamentos' necessários para fazer aula, inclusive uniforme, sapato, material escolar, tudo. Eu tinha uma bolsa tipo completa. Eu e meus três irmãos. Com exceção dos meus dois irmãos mais novos que, quando minha mãe saiu do convento, mudou a madre e perderam a bolsa. Mas tanto eu quanto minha irmã, que era um ano mais nova, mas que entrou na escola junto comigo, tivemos esta formação de cunho religioso" (Marcelo).

Veja agora o depoimento de Cristiana:

"Tenho 36 anos (...). Minha família é de origem rural. Nós morávamos na fazenda na década de 70. No final de 70, a gente mudou pra cidade – foi no período do êxodo rural. Na verdade a gente morou em vários municípios do interior de São Paulo, moramos no Mato Grosso. Todos na região de Araçatuba. O último município que a minha família morou foi naquela região e agora atualmente estamos em Limeira. (...) Somente eu faço parte do MST. Quando nós fomos pra Limeira, depois de 16 anos morando lá, eu comecei a participar na minha adolescência da Igreja. Foi na época em que as CEBs estavam num momento muito bom de crescimento. Eu participava da crisma e nesse período da crisma eu fui adquirindo uma consciência política. Foi em 82... E a partir daí eu comecei a participar com um grupo de jovens especificamente com projetos da periferia, que era trabalho desenvolvido da Igreja católica, em conjunto com as CEBs, que eram as Comunidades Eclesiais de Base. E a partir daí comecei a me identificar com a luta do Partido dos Trabalhadores. Isso tudo na minha adolescência. Já comecei a participar do Sindicato. Ainda me lembro da tomada do Sindicato na época, que era dos metalúrgicos. (...) Foi numa reunião da Igreja que um companheiro começou a falar do MST, que eu já havia conhecido em 90, mas não tinha muito contato. Aí comecei a perceber que... Foi um momento em que a CEB já começava a diminuir sua participação devido a ascensão da Renovação Carismática. Aí eu comecei a participar do MST, a organizar as famílias. Eu já tinha um trabalho de base em Limeira, então contribuí para que eu organizasse famílias. Fui conhecer o acampamento e depois de alguns meses com o acampamento estabilizado eu fui para uma ocupação. Fui sozinha, deixei minha família... Fui um momento muito difícil pra mim e pra minha família porque nós nunca tínhamos nos separado antes. Eu tinha 25 anos e fui para a Fazenda Ipanema, no município de Peiró, fiquei 3 anos e meio acampada e lá comecei a fazer um trabalho com a educação" (Cristiana).

As origens denotam, portanto, situações díspares: universitários oriundos de colégios particulares, de escolas públicas urbanas e de grupos escolares rurais. O desembocar destes estudantes dentro do MST se deu por caminhos diferentes e conseqüentemente revela um viés importante, ao mesmo tempo em que a identificação com o movimento e seus ideais está fortemente (de)marcada no pensamento das pessoas ouvidas. A percepção do mundo que os cerca aparece mais ampla entre os mais velhos, mas todos se reconhecem dentro de uma mobilização contrária ao sistema vigente e isso os faz sentir “diferentes” dos colegas de classe (seja na infância, quando em escolas urbanas, ou no momento presente). Marcelo, por exemplo, teve sua formação “fora” do movimento. Ele não viveu em acampamentos e assentamentos como a maioria dos outros, mas traz na afirmação “sou filho de pequenos agricultores que na década de 1960 perderam suas terras e foram obrigados a migrar para a cidade” o principal motivo que o levou a integrar ativamente o MST. Assim sendo, Marcelo acabou incorporado como “de dentro” do grupo.

De acordo com a pesquisa de Branco (2004), feita com adolescentes moradores de um assentamento do interior paulista, diferenças são percebidas desde a infância, quando o convívio coletivo explicita a existência dos “de dentro” (integrantes do MST que vivem em assentamentos e acampamentos) e dos “de fora” (como são chamados os que não integram os sem-terra). Os jovens sabem que “dentro” e “fora” do movimento se complementam, mas ainda assim esta separação existe. Muitos também sofrem com tal segregação e, como diz a autora, “são incluídos de forma excludente” (BRANCO, 2004, p. 66), no que se refere ao processo educacional e à própria sociedade.

“O espaço-tempo construído coletivamente, delimita, hoje, o que está ‘dentro’ e o que está ‘fora’ para a identidade. De ‘dentro’ é que puderam ver o mundo que, para eles, está ‘fora’. Mas é ‘de fora’ que acreditam poder encontrar recursos para se manterem como ‘de dentro’ ou com os que ‘estarão dentro’. As fronteiras traçadas pela sociedade para os jovens do assentamento promoveram a construção do ‘eu/nós/eles’. A identidade coletiva gerada na luta que separou os de dentro e os de fora resiste, pelo sentido que a comunidade e a luta adquiriram para eles, à negatividade que lhe é imposta. Porém, esta identidade não permanece imune às pressões que sofre e nem está acabada, pois é processo de transformação permanente no dinamismo da vida social” (BRANCO, *ibid.*).

É verdade que a autora se concentrou na análise dos jovens dentro do assentamento, optando por não expor no livro ações e eventos que exprimem tentativas de integração entre os de dentro e os de fora, como os Encontros de Jovens do Campo e da Cidade⁵⁷. Mesmo assim, está muito claro que esta separação, colocada pelos próprios jovens, existe quando se vive em um “mundo” diferente e separado de outro.

Mas os conflitos que aparecem durante a vida “dentro” (do assentamento) são os mesmos existentes do lado de “fora” (em nosso caso, na universidade)? Para responder a essa questão é preciso destacar antes que “ser” estudante sem-terra de ensino fundamental e médio é diferente de “ser” universitário sem-terra, que por sua vez é diferente de ser um universitário somente. A vaga em uma instituição de ensino superior não é entendida como uma conquista individual, mas sim a sensação de estar representando um grupo que alcançou tal condição graças ao

⁵⁷ Tais encontros são realizados em âmbito nacional, estadual ou regional. Este pesquisador participou do 1º Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade realizado em Londrina (PR), entre 30 de agosto e 1º de setembro de 2002, onde reuniram-se cerca de 850 pessoas. A programação previa a discussão de: 1) “Objetivos”: estimular a articulação e organização da juventude, estimular as lutas de massas com a colaboração dos jovens e ainda analisar a realidade brasileira e mundial; 2) “Tarefa Orgânicas”: estimular a construção de núcleos de jovens em todos os municípios e bairros das cidades, além de estimular a realização de mais encontros regionais; 3) “Tarefas Políticas para a Juventude”: organizar comitês de campanha contra a ALCA e a defesa da Amazônia, desenvolver campanhas de solidariedade aos povos palestinos, aos cubanos, a argentinos e aos demais povos lutadores mundiais, além de estimular a luta contra a diminuição da idade penal e unificar trabalhadores do campo e da cidade na busca de novos valores morais, éticos e revolucionários.

movimento. Fernanda, por exemplo, estudou por meio de todo material que tinha ao seu alcance – reforçando mais uma vez a deficiência do ensino fundamental e médio, da cidade ou do assentamento – e chegou até onde está sabendo que uma condição maior a auxiliava nos bastidores (neste caso, o convênio que garantia a reserva de vagas exclusivas para estudantes sem-terra na UNIMEP).

“No mesmo ano que eu me formei no ensino médio, eu prestei vestibular e não passei. Agora, nos seis meses antes de prestar para entrar aqui na Unimep, eu estudei em casa em apostilas que eu ganhei de uma amiga também e eram coisas assim que eu nunca tinha visto, assim, eu tinha que ir tirando dúvidas com pessoas que já tinham estudado porque era muito difícil... A escola, o ensino público não abrange o suficiente, o necessário para você passar no vestibular” (Fernanda).

Já Marcelo afirma que não teve muita dificuldade no vestibular devido ao fato de ter estudado em escola particular na infância. Ainda assim, ele insiste que a conquista pessoal foi concretizada graças ao grupo:

“Eu faço questão de mostrar. E todas as minhas atuações [em mobilizações populares ou em simples reuniões acadêmicas] eu tenho por princípio falar ‘olha, eu só estou aqui graças ao MST’. Se não fosse o MST eu estaria como estava antes: parado e sem estudar” (Marcelo).

Voltando à questão sobre sentir-se “dentro” ou “fora” do mundo em que vive, percebemos que a insegurança identificada por Branco (2004) no grupo de adolescentes pesquisado por ela ainda apresentava resquícios na transição “ensino médio > ensino superior”. Porém, ao citar o depoimento de uma jovem de 17 anos (com o nome fictício Marta), Branco aponta que esta insegurança é compartilhada por todos, ao mesmo tempo em que funciona como um reagente dentro do processo de superação.

“Ela assume as críticas que recebe como verdadeiras e diz não revelar ‘quem é’ para os *de fora*, mas, somente quando Josias [outro entrevistado] diz que a luta não é dela, é que Marta pode expressar sua divergência com os pais. Os demais jovens do grupo, mesmo não tendo a mesma opinião, foram solidários com a sua dificuldade, tentando mostrar-lhe outros pontos de vista. A maioria se orgulha da luta empreendida pelos pais. Porém, enquanto ensinavam a ela como enfrentar a rejeição por ser Sem-Terra, falavam também para si mesmos, porque também eles escondem ‘de onde são’, ‘o que são’, por temerem a discriminação que sofrem. Assim, o lugar de luta os separa dos demais lugares fora do assentamento. Há uma fronteira bem demarcada entre o que está ‘do lado dentro’ e o que está ‘do lado de fora’ (BRANCO, 2004, p. 55) (grifos da autora).

Vêm-se claramente as dificuldades de “ser” jovem sem-terra. Mas este argumento não é suficiente para explicar a insegurança expressada pelos jovens, porque podemos imaginar que “ser” adulto sem-terra também é difícil. Claro que os conflitos da adolescência incrementam ainda mais os questionamentos das condições sociais do grupo pesquisado por Branco, assim como ocorre com nosso grupo de universitários entrevistados. O fato dos estudantes estarem em um “patamar superior” aos demais (adolescentes e adultos sem-terra) resulta em um espaço potencial para serem esboçadas reações contra o que pensam “os de fora”.

No entanto, este mesmo terreno amplo se estreita como fio de navalha quando se percebe que a condição de universitários desses jovens os empurra para junto dos “de fora”. Motivo: os estudantes da universidade também são vistos de maneira diferente pelos “de dentro”, pelos seus companheiros jovens que estão em assentamentos e acampamentos, mas não estão cursando faculdade. A condição é simples porque o próprio sistema de seleção da instituição de ensino superior (no caso, o vestibular) reforça a impressão de que os sem-terra que estão na faculdade foram os escolhidos, os privilegiados ou até mesmo os aceitos pelo mundo “de fora”.

Sendo assim, além dos jovens que vivem nos assentamentos e acampamentos (mas que não estão na faculdade) enfrentarem o “desejo” de ter objetos e condições como os de seus semelhantes urbanos (roupas, lazer, eletrodomésticos, acesso à cultura, etc.), também enfrentam agora o desejo de serem como os “escolhidos”. Isto é percebido pelos universitários sem-terra e está presente nos depoimentos deles. Maria, quando questionada sobre seu relacionamento com os demais colegas dentro e fora da universidade, ressalta a visão crítica dos alunos de classe, mas também não exclui um certo grau de rejeição identificado entre os jovens do assentamento:

“Tá devagar [o relacionamento na classe]. Ainda tem aquele receio. Olha pra gente assim... [pensa]. Alguém muda sempre [de mesa], falam ‘ali é bolsa’. Tem um monte de gente na minha sala tentando bolsa. Falam ‘como você conseguiu? Tem um jeito de entrar no MST e conseguir bolsa?’. Eu digo não, não é assim. Eu fiquei parada 4 anos e agora que eu consegui. Foi muito difícil. Não é fácil assim, conseguir uma bolsa. Lá no assentamento que eu moro, todo mundo quer, mas não é fácil” (Maria).

Vê-se que as condições em que Maria está garantem a ela terreno amplo para se auto-avaliar, enfrentar situações adversas e demonstrar mais segurança ao falar sobre relacionamento social: é mais velha (23 anos) que os demais colegas jovens do assentamento onde mora; está estudando em uma instituição particular que recebe pessoas de alto poder aquisitivo e nível cultural; está amparada por um movimento social tido por ela como respeitado (amado ou odiado, mas respeitado); e por último se vê como vencedora (sem arrogância aparente) entre os demais sem-terra.

Mas na mesma resposta ficou claro que ela uniu o receio de seus colegas de classe com o receio dos companheiros de assentamento, demonstrando

que é preciso provar sua capacidade três vezes: primeiro para ela mesma, depois os “de fora” e ainda ter que convencer os “de dentro”. E como obter sucesso neste processo de convencimento? A resposta está novamente na busca por melhores condições de ensino básico e na inserção das dificuldades (individuais e coletivas) dentro do processo de formação em acampamentos e assentamentos. Por mais que o movimento tenha feito avanços no desenvolvimento de uma pedagogia paralela, a educação das crianças e jovens sem-terra continua baseada no processo tradicional de ensino. Por mais que tenha evoluído, a escola rural – do assentamento e do acampamento – parece continuar deficiente como a quase totalidade das escolas públicas de ensino fundamental e médio. Lembramos mais uma vez o levantamento feito pela Unesco em 2003, no qual estudantes brasileiros do ensino fundamental aparecem em 40º lugar entre 41 países latinos avaliados em quesitos mínimos: conhecimento básico em português, matemática e interpretação de texto. A escola visivelmente deixa de oferecer condições que garantam uma aprendizagem sólida e preparo para os jovens brasileiros enfrentarem etapas mais complexas, a começar pelo vestibular.

Ao analisar o jovem do meio rural, seja ele sem-terra ou filho de agricultores, Vela (2001) destaca que vários fatores aumentaram a conscientização dos jovens do campo em relação ao mundo que o cerca, mas também respalda que estes mesmos fatores igualmente aceleraram o processo de formação dos jovens da cidade. Portanto, o distanciamento entre a juventude urbana e a rural pode estar atualmente em outro nível (no âmbito da concorrência profissional, do acúmulo cultural, das condições de assimilação do mundo moderno, etc.), mas continua visível. É como uma bolha dentro de um cano d’água na posição vertical: a pressão que eleva as águas anteriores a bolha faz com que ela empurre o líquido posterior. A pressão avança a massa de

água, mas a distância não diminui e as partes continuam separadas pelo ar. Existem ainda outros fatores que contribuem para minar o desenvolvimento do jovem rural:

“O peso das preocupações com a migração rural, a exigência na pluralidade de atividades, as rápidas mudanças na estrutura familiar, o conhecimento, mesmo que intuitivo, de viver e sentir-se num mundo globalizado, possuidores de uma baixa escolaridade, e a entrada no mercado de trabalho cada vez mais cedo, como necessidade para ajuda no grupo doméstico, causam cada vez mais a conformação de um jovem rural desmotivado, ao verificar que não tem mais espaço na divisão da terra com os irmãos, e preocupado ao migrar ou para outras regiões rurais, ou para os centros urbanos, onde a demanda pelo trabalho é bem maior que a oferta, e em extremas condições de desigualdade com o jovem urbano. Um *trainee*, selecionado como estagiário entre grandes empresas, precisa estar cursando o último ano de uma carreira universitária, ou estar cursando pós-graduação, falar no mínimo uma língua e ter muita criatividade. Isto é certamente, se não algo desconhecido, um sonho para os jovens rurais” (VELA, 2001, p. 36-37).

João Paulo também considera tais condições “um sonho” para a juventude do campo. Ele culpa o sistema proposto pelos governantes (principalmente nos últimos oito anos), mas também condena a descontinuidade da atuação do Setor de Educação do MST nos últimos 17 anos (parcialmente pelas complicações dos projetos terem sido provocadas pelos próprios sem-terra) como fator co-responsável desta estagnação.

“A metodologia como foi colocada no MEC e, ao mesmo tempo, a teoria do Estado Mínimo [ele afirma que teria sido colocada no decorrer da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)] que tira da sociedade o acesso à educação, à universidade, à educação básica e assim por diante, trazem conseqüências gravíssimas. Houve um grande aumento das universidades privadas e isso faz que uma pequena parcela da população tenha acesso à universidade. No campo ainda é mais desastroso. É grande a dificuldade de acesso à escola de primeiro grau, de segundo grau [agora ensinamentos fundamental e médio, respectivamente] e à universidade é mais complicado ainda. Ou seja, nós os camponeses temos dificuldades muito grande de ter acesso à universidade, aos cursos superiores. Por isso, nós entendemos que temos que fazer alterações e reformas na área de educação, mas em especial garantir que o Estado esteja presente. Nós não podemos privatizar a educação no Brasil” (João Paulo).

O depoimento de João Paulo Rodrigues indica que os jovens brasileiros saem despreparados das salas de aula – isso quando conseguem sair do ensino médio formados – e integram a mesma maioria brasileira que apresenta limitações culturais e sociais. É a escola deficiente, criticada por tantos pesquisadores e pedagogos brasileiros.

“Se o que a escola deve fazer, afinal, é ajudar a *produzir seres humanos*, é preciso, de um lado, que ela não se negue a cumprir esta tarefa, o que ainda acontece em muitas escolas atualmente, à medida que ignoram ou não enxergam os sujeitos que estão dentro dela; e, de outro, que aceite *entrar no processo* e fazer leitura das demandas e das questões que ele [o sem-terra] vai colocando em seu movimento, às vezes mais lento, às vezes mais acelerado. Sintonia com seu tempo e com os sujeitos que nele atuam, compromisso político com a *humanização* em seu sentido mais pleno: é isto afinal que o Movimento quer ver em escolas que se assumem como vinculadas a seu projeto ou a seus princípios” (CALDART, 2000, p. 246) (grifos da autora).

Vela (2001) aponta caminhos que deveriam ser seguidos imediatamente pelos envolvidos nesta questão. Especificamente para o jovem rural, adicionaria a estes caminhos uma educação conciliadora com a vivência no campo.

“De imediato, observa-se a necessidade de elaborar políticas adequadas para devolver ao jovem rural o título de produtor e protetor do espaço agrário e, ao mesmo tempo, oferecer uma educação que evite o rompimento com a formação cotidiana adquirida na família e evite também a fuga de mulheres e homens do campo, devido à incorporação de novas idéias que desvalorizam o rural. Os espaços rurais são os que ainda resguardam a essência das culturas nacionais e os ecossistemas naturais locais e regionais. Neste sentido, na transformação das sociedades rurais futuras, com a incorporação dos jovens, define-se o espaço da sociedade no seu conjunto, vinculada à natureza. A visão de futuro da sociedade deve incluir não apenas o custo econômico do rural, o nível do ambiental, do sustentável e do modelo social, mas principalmente a incorporação dos jovens” (VELA, 2001, p. 37).

Mas se a educação atual (aqui voltamos a nos prender às escolas rurais) ainda não está tramitando pelo processo de humanização apontado por Caldart ou pela integração com a formação cotidiana destacada por Vela, poderíamos então ver os universitários pesquisados como exceções, como pessoas que alcançaram o ensino superior com seu “brilho” próprio, com sua dedicação acima do normal e com um grau de intelectualidade naturalmente superior à média encontrada na sociedade brasileira?

A resposta é sim e não. O processo a que estamos nos referindo não envolve somente grau de aprendizagem, qualidade de ensino ou comparação do acúmulo de conhecimento por meio de um maior acesso aos processos de aprendizagem ou à simples capacidade de assimilação melhor do que a da maioria. O pensamento crítico jovem já é estimulado desde a escolarização básica, acabando por ser “recompensado” com a oportunidade de disputar uma das bolsas oferecidas exclusivamente ao MST. Na fala de João Paulo, percebemos que o desejo de conseguir melhores condições de ensino para os assentamentos está diretamente ligado ao desejo de derrubar barreiras, entre elas a do “latifúndio da educação”:

“Os assentamentos nossos têm que garantir que todos os estudantes possam ter acesso a cursos técnicos e à universidade. Essa vai ser uma grande briga que nós vamos empreender, que é o latifúndio da educação. Vai dar uma tarefa muito grande pra todos nós. (...) Meu desafio é terminar meu curso que eu não consegui ainda porque não estamos conseguindo acesso à universidade. As limitações são muito grandes. Primeiro porque você não vê negro em universidade. Segundo: pobre. Terceiro: camponês sem-terra. São as dificuldades muito grandes e muita minoria [concentrada e direcionada] pra um só. Mas há um desafio grande de voltar à universidade o quanto antes” (João Paulo).

Vemos que o jovem integrante da coordenação nacional se identifica com condições comprovadamente estigmatizadas na sociedade brasileira, encontradas

em pesquisas clássicas e também recentes⁵⁸. João Paulo preconiza que a luta pela educação passa também pela luta contra o preconceito e contra o descaso junto aos jovens pobres, negros e camponeses sem-terra. Para estes universitários, incluindo João Paulo, uma situação que já havia sido identificada no Século XIX⁵⁹ não pode se perpetuar sem que haja reação conjunta entre todos os segmentos envolvidos. A busca do pobre por melhores condições de vida, a do negro pela igualdade ou a do sem-terra por um pedaço de chão para viver se encontram em algum ponto. Este parece ser o pensamento defendido pelo MST depois de passadas duas décadas de existência.

Os universitários sem-terra, no entanto, estão dando ainda mais um passo a frente, tomando a iniciativa de adiantar propostas que ainda não saíram do papel e das mesas de negociação entre movimentos sociais e Estado. Um exemplo é a tentativa de criar dentro da UNIMEP a Central de Movimentos Populares (CMP). Pelo depoimento de Marcelo, percebe-se que eles se identificam com as demais minorias e se colocam como integradores, na tentativa de diminuir as distâncias em relação a estas minorias. Outro objetivo da CMP seria ocupar todas as vagas disponíveis aos sem-terra e ainda conseguir mais bolsas para integrantes de outros movimentos.

“Até o final do semestre passado [junho de 2003] eram só as 5 bolsas. Aí a gente fez uma conversa com o novo reitor. Ele aumentou de 5 para 10 e, todo mundo que fosse estudar à tarde aqui no Taquaral poderia ter 20 bolsas. Só que teria que passar no vestibular. Mas aí tem dois problemas: o primeiro é passar no vestibular. O segundo é como manter este povo aqui enquanto militante. Nós estamos tentando criar aqui uma Central de Movimentos Populares, uma CMP, que teria a função de criar uma estrutura para estar mantendo este pessoal. Estamos discutindo isso há um ano e meio, mas ainda não conseguimos implementar. É uma proposta para poder facilitar e também conseguir trazer mais gente pra cá pra estar ocupando estas vagas que a reitoria cedeu” (Marcelo).

⁵⁸ Vide Freire (1983) e Caldart (2000), por exemplo.

⁵⁹ Ilustro como exemplo a citação de Bomfim (1993, p. 133): “Em tais condições [dentro de um sistema escravista], jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho filiado ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar”.

Fica explícita na fala de Marcelo a concepção do vestibular como um obstáculo, um “problema” a ser vencido: antes de conseguir desenvolver a CMP, é preciso contar com a presença dos integrantes dos movimentos sociais dentro da universidade, ou seja, antes de tudo, eles precisam passar no vestibular, para então obter a bolsa de estudo.

3.3 O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS SEM-TERRA NAS UNIVERSIDADES

Os vestibulandos sem-terra enfrentam uma situação bem diferente da dos índios que contam com as vagas destinadas especificamente para a etnia em universidades estaduais do Paraná. Os índios têm legalmente garantida uma cota de três vagas em cada uma das seis instituições espalhadas pelo Estado e precisam disputá-las apenas com os concorrentes da mesma origem étnica⁶⁰. O mesmo ocorre com a reserva de vagas para negros em universidades públicas⁶¹.

⁶⁰ O Paraná foi pioneiro na elaboração de uma lei – a 13.134/01 – que garante 18 vagas anuais para universitários indígenas nas instituições de ensino estadual, além de uma ajuda de custo no valor de um salário mínimo. As vagas variam de ano em ano, na intenção de oferecer futuramente todos os setores científicos disponíveis nas universidades. Este pesquisador acompanhou durante dois dias – 15 e 16 de março de 2003 – em Guarapuava (PR) um encontro organizado pelos então 28 índios universitários do Estado (10 já haviam desistido dos cursos já no segundo ano de efetivação da lei) para discutir medidas que evitassem a evasão dos aldeões dos campi. Com a ajuda de juristas e antropólogos, somado ao acompanhamento de caciques das 14 principais reservas indígenas do Paraná, foi criada a **Associação Indígena de Universitários do Paraná (AIUP)**. A direção foi constituída por seis integrantes, sendo um de cada universidade estadual, para que todas as instituições tivessem um representante atuando.

⁶¹ A disponibilização de vagas para negros em universidades públicas começou com a Lei Estadual nº 3708, criada no Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 2001, que instituiu cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense. A determinação passou a vigorar em 2003, em comum funcionamento com outra Lei Estadual, de 2000, que destina 50% das vagas das universidades estaduais para alunos que tenham freqüentado integralmente escola pública. Assim, em um curso que tenha 100 vagas são aprovados os alunos que tirarem as primeiras 50 melhores notas. As demais 40 vagas são preenchidas pelas melhores notas dos alunos auto-declarados negros oriundos de escola pública e depois dos auto-

Como os sem-terra precisam enfrentar os concorrentes de igual para igual, o que parece ocorrer entre os estudantes do MST em fase pré-vestibular seria um “direcionamento” de jovens antes da prova, ou seja, uma espécie de pré-seleção antes da avaliação oficial (uma lista seria apontada para disputar as vagas oferecidas ao grupo). Esta condição prévia não foi confirmada oficialmente pelos integrantes do MST e nem mesmo pelos entrevistados, mas aparece implícito no depoimento dos estudantes ouvidos por esta pesquisa.

“(...) Quando **me convidaram** pra fazer a faculdade, eu pensei em três opções porque a gente acaba pegando o que assimila um pouco mais, né?” (Pedro).

Logo na seqüência, porém, Pedro afirma haver espaço para todos os jovens sem-terra no processo, defendendo a democracia que existiria em tal convênio. A condição seria apenas o compromisso de contribuir com o movimento.

“A oportunidade do Movimento Sem-Terra, a oportunidade da bolsa não só pra nós, mas pra outros companheiros, independe da universidade, do local. Acho que a oportunidade para gente tá se aprimorando, buscando mais conhecimento pra contribuir depois com a organização” (Pedro).

Sobre a suposta pré-seleção, os universitários insistem que ela não se apresentaria como maquiagem ou manipulação de um processo. O que ocorreria seria uma confusão com as discussões prévias sobre quem do assentamento deveria

declarados negros de escola particular. As 10 vagas restantes são reservadas para os alunos brancos oriundos de escola pública. Até o término desta pesquisa, projetos similares eram discutidos para as universidades de Brasília (UnB), São Paulo (USP) e Londrina (UEL), além de um projeto de Lei Federal que pretendia garantir 20% das vagas para negros nas IES (Instituições de Ensino Superior) federais. Todos os projetos foram baseados em números do IBGE, segundo os quais apenas 2% da população negra brasileira chega ao ensino superior.

disputar as vagas. Na visão do movimento, se há uma vaga para um curso ligado às Ciências Biológicas, porque não priorizar jovens dedicados aquele segmento?

Eles afirmam não proibir ou impedir qualquer jovem de fazer o vestibular, mas pedem que haja discussão entre os pretendentes. Assim se dá também entre os índios, só que explicitamente. O motivo de tal condição parece ser a preocupação com o “retorno” que os futuros universitários darão aos assentamentos e acampamentos de onde saíram. Na visão do movimento (seja do sem-terra ou do índio), com a escassez de vagas e a dificuldade de colocar jovens nas instituições de ensino, não seria interessante deixar um estudante usufruindo um benefício durante quatro anos para depois seguir carreira como profissional liberal fora da comunidade, cortando os laços com o movimento.

Isso parece claro na resposta dos universitários da UNIMEP e reforça uma provável condição: eles dificilmente cortarão seu vínculo com o MST. Isso não quer dizer que há garantias destes jovens continuarem permanecendo na luta ou até mesmo trabalhando dentro do e para o movimento. O que existem são compromissos políticos, éticos e sociais que tendem a direcionar estes jovens para as frentes da luta, como novos reforços para a coordenação, assim como para a retaguarda do grupo (atuando em assentamentos e acampamentos). Os depoimentos de Pedro e Cristiana expõem esta condição e uma grande preocupação com a importância da suas escolhas para a organização de novos assentamentos e, principalmente, cooperativas.

“No caso, eu sugeri [nas opções da inscrição] Administração, Economia e Contabilidade, porque eu já tinha feito [algo nestas áreas]. Eu pensei ‘pelo menos eu já tenho um pouquinho de conhecimento’. **Depois eu pensei no movimento: qual a melhor opção para o movimento?** Mas aí o movimento também tinha esta dificuldade. Até hoje a parte de contabilidade feita por uma cooperativa é feita por pessoas de fora. E

estas pessoas de fora não tem o interesse de conhecer a vida da cooperativa ou se preocupar com a vida dos associados. Muitas vezes a questão da administração das cooperativas, das entidades de produção que têm lá dentro do movimento, ela precisa ter uma vida, uma duração, uma continuidade. Se acabar falindo ou quebrando? E a expectativa da situação econômica e financeira dos assentados? O movimento começava a perceber que havia esta deficiência, esta necessidade. Aí eu propus um ano nesta área [escolhida]" (Pedro).

"Eu vou ser uma eterna ativista. A gente já está com uma proposta de ir para outro estado e assumir uma tarefa muito difícil. Eu fiquei muito feliz por isso porque eu quero contribuir. Eu não teria sentido, não consigo imaginar trabalhando como assalariada depois de conseguir uma bolsa através do movimento. **Eu estaria sendo injusta comigo e com os trabalhadores. Me realizar por completo é poder contribuir colocando o meu saber para os trabalhadores**" (Cristiana).

Sobre o sistema usado pelo MST para incentivar seus jovens a fazer o vestibular, vemos que a divulgação por meio dos professores das escolas de assentamentos e pelos próprios universitários sem-terra é a principal maneira de estimular os demais. A velha dificuldade de assimilar conhecimento para conseguir aprovação é amenizada com a ajuda dos colegas mais instruídos, por meio de cursos preparatórios para vestibular mais baratos (poucos o cursam), ou ainda emprestando material usado por vestibulandos de anos anteriores. Ainda assim, as críticas estão presentes, quando o assunto é o sistema de seleção das IES existentes no Brasil, públicas ou privadas. Os estudantes sem-terra parecem estar cientes de que ocupam vagas condicionadas a um sistema que as contabiliza como mercadoria (com seus preços estipulados de acordo com a procura, com o espaço físico, com a necessidade ou não de áreas laboratoriais, etc.).

"Como a universidade não consegue lotar as salas e aí entra dentro daquela que a educação é uma quase mercadoria. Então, tanto faz, já que não tem nada, pode botar mais 20 [estudantes] do MST com bolsa que tudo bem. Então para a universidade é bom que tem alunos e pra nós é melhor ainda" (Marcelo).

Mas mesmo aceitando esta condição, Marcelo não deixa de construir uma crítica sobre a condição mercadológica do ensino no Brasil. Mais uma vez ele se apoia no tecnicismo para falar sobre o assunto:

“A gente não é mercadoria pra ser preparado pro mercado. A gente deve ser preparado pra vida. E o ensino jurídico tem que passar por uma transformação curricular pra mudar. Deixar de ser tecnicista para ser um pouco mais crítico. A Federação Nacional dos Estudantes de Direito tá discutindo isso e nós [estudantes de Direito] já **temos uma escola jesuíta em Belo Horizonte, chamada Escola Dom Elder Câmara, que fez uma grade curricular totalmente pensada através do direito crítico – ensina hermenêutica, semiótica** – pra quê? Pra que você possa ter uma visão crítica. Mas ainda são coisas pequenas. Tem que ter mudança” (Marcelo).

Mais importante ainda é a busca dos estudantes por colocar em prática a crítica que apresentam no discurso. Marcelo e Cristiana descobriram que a interação com os colegas de classe pode ser feita com o uso de dados, pesquisas ou até mesmo com produções culturais, como vídeos e documentários. Eles extrapolam o conceito padrão de educação (professor/emissor > aluno/receptáculo) e inserem meios que reforçam suas críticas ao processo de aprendizagem padronizado, ao mesmo tempo em que subsidiam os demais alunos com informações sobre o “seu grupo”: o Movimento Sem-Terra.

“As pessoas que não conheciam o MST, [com a presença de universitários sem-terra nas classes] elas tiveram uma oportunidade de discutir isso mais a fundo. Tinha umas professoras que provocavam e aí a gente ia esclarecendo. E alguns estudantes que são muitos desinformados ficavam inseguros, não sabiam realmente qual lado era verdade. E aí nós conseguimos provar algumas coisas com atitudes concretas. A gente trouxe dados sobre a produção [agrícola], sobre a saúde, a moradia, quer dizer, da dignidade que o movimento desenvolve com os trabalhadores. (...) A gente falava das escolas que

nós temos, da proposta da educação, dos prêmios que nós já recebemos... Então as pessoas perguntavam: ‘por que a mídia não fala isso?’... Ora, porque não é importante [dizer ou mostrar isso]” (Cristiana).

“Muita gente não me conhece, não mantém contato comigo e pensa que eu sou aquele radical de esquerda.... Não conhece nada do movimento, mas me vê e vê o movimento da mesma forma que a mídia vê. Aquela coisa ruim, aquela coisa mau... É até interessante porque no semestre passado entrou uma professora de Direito Agrário na universidade que até então não tinha. Ela começou a falar do MST e me pediu uns filmes e eu passei uns [nomes de produções] pra ela. E o pessoal viu aqueles filmes que eu passei e começou uma discussão. (...) Eu passei “Terra de Rose”, “Sonho de Rose”, “Arquiteto da Violência”⁶² e um sobre Corumbiara. Aí eu passei e um dos alunos – que está no décimo semestre – disse ‘nossa professora, isso tudo acontece dentro do movimento é?’. Aí surgiu na sala o meu nome. E ele (o aluno) disse ‘eu sempre vejo ele com as coisas do movimento, todas as manifestações que o MST faz na faculdade ele tá junto. Eu tinha um pensamento geral do movimento, mas eu nunca conversei com ele’. Eu faço questão de demarcar, que sou militante do MST” (Marcelo).

Percebe-se mais uma vez que o resgate das referências históricas está implícito nesta declaração. Vê-se ainda que as “ações de ocupação” estão sendo reformuladas em cima da “bagagem” trazida pelos jovens sem-terra para dentro da universidade, dentro do ambiente urbano onde estão vivendo. São propostas de mudanças que se aliam aos Encontros de Jovens do Campo e da Cidade, ao Fórum Social Mundial e a tantos outros eventos disseminados pelo Brasil e América Latina. “Os movimentos de esquerda compreenderam somente há pouco tempo que são nas relações simples – vizinhos conversando, pequenos comerciantes interagindo com a comunidade – que aparecem as costuras sociais necessárias para reforçar as

⁶² *Terra para Rose*, com a Direção de Tetê de Moraes (1985), é um registro da luta dos sem terra no Rio Grande do Sul, destacando a Fazenda Anoni e a personagem Rose, camponesa que sonhava conquistar um pedaço de chão junto com os companheiros de luta. *O sonho de Rose*, também dirigido por Tetê de Moraes (1995), resgata o mesmo grupo registrado na Fazenda Anoni dez anos antes, mostrando o pessoal já assentado, as cooperativas, escolas e demais melhorias na fazenda. Rose, no entanto, não estava mais lá: morreu dia 31 de março de 1987, depois que um caminhão foi jogado contra os sem terra durante uma manifestação. Além dela, morreram outras duas pessoas. *Arquiteto da violência* (2000) é um documentário feito no sul do Brasil com base em imagens cedidas por policiais militares que não concordavam com a violência usada pela corporação. A maioria dos fatos registrados ocorreu no Paraná.

mobilizações”, analisa o professor Bassani, lembrando ainda que “com a construção da identidade de um bairro, uma rua ou um movimento, desconstroem-se os valores burgueses vigentes na sociedade atual”⁶³.

Isso também aparece no pensamento dos coordenadores do MST, quando se dirigem aos jovens do movimento. Durante o 1º Encontro de Jovens do Campo e da Cidade realizado em Londrina (PR), em outubro de 2002, Gilmar Mauro disse que não bastava lutar. Era preciso “entender que os problemas do campo e da cidade, do Brasil e de outros países pobres, são os mesmos. Para exemplificar, basta citar o problema da moradia: existe em qualquer lugar, mas nunca os pobres se uniram para transformar o problema social em problema político. A luta deve ser local, estadual, nacional e internacional”.

No caso específico dos universitários, as “costuras sociais” que eles fazem no campus – como os vídeos sugeridos por Marcelo ou as pesquisas levadas à sala por Cristiana – acabam funcionando como ponte entre os “de fora” e os “de dentro”. Eles são reflexos da formação do movimento e funcionam como “reagentes” dentro do “meio estranho” ao que eram acostumados. Processando as duas condições de vivência, o jovem sem-terra indica ao próprio MST novos caminhos e novos meios para penetrar nas fissuras da sociedade capitalista atual. Mas este processamento feito por eles também expõe ações e iniciativas do MST incompatíveis ou que não estão surtindo efeito dentro das atuais condições sociais e econômicas, como as ocupações de terra (fora dos parâmetros que definem propriedades como improdutivas) e invasões de prédios ou órgãos públicos e estabelecimentos privados tachados de ineficientes. O

⁶³ Exposição feita pelo Prof. Dr. Paulo Bassani, durante aula do Mestrado em 18 mar. 2003, na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

exemplo dos estudantes mostra que é preciso inicialmente voltar a dialogar com a comunidade, interagir e organizar ações com a participação de todos. Por meio destes diálogos externos, os setores internos do movimento social também sofrem mudanças.

“Quando você está dentro da organização, você acredita que é tudo perfeito. Mas com uma visão mais crítica, eu acredito que nós precisamos melhorar ainda mais. Qualificar melhor nossos militantes e dirigentes. **Nós estamos na linha certa, mas nós precisamos de mais estrutura que possa qualificar as pessoas e que elas possam se sentir agente do processo, responsável por todo esse processo de transformação.** Acredito que faltam mais pessoas com essa capacidade pra poder mobilizar muito mais pessoas” (Cristiana).

Estando “fora da casa”, o universitário sem-terra pode observar mais atentamente a construção e o planejamento do movimento do qual participa, o que constituiria uma visão crítica nova, sólida, melhor e mais eficiente. Uma visão criada sobre, para e dentro do próprio MST, funcionando como novo parâmetro (bússola que passa a nortear o agir e/ou balança que avalia o grau das futuras ações) e também como retroalimentador do grupo, oferecendo um conceito ainda mais amplo dos novos movimentos sociais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, parte da história das mobilizações sociais no campo foi resgatada para auxiliar a compreensão do que se passou na gênese do MST e do que ocorre durante a transição pela qual passa os universitários sem-terra. Pode-se dizer que o que realizamos foi uma tentativa de compreensão. Isso porque até mesmo o ato de observar é ofuscado por divergências sociais, pressões midiáticas e teorias que ainda não oferecem respostas plenas para tais mudanças.

Ao analisarmos repetidamente a história e as mudanças sociais que o Brasil acumulou nas últimas décadas, vemos que melhorias e benfeitorias foram aperfeiçoadas e disponibilizadas ao homem do campo, mas ainda assim estão longe de equacionar as condições do meio rural com as dos centros urbanos, absorvidos pela corrida capitalista que envolve o homem moderno (há concorrências nos setores econômico, profissional, acadêmico, administrativo, político e até mesmo no sentimental). Basta nos restringirmos à Educação e citar como exemplo as limitações do aprendizado que força o jovem do campo a seguir seus estudos na cidade em busca de cursos profissionalizantes e/ou formação no ensino superior. Até as técnicas usadas na produção agrícola – consideradas, atualmente, o fator mais importante para manter o produtor rural no campo – muitas vezes precisam ser aprimoradas fora do seu meio.

Sobre a formação e reformulação do jovem sem-terra que está “ocupando” as instituições de ensino superior, percebe-se que as iniciativas do Setor de Educação do MST resultaram em conquistas significativas, como a diminuição do analfabetismo entre os integrantes e a manutenção das crianças em escolas rurais montadas por eles mesmos (ainda que precárias) em assentamentos e acampamentos.

Encarar a formação educacional como formação também política é a condição proposta pela coordenação do MST, mas serviria para qualquer mobilização social. Um dos coordenadores nacionais dos sem-terra, Gilmar Mauro, está entre os que pensam os problemas sociais como políticos e afirma que a falta de moradia e de emprego, a concentração de terras, a má gestão do dinheiro público e a baixa qualidade do ensino são exemplos destes problemas políticos. Outro coordenador nacional, João Pedro Stédile, reforça que as mudanças perseguidas pelo MST devem ir além da Reforma Agrária. “O MST é um movimento de camponeses pobres cujos objetivos são: em primeiro lugar, eliminar a pobreza no meio rural; em segundo lugar, eliminar as desigualdades sociais; em terceiro lugar, fazer com que o cidadão do campo seja um homem completo, ou seja, saia de sua ignorância, de seus conhecimentos empíricos, e tenha acesso à educação”, diz Stédile (ZIRALDO, 2000, p. 8). Esta busca, desencadeada pelos primeiros líderes do MST, tem como extensão os universitários sem-terra na busca de mudanças significativas.

Vemos que o processo de assimilação dos ideais sem-terra transforma os jovens universitários em integrantes mais engajados dentro do MST. Apesar de não haver qualquer garantia de que os acadêmicos ouvidos nesta pesquisa impulsionarão outros jovens do MST ou de outros movimentos sociais, ou mesmo de que eles continuarão integrando o movimento após a faculdade, são estas as tendências verificadas no discurso de todos eles.

As condições pedagógicas criadas pelas lideranças do MST e mantidas pelos universitários sem-terra podem iniciar uma remodelação da estrutura educacional do país. A conquista do espaço acadêmico se repete entre os estudantes índios, a comunidade negra (ambos beneficiados com as cotas de vagas nas universidades) e

pode tornar-se uma porta ainda maior, por onde poderão passar outros excluídos do processo de aprendizagem no ensino superior, como filhos de sem-teto, de favelados, de pescadores, de seringueiros e, por que não, de assalariados que vivem abaixo da linha da pobreza.

Ponce (1989) afirma que nem mesmo as principais revoluções mundiais conseguiram sistematizar a educação fora dos moldes históricos de dominação. As disciplinas apresentadas nas escolas estavam e ainda continuam impregnadas de informações doutrinadoras, codificadas em simbologismos que subjagam as classes rivais. “Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa senão um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes” (PONCE, 1989, p. 168).

Depois de analisar o comportamento dos universitários do MST, podemos dizer que a saída encontrada por eles para o problema identificado por Ponce foi a complementação educacional, em conjunto com a busca por mudanças sociais. Simbolicamente falando, observamos os acadêmicos sem-terra como “pedras para obras” e não como “traços da planta de um projeto”. Com estas pedras serão possíveis diversas construções sociais no decorrer dos próximos anos. Repetimos que não seria possível afirmar que estes estudantes seguirão ou não a estrutura padrão da sociedade moderna. Nossa hipótese é que eles não irão cooptar com a sociedade capitalista tal como se apresenta hoje, mas temos que lembrar que este é apenas o primeiro de uma série de grupos compostos por outros acadêmicos do MST.

Cabe ressaltar que o tema abordado nesta pesquisa não se esgota, mesmo porque os personagens principais estão construindo o próprio caminho, traçando metas e ainda fazendo experimentos que nunca foram desenvolvidos (até

então não havia universitário sem-terra, muito menos pesquisas sobre o assunto, até onde sabemos). O acompanhamento destes jovens depois de formados garantiria subsídios para outras tantas pesquisas.

A sistematização e o estudo do tema requerem uma continuidade, mas ainda assim pode-se dizer que as condições expostas nesta pesquisa são propícias para a preparação de um novo caminho social para as crianças que estão nascendo e crescendo dentro dos movimentos sociais brasileiros. E mesmo havendo omissões, confusões e erros decorrentes de ações e reivindicações ultrapassadas (muitos deles já registrados pela maioria dos movimentos sociais históricos do Brasil), concordamos com os pesquisadores camponeses (o pequeno agricultor, com ou sem terra, resiste ao desaparecimento, contrariando teóricos do economicismo), assim como concordamos com Bassani (2003), quando destaca que mobilizações, como o MST, estão longe de serem compreendidas dentro das condições atuais de análises (sejam acadêmicas ou midiáticas), devido à diversidade das bases sociais que as sustentam, assim como suas formas de representação e atuação.

Os jovens estudantes sem-terra são integrantes deste processo evolutivo, pois resistem, oferecem à sociedade novas expectativas para o campo e dão amplitude às metas dos movimentos sociais rurais. Assim sendo, frases usadas pelo MST, como “Ocupar, resistir, produzir” (vide Apêndice I), são transportadas para novos contextos e novos significados, onde “ocupar” o campo significa acompanhar companheiros e parentes identificados histórica e sociologicamente com o meio rural e com um processo contínuo pela Reforma Agrária no país, mas também “ocupar” o campus (participando das discussões junto aos colegas de classe, aos demais estudantes sem-terra e interagindo com a comunidade que inicialmente o considerava

estranho). Já o “resistir” ainda está representado pelos acampamentos de lona nas ocupações de terra, na insistência diante da ameaça de jagunços e da indiferença das autoridades (como a resistência histórica dos movimentos camponeses), mas passa a ganhar novo sinônimo em relação às pressões sofridas dentro e fora das universidades – sejam públicas ou privadas – que ainda estão distantes dos jovens integrantes de mobilizações populares. O “produzir” é gerar riquezas para o Brasil, safras de grãos, hortifrutigranjeiros, carne, leite, enfim, produzir alimentos (objetivo final que condiz com a definição do agricultor em si) nos assentamentos conquistados ao longo das últimas décadas, mas também é compreendido no âmbito da produção de conhecimento a partir do que está sendo acumulado nas salas de aula, gerando também novas discussões, novas dúvidas e novos temas que podem ser pesquisados no futuro.

Para ilustrar a compreensão de tais buscas, encerro com a resposta de Marcelo, quando questionado sobre o seu maior sonho ou objetivo:

“Meu sonho é não precisar mais estar trabalhando enquanto militante no Setor de Direitos Humanos, na defesa da descriminalização do movimento. Que um dia a gente consiga realmente fazer a reforma agrária e que a minha função termine e que eu possa ficar em algum assentamento plantando alguma coisa, que eu adoro mexer com a terra” (Marcelo).

Este é o novo personagem, o novo estranho, lutando para agir dentro e fora das fronteiras sociais, ocupar espaços públicos e debater as condições do país nas arenas político-sociais, enquanto procura manter a identidade junto às raízes históricas e servir de ponte para a integração entre o urbano e o rural.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al.]. **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARAÚJO, Inês L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BASSANI, Paulo. **Uma ótica para ver o MST**. *Jornal Terra Vermelha*, UEL, Londrina, n. 56, p. 11-13, dez. 2003.

_____. **Núcleos de assalariados rurais temporários–Lugar de resistência e descoberta**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo.

_____. **Campesinato, potencialidade e processo (Reflexões teóricas)**. Londrina, *Revista Semina*, v. 10, n. 3, UEL, 1989.

_____. **Frente Agrária Gaúcha: Ação Político-ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul**. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – UFRGS, Porto Alegre.

BOMFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BERGAMASCO, Maria Aparecida Pereira [et al.]. **Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente**. *Ciências Sociais Hoje* - São Paulo: Vértice, 1990.

BRANCO, Maria Teresa C. **Jovens sem-terra: Identidades em movimento**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis : Vozes, 2000.

_____. **A História da Luta pela Terra e o MST**. Petrópolis : Vozes, 1997.

_____. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

COMBESQUE, Marie Agnès. **Entre guerras e miséria: Os escravos de hoje**. São Paulo : Scipione, 2002.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1957.

DIAS, Emerson S. **Conflitos e contradições nas raízes dos movimentos sociais rurais brasileiros**. *Revista Mediações*, v. 8 / n. 2, Londrina: Eduel, 2003.

_____.; TELES, Benedito P. **A vida dos sem-terra no Pontal do Paranapanema - Reportagem documental como alternativa para o telejornalismo**. 1998. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – UEL, Londrina.

DOMINGUES, Joelza Ester. **História: o Brasil em foco**. São Paulo: FTD, 1996.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DURÁN, Francisco Entrena. **Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 11, out. 1998.

DURKHEIM, Émile. **Método para determinar a função da Divisão do Trabalho**. IN: RODRIGUES, José A. **Durkheim**. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Vol I. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Fátima. **“Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos”**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2004. Caderno Folha Dinheiro, p. B1.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. IN: SZMRECÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

_____. **Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis**. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. I, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEHLEN, Ivaldo. **Estrutura Social Agrária e relação com a terra no Sul do Brasil**. IN: Congresso Internacional de Americanistas. Amsterdam: n. 46., jul. 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 – A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Crias Edições, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

HILL, Christopher. **O mundo virado de ponta-cabeça**. Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOORNAERT, Eduardo. **O sonho dos espaços sagrados**. IN: **Sangue sobre Canudos**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1997, Caderno Mais, p. 6.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Rebeldes primitivos**. Estudo sobre formas arcaicas de Movimentos Sociais dos séculos 19 e 20. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

JOLLIVET, Marcel. **A “vocação atual” da sociologia rural**. IN: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ, num. 11, outubro de 1998.

KÄRNER, Harmut. **Movimentos Sociais: revolução no cotidiano**. IN: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma Revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais da América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Coleção Pensamento Social-democrata. Brasília : Editora Linha Gráfica, 1998.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo : Edusp, 1980.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática. Os limites do totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LÊNIN, V.L. **Estado, ditadura do proletariado e poder soviético**. Coleção Fundamentos. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LIMA, Ruy Cyrne. **Pequena História Territorial do Brasil**: Sesmarias e Terras Devolutas. Porto Alegre: Sulina Editora, 1954.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**: Estudos de dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes/Dinalivro, 2003.

MALASSIS, Louis. **Educação e desenvolvimento rural**. IN: SZMRECÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. Editora Nacional, São Paulo: 1973.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação da antinguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política (1857)**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

_____. **18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MOORE, Alan; LLOYD, David. **V de Vingança**. São Paulo: Editora Globo, 1990.

MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. **Watchmen**. São Paulo: Editora Abril, 1992.

MORAIS, Clodomir Santos de. “**História das Ligas Camponesas no Brasil**”. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 20.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Campanha abolicionista no Recife**: Eleições de 1884. Fac-símile. Recife: Ed. Massangana, 1988.

NAVARRO, Zander. **Sete Teses Equivocadas sobre as Lutas Sociais no Campo: O MST e a Reforma Agrária**. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, São Paulo: Fundação SEADE, abril - junho de 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia das Lutas no Campo**, São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. **Barbárie e Modernidade:** As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre.** São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p.113-156, jul-dez. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.** IN: OLIVEIRA, F., PAOLI, M.C. (Orgs.) **Os sentidos da democracia.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Meio Século de Epopéia Anticomunista - Coleção Tudo sobre a TFP.** São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980.

_____. **Reforma Agrária:** Questão de Consciência. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1978.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso.** Campinas: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1991.

PELLEGRINI, Denise. **Aprenda com eles e ensine melhor.** **Revista Nova Escola,** Editora Abril, São Paulo, n. 139, jan./fev. 2001.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do Discurso.** Ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Crias Edições, 2002.

QUEIROZ, Maria I.P. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis : Vozes, 1976.

REZENDE, Maria José de. **Os sertões e os (des) caminhos da mudança social no Brasil.** **Revista Tempo Social.** São Paulo: USP, 2001.

_____. **A transição como forma de dominação política:** o Brasil na era da abertura (1980-1984). Londrina: Editora EDUEL, 1996.

ROMERO, Silvio. **Obras filosóficas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROUANET, Sergio Paulo. **O sertão da dialética negativa.** IN: **Os Sertões - Cem anos.** *Folha de São Paulo,* São Paulo, 1º dez. 2002, Caderno Mais.

RUA, Maria das Graças. **A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais:** a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. *Ciências Sociais Hoje - São Paulo: Vértice,* 1990.

SALGADO, Eduardo, PERES, Leandra. **O Beato Rainha**. Revista Veja, Editora Abril, São Paulo, n. 1.807, 18 jun. 2003.

SANZ-PASTOR, Fernando. **A urgência da Reforma Agrária**: Um enfoque histórico. São Paulo : Editora Nerman, 1977.

SCHADEN, Egon. **Aculturação Indígena**: Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos. São Paulo: USP, 1969.

SCHERER-WARREN, Ilse. **A Atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial**. Revista Motrivivência, Santa Catarina, Editora UFSC. n. 14, mai. 2000.

_____, KRISCHKE, Paulo J. **Uma Revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais da América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Movimentos Sociais**, Florianópolis: Editora UFSC, 1984.

SHANIN, Theodor. **Chayanov e a questão do campesinato**. Texto de Estudo n. 7, Programa de pós-graduação em sociologia Rural, Porto alegre: UFRGS, 1989.

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. **Os campos dos senhores**: UDR e elite rural – 1985/1988. Londrina: Editora UEL, 1998.

SINGER, Paul. **Agricultura e desenvolvimento econômico**. IN: SZMRECÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

STÉDILE, JOÃO PEDRO (Org). **História e Natureza das Ligas Camponesas**, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

SZMRECÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Idolatrias luso-brasileiras**: Santidades e milenarismos indígenas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VELA, Hugo. **O novo perfil do jovem rural**. Revista Marco Social, Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, maio de 2001.

_____. **Produção e reprodução do campesinato no Oeste e Sudoeste paranaense.** *Revista Perspectiva Econômica*, UNISINOS, São Leopoldo, v. 26, n. 74, p. 69-79, jul./set. 1991.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Série Corpo e Alma do Brasil, Rio de Janeiro: Difel, 1986.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação:** Experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa:** Um exercício de análise do discurso. Ijuí : Editora Unijuí, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo : Martins Fontes, 1984.

WOLF, Eric R. **Revoluções Sociais no campo.** IN: SZMRECÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo: Editora Nacional, 1973.

ZIRALDO [et al.]. **A força do Pobre é a quantidade:** Entrevista com João Pedro Stédile. *Revista Bundas*. Rio de Janeiro: Editora Pererê, v. 1, n. 49, p. 6-13, 23 mai. 2000.

APÉNDICE I

“Ditos e dilemas dos sem-terra”

A história do MST por meio do Discurso

Emerson Dias

Depois de resgatar as referências históricas dos movimentos sociais rurais que influenciaram o MST, sentimos a necessidade de discutir tais fatores juntamente com acontecimentos recentes que borbulhavam pelo País nas décadas de 1980 e 1990. Optamos então por exercitar aqui o cruzamento de tais referenciais, usando por base a “evolução” dos conceitos embutidos nos slogans do grupo e utilizando a Análise de Discurso para formular uma metodologia que nos faça compreender estes mesmos conceitos dentro de um ambiente social, que por sua vez também está envolvido pela mídia que transpassa a história.

Justificamos isso por quatro motivos: primeiro porque um resgate histórico específico do MST se estenderia por demais aqui, segundo porque existem diversas pesquisas e publicações sobre o assunto⁶⁴; terceiro porque o exercício serve também como mapa referencial para outras buscas, ao mesmo tempo em que facilita consultas sobre as várias etapas do movimento; e quarto porque torna-se possível interagir com todas as informações captadas dentro do ambiente midiático que cerca a sociedade brasileira.

O trabalho que segue abaixo também ajuda a ambientar o leitor nos capítulos II e III de nossa dissertação, onde tratamos especificamente da “passagem

⁶⁴ A principal e talvez mais completa publicação é a de MORISSAWA (2001), livro que conta com grande material gráfico, como mapas, ilustrações e fotos de época. Leitura ideal para começar uma pesquisa sobre movimentos sociais rurais. Vide ainda outros livros citados na bibliografia.

hereditária” dos conceitos e ideais até então reunidos, ou seja, a assimilação dos jovens dentro deste turbilhão de informações. A metodologia desenvolvida aqui conta com duas situações distintas: na primeira parte teremos uma espécie de “cronologia de lemas”, para em seguida entrar na análise dos principais slogans difundidos no País. Desde já adiantamos que regionalizações apareceram na bibliografia pesquisada sobre o assunto, motivo que desde já nos leva a justificar possíveis omissões.

3.5.1 O MAPA DOS LEMAS

As frases abaixo foram encontradas durante as pesquisas bibliográficas desenvolvidas para o cumprimento das disciplinas obrigatórias do Mestrado, mas também em reportagens e artigos de revistas e jornais que tinham o MST como tema. Reiteramos que omissões podem ter ocorrido, mas acreditamos que o essencial foi reunido aqui ⁶⁵ :

- **Terra de Deus, Terra de Irmãos**
- **Terra para quem trabalha**
- **Terra não se ganha, terra se conquista**
- **Reforma Agrária Já**
- **Ocupação é a única solução**
- **Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra**
- **Reforma Agrária na lei ou na marra**
- **Ocupar, Resistir, Produzir**

⁶⁵ Vários livros foram pesquisados, mas destaco estes três como os mais proveitosos para o tema: OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. (1999, p. 86)
CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra** (2000, p. 109)

- **Reforma Agrária: essa luta é nossa**
- **MST, agora é pra valer**
- **Reforma Agrária: uma luta de todos**
- **Por Reforma Agrária, emprego e Justiça**
- **Por um Brasil sem latifúndio**

3.5.2 ANÁLISE GERAL DAS FRASES:

➤ “Terra de Deus, Terra de Irmãos”

Usada nos primeiros agrupamentos de agricultores que ainda não haviam oficializado o Movimento Sem Terra (1978-1982), a frase deixa explícita a influência da Igreja Católica, reforçada pela CPT. (vale lembrar que a frase seria tema da *Campanha da Fraternidade* da Igreja Católica em 1986). A intenção do slogan era ressaltar que tanto a terra enquanto solo quanto o planeta Terra (feito por Deus em seis dias, como consta na Bíblia), foi dada aos homens para ser usada igualmente por eles. A segunda parte do enunciado (“Terra de irmãos”) deixa clara a divisão igualitária da terra para plantar e colher, contestando a atual realidade agrária nacional e internacional. O próprio Gilmar Mauro, um dos três principais dirigentes nacionais do MST, afirma que os ensinamentos da Igreja deixaram grandes referências impregnadas no inconsciente dos sem terra. Em entrevista para a Revista República (dezembro de 1996, p.66), Gilmar apontou as três principais:

1- trabalhar com a simbologia, a mística de trazer o futuro para o presente

2- o vínculo com as bases, ou seja, o povo propriamente dito

3- o espírito missionário, onde os integrantes são vistos como “sacerdotes que estão cumprindo uma missão política”

➤ **“Terra para quem trabalha”**

Também usada durante a fase de formulação do MST, a frase é uma alusão clara aos anos que antecederam a Lei Áurea (1888) e a Lei das Terras (ou Lei 601 criada em 1850, onde proibia o acesso de imigrantes ou pequenos agricultores que não pudessem pagar pela terra) e a Lei da libertação dos índios escravos (1680). Nestes três casos, fica evidente que o negro, o imigrante e o nativo faziam do cuidar da lavoura o seu trabalho, mesmo não tendo direito sobre o solo onde plantavam e colhiam. A concentração de terra no Brasil (a terceira do planeta e a maior da América Latina) permanece imutável até os dias de hoje. Segundo Ariovaldo Oliveira (1999, p.91), dos 639 milhões de hectares cultiváveis no Brasil, mais de 424,9 milhões de hectares são considerados latifúndios. Deste total, 115 milhões de hectares foram classificados pelo INCRA, em 1992, como *improdutivos* e estariam na mão de apenas 57,1 mil pessoas.

➤ **“Terra não se ganha, terra se conquista”**

(Slogan que marcou a criação oficial do MST em 1984 e que será esmiuçado mais abaixo, juntamente com outras duas frases).

➤ **Reforma Agrária Já**

Lema criado em 1985, ano de grandes agitações no campo, principalmente com a divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo Presidente José Sarney. A reação dos fazendeiros contra as metas apresentadas no

projeto foi imediata. No mesmo ano é criada a União Democrática Ruralista (UDR), braço político dos grandes proprietários de terra e que teve (e ainda tem) como principal representante o deputado Federal Ronaldo Caiado. Diante de uma pressão iminente, os sem terra decidem pressionar o governo exigindo mudanças imediatas.

➤ **Ocupação é a única solução**

Também idealizado durante o Congresso Nacional de 1985, o slogan tenta pela primeira vez disseminar na sociedade brasileira a diferença entre “ocupar” e “invadir”. Apesar de muitos dicionários considerarem as duas palavras como sinônimas entre si, o MST buscou nas premissas jurídicas a legalidade da tática mais importante usada pelo movimento: “Segundo os juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira, existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social” (MORISSAWA (org.), 2001, p.132). A propriedade que não cumprir qualquer dos requisitos exigidos como *função social*, será desapropriada e destinada ao PRNA.

➤ **Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra**

Também bastante difundido no ano de 1985, principalmente no Pontal do Paranapanema. A região, segundo levantamentos do INCRA e da própria Justiça, teria na época cerca de 500 mil hectares de *terras devolutas*, áreas griladas por fazendeiros em décadas anteriores e que na verdade pertencem ao Governo Federal (um dos principais motivos é que as terras margeiam o Rio Paranapanema). O registro das primeiras milícias armadas na mídia, formadas por jagunços contratados por

fazendeiros, provocou uma reação consistente e marcada pela frase que evoca o antibelicismo, a paz no campo e o desejo insistente pela terra para viver e lavar.

➤ **Reforma Agrária na lei ou na marra**

Outra demonstração clara de que a reação do MST seria na mesma intensidade das ações da UDR. O lema é baseado na máxima “Reforma na lei ou na marra”, usada pelos aliados de João Goulart (a autoria seria de Leonel Brizola) durante o período que antecedeu o Golpe de 64. Exatamente pelos traços revolucionários e de extrema esquerda, o slogan não “pegou”. A frase havia recebido críticas de representantes da CPT, de pensadores e até mesmo de integrantes do próprio movimento. Frase demonstra agressividade e indícios de possíveis ações armadas, resvalando nas influências passadas (como a guerrilha rural, por exemplo). Frase e o seu negativismo visível voltariam a ser difundidos dez anos depois em 1996, ano em que ocorreu a chacina de Eldorado dos Carajás (PA). Em abril daquele ano, um confronto entre policiais militares e sem terra resultaram em 19 mortos, 69 feridos e 7 desaparecidos.

➤ **Ocupar, Resistir, Produzir**

(Criado durante o 5º Encontro Nacional em 1989. Lema será comentado com maiores detalhes na seqüência).

➤ **Reforma Agrária: esta luta é nossa**

O slogan se disseminou depois do 6º Encontro Nacional realizado em Piracicaba (1991). Durante o encontro, foram debatidas e definidas quatro principais

frentes: 1-massificação das lutas, 2-qualificação dos dirigentes e militantes, 3-organização, e 4-sistema cooperativista dos assentados.

➤ **MST, agora é pra valer**

Aparentemente (não há confirmação exata), o lema surgiu entre os integrantes do MST e na mídia depois de aprovada a Lei Agrária de 1993, onde apontava alguns avanços: reforçava a questão da “função social” como principal critério de desapropriação, determinava que nenhuma propriedade abaixo de 300 hectares poderia ser desapropriada, determinava o pagamento das benfeitorias desapropriadas em dinheiro vivo e definia que os títulos dos assentados seriam de concessão de uso individual ou coletivo por 10 anos. Várias organizações em conjunto com o MST (CUT, CPT, etc.) solicitaram ao então presidente Itamar Franco que vetasse dois artigos: Art.7º Uma fazenda, mesmo improdutiva, não seria desapropriada se seu proprietário apresentasse um projeto técnico de desenvolvimento de produção. Art.19º O fazendeiro desapropriado poderia ser também assentado e ficar com um lote na sede da fazenda. Por pressão da bancada ruralista do Congresso Nacional, ambos não foram vetados, mas outros três caíram, sendo o Art.17º o principal e aparentemente mais absurdo: “as desapropriações deveriam seguir uma ordem de prioridade nacional, começando pelas fazendas mais mal aproveitadas, e o governo ficaria restrito a fazer desapropriações somente na Amazônia”.

➤ **Reforma Agrária: uma luta de todos**

(Criado durante o 3º Congresso Nacional em 1995, é considerado um dos principais lemas do MST, cujo conteúdo trataremos a seguir).

➤ **Ocupar, Resistir, Produzir (resgatando o II Congresso Nacional)**

Curiosamente, vários registros – dentro e fora do MST – que apontam para o resgate deste slogan ao final dos anos 90. (Falaremos mais adiante).

➤ **Por Reforma Agrária, emprego e Justiça**

Frase usada durante a Marcha para Brasília, cuja chegada aconteceu no dia 17 de abril de 1997: Dia Internacional do Campesinato. Data foi fixada pela Via Campesina (organização internacional que reúne representantes de movimentos sociais do campo e pequenos agricultores de todos os continentes) em homenagem aos mortos de Eldorado do Carajás (Pará). Marca também a retomada das ações direcionadas para a conscientização da sociedade brasileira para os conflitos no campo. Milhares de sem terra e integrantes de entidades, partidos políticos de esquerda, ONGs e outros movimentos populares, ocuparam a Esplanada dos Ministérios em Brasília. Apesar das constantes críticas da mídia – foram registradas manchetes como “A marcha dos radicais” (Veja, 16.4.97) e “Governo Sitiado” (Isto É, 23.4.97) – uma pesquisa do Ibope (realizada entre 6 e 10 março de 1997), apontou que 94% dos entrevistados apoiavam a luta pela Reforma Agrária mantida pelo MST. Vale ressaltar que prêmios internacionais (Rei Balduino, na Bélgica, por exemplo), apoio de grandes representantes culturais (como a parceria do cantor e compositor Chico Buarque com o escritor português José Saramago e o fotógrafo Sebastião Salgado no Livro “Terra”, totalmente dedicado ao MST) e até mesmo de programas populares televisivos (em 97, a novela Rei do Gado (TV Globo) apresentava “mensagens

positivas” sobre os sem terra) reforçaram os índices de aprovação do movimento naquele ano.

➤ **Por um Brasil sem latifúndio**

Slogan difundido a partir do 4º Congresso Nacional, realizado em Brasília (agosto de 2000). A frase aponta para uma tentativa de arrebanhar mais simpatizantes no exterior. Durante o evento, que reuniu 11 mil pessoas, pelos menos 25 países estavam representados por 107 estrangeiros inscritos. As decisões políticas se resumiram em **12** tópicos, sendo os principais: **4-** Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar social. **7-** Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular. **8-** Desenvolver ações contra o imperialismo, combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: FMI, a OMC, o Banco Mundial e a Alca.

3.5.3. SELEÇÃO DOS PRINCIPAIS SLOGANS

Este trabalho utilizou os conceitos da Análise de Discurso (AD) em slogans do MST, na tentativa de identificar os ideais dos sem-terra e as mudanças que nortearam as propostas do grupo no decorrer dos últimos 23 anos, passando por avanços e recuos. Foram encontradas 13 frases (com certeza há exclusões propositais, mas também omissões e desconhecimento de frases que não apareceram nesta

experiência), mas selecionadas apenas três que mais se fizeram presentes na mídia e bibliografia recorrentes:

- **Terra não se ganha, terra se conquista**
- **Ocupar, Resistir, Produzir**
- **Reforma Agrária: uma luta de todos**

a) Questões levantadas durante a pesquisa:

1- Qual o porquê da escolha dos três lemas entre 13 frases pertinentes identificadas durante o período de 1978 e 2002?

2- Como MST consegue impor-se como movimento social brasileiro mais relevante da atualidade?

3- Como perceber a ampliação das reivindicações dos Sem Terra, analisando as disposições das palavras diante de um fundo histórico frenético?

b) Natureza do material analisado: slogans encontrados em livros, reportagens e também próprio histórico do MST, desde sua pré- formação em 1980 (oficialmente, o movimento foi criado em 1984), formulados dentro do próprio grupo e disseminados na sociedade brasileira

c) Conceitos mobilizados: texto, discurso, memória, sentidos, enunciado, ideologia, reivindicações, movimento social do campo, historicidade, formação discursiva, etc

d) Etapas: este trabalho se divide em três momentos:

1-apresentação e ambientação histórica dos slogans do MST identificados nos últimos 23 anos;

2-selecionamento de três dos 12 lemas que representam fases distintas e importantes para o movimento;

3-aprofundamento das análises nos três slogans selecionados, buscando compreendê-los e apresentar a importância deles aos leitores.

e) Formulação: procurar identificar os momentos históricos e o “marco zero” de cada passagem para um novo contexto sócio-político.

f) Condições de Produção: o presente “exercício” foi desenvolvido no segundo semestre de 2003. Historicamente, o momento revela um afloramento das discussões sobre a Reforma Agrária, devido ao aumento considerável de ocupações de fazendas realizadas pelo MST na tentativa de pressionar o governo do Presidente Lula, que assumiu o poder em janeiro deste ano. Historicamente, Lula sempre demonstrou-se favorável à Reforma Agrária. Na visão do MST, tal condição aceleraria o processo de distribuição de terra improdutivas, animando os ânimos dos sem-terra e irritando fazendeiros e classes dominantes.

g) Efeito de Sentidos no momento 1:

Percebemos que as determinações do movimento, embutidas nas temáticas apresentadas em forma de slogans, se assemelha (por exemplo) ao sistema usado pela Igreja Católica nas Campanhas da Fraternidade. Anualmente, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) determina um tema para ser

“amadurecido” nas paróquias e colocado em discussão de forma mais contundente. Em 2003, por exemplo, o tema “Por uma terra sem males” remete às comunidades indígenas do Brasil.

h) Efeito de Sentidos no momento 2:

Os três lemas escolhidos apontam para mudanças radicais, tanto de avanço quanto de refluxo do movimento. São guinadas decididas depois de discussões entre os setores (educação, políticas agrárias, saúde, etc.) e os representantes nacionais do movimento, ao mesmo tempo em que o retorno obtido nas “campanhas” anteriores apontam bons ou maus resultados. Além do feedback, os integrantes do movimento também aparentam uma percepção “histórico-espacial” afinada, acompanhando o amadurecimento das discussões sobre cidadania e espaços públicos, além do desenvolvimento de “táticas” futuras que garantam um misto de maior robustez (maior adesão, fortalecimento das bases, penetração no inconsciente popular por meio de símbolos como o bonés e a bandeira) e melhor flexibilidade (nas discussões políticas, na elaboração e no aprimoramento dos setores e no estreitamento de outros grupos sociais reivindicadores de direitos: negros, homossexuais, ambientalistas, feministas, etc).

i) Efeito de Sentidos no momento 3:

É possível compreender como são “emendadas” as pontas dos períodos históricos – onde os picos das mudanças radicais são espaçados por baixas de refluxo ou de “campanhas menores” – ligados diretamente com a situação política do

País. Vemos que o movimento social conseguiu sobreviver aos momentos de crise, independente de críticas vindas da mídia, das autoridades ou das classes dominantes.

j) O dito e o não dito (somente nos três slogans selecionados):

➤ **“Terra não se ganha, terra se conquista”**

O não dito seria uma referências às doações de grandes áreas, ocorridas em praticamente todos os governos anteriores, à grandes empresas e pessoas “simpatizantes” ao sistema repressivo e não democrático vivida pela sociedade. Frase pode querer dizer: “Não podemos esperar mais pelo repasse espontâneo do Governo ou dos latifundiários. Temos que lutar para conseguir a terra”

➤ **“Ocupar, Resistir, Produzir”**

“As terras estão ociosas, por isso temos que ocupá-las imediatamente e mostrar que podemos gerar riquezas mesmo recebendo pressões”

➤ **“Reforma Agrária: uma luta de todos”**

“A luta pela terra precisa contar com o apoio de toda a sociedade brasileira” ou “A luta não se faz somente no campo. Precisa ser debatida nas arenas públicas e no Legislativo”

k) Identificação do Silêncio Fundador:

Os dois primeiros slogans apresentam mais o implícito que o silêncio fundador. Já a terceira frase aponta uma contraposição aos preceitos colocados pela mídia e pela classe dominante: Ocupação x Invasão, Resistência x Guerrilha, Produção x Agricultura arcaica (não tecnificada)

I) Formação Discursiva: É possível identificar, por meio dos slogans, que os integrantes acreditam nas suas referências históricas, mesclando – paradoxalmente - ideais conservadores (absorvidos da Igreja), revolucionários (vindos das Ligas Camponesas) e socialistas (referências das revoluções marxista-leninistas históricas). São homens preparados para democratizar o campo mas que não conseguem discutir com seus filhos temas como homossexualismo, por exemplo.

3.5.4 ANÁLISE DIRECIONADA:

Neste segmento, buscamos desenvolver uma análise sucinta dos três principais lemas mais difundidos entre os Sem-Terra:

➤ **Terra não se ganha, terra se conquista**

Criada juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984, oficializado durante o 1º Encontro Nacional realizado em Cascavel (PR), o slogan reflete o pensamento básico do grupo: conquistar, por meio de pressão junto às autoridades, as terras griladas por latifundiários ou usadas imobilizadas por grupos econômicos como “reservas financeiras”, as chamadas terras improdutivas. A frase é simples e direta, mas com uma perspectiva inteligente no ponto de vista da recepção e aceitação do MST pela sociedade brasileira. A frase poderia ser, por exemplo, “vamos conquistar a terra (improdutiva, devoluta, mal utilizada, etc.)”, mostrando à população o motivo principal pelo qual passaram a existir. Com a primeira sentença “terra não se ganha”, ele também parecem responder a segunda pergunta óbvia para muitos brasileiros: “Ah, então vocês querem ganhar terra, querem de graça?”

Historicamente, a frase também critica as “doações” de imensos lotes repassados por governos anteriores – entre eles os militares (que se encerraram naquele mesmo ano, com o fim da era Figueiredo e a eleição de Tancredo Neves, que faleceu antes de ocupar o cargo de Presidente da República) – para empresários simpatizantes ou para pessoas jurídicas. Documentos do INCRA, apontam para extensas áreas distribuídas à loteadoras, mineradoras e até madeireiras, principalmente no centro-oeste e norte do País (no início a década de 70, a maior madeireira do mundo - a holandesa (!) Bruynzeel – comprou uma área equivalente a 70% da Holanda, nas regiões do Amapá e Marajó, por um preço inferior a 5% do valor de mercado. Na região amazônica do Alto Xingu, a norte-americana U.S.Steel - uma das três maiores mineradoras do mundo - mantinha uma mina de ferro estimada em 5 bilhões de toneladas (suficientes para exportações anuais de US\$ 200 milhões durante duzentos anos). Em levantamentos anteriores (1967), geólogos do Governo Federal cederam a área por considerá-la “sem valor econômico”).

A frase também aponta claramente uma amálgama de influências revolucionárias e religiosas, assimiladas na “pré-história” do MST (1978-1983). a palavra “terra” continua tendo uma conotação bíblica (dada por Deus aos homens para ser usada igualmente por eles). A condição dos sem-terra como indivíduo interpelado pela ideologia que impregna a vivência social, encaixa-se perfeitamente no “quadruplo sistema de interpelação” esboçado por Althusser (1987). Neste sistema, o sem-terra seria o “mau sujeito” porque não segue o “caminho” apontado pelo Aparelho Ideológico do Estado (AIE):

“Eles [os sujeitos] caminham por si mesmos na imensa maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos” que provocam a intervenção de um ou de outro setor do aparelho (repressivo) do Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha “por si”, isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos Ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIEs” (ALTHUSSER, 1983, p. 103)

O problema do slogan talvez estaria na palavra “conquista”, que ganha (na mente de muitas pessoas da sociedade) uma amplitude revolucionária, quase que guerrilheira. A palavra remete à exemplos históricos que aprendemos na escola – “conquista da América”, “conquista da África”, entre outros – e que não aparentam serem tão positivos como pensam as sociedades do primeiro mundo. Assim como as afirmações de Pêcheux (1991), podemos interpretar isso como a aparente movimentação intepretativa do homem diante dos fatos históricos.

➤ **Ocupar, Resistir, Produzir**

A frase apresenta três verbos não conjugados (todos no infinitivo), demonstrando também várias formulações livres e possíveis:

- Vamos Ocupar! (e resistir e produzir)
- É preciso resistir! (e ocupar e produzir)
- Queremos produzir! (e ocupar e resistir)

A mudança de “slogan” em 1989 (durante o 5º Encontro Nacional do MST) foi marcada por dois fatores. Primeiro o externo, onde o Governo Federal extinguiu o INCRA e o MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento), repassando os recursos para o Ministério da Agricultura. A reação foi imediata: em

apenas dois meses (entre agosto e setembro), ocorreram 33 ocupações em 13 estados, mobilizando cerca de 50 mil pessoas.

O segundo fator foi decorrente de discussões internas, principalmente ligadas ao esforço do movimento em difundir a ação de “ocupar” e não “invadir”. Quando alguém invade algo, já está subentendido que alguém entrou ilegalmente em algum lugar que não lhe pertence ou que é rigorosamente proibido (“o ladrão invadiu o domicílio” ou “torcedores invadiram o campo durante a partida final”). Quando se pensa em ocupação, deixa entendido que a ação – mesma ofensiva ao detentor do espaço ou área – pode ter um respaldo legal na essência. Caberia a outras instâncias jurídicas, parlamentares ou internacionais a decisão sobre o caso (“o Iraque foi ocupado pelos EUA” ou “estudantes e professores ocuparam a Assembléia Legislativa e saem somente depois de fecharem acordo com o Governo” ou “os grevistas ocuparam a praça”).

O uso da palavra “Resistir” remete a uma oposição do “Atacar” (“MST não ataca, resiste”). A palavra também tem intenção de reforçar a afirmação dos MST sobre as ações “sem armas” e “descentralizadas” (os coordenadores dos sem terra, como João Pedro Stédile e Gilmar Mauro, sempre dizem não poderem controlar os militantes porque um movimento social não deve ter decisões tiradas de uma chefia ou um dirigente centralizador). Na tentativa de apontar um movimento sem vanguarda, sem “pontas-de-lança” atuando no comando revolucionário de um grupo heterogêneo, a ação os representantes do MST se refletem a hegemonia gramsciana, onde a conquista de um mundo em equilíbrio é obtido pela tomada do aparelho do Estado e se faz por meio da ocupação de “trincheiras” administrativas (escolas, Igrejas, fábricas, etc.), atuando como uma onda uniforme.

Enunciado todo também aponta para um combate contra o que Foucault chama de “sociedade disciplinar”, fabricante de indivíduos dóceis e úteis e que se perpetua pelos micropoderes: relação pai-filho, professor-aluno, homem-Igreja, etc (Foucault, 1979).

➤ **Reforma Agrária: uma luta de todos**

Criado durante o 3º Congresso Nacional em 1995, é considerado um dos principais lemas do MST. Apesar de omitir artigo e verbo (“A Reforma Agrária é uma luta de todos”), a frase está em ordem direta e aponta um momento onde o MST “pede” à população brasileira que participe da mobilização, onde a percepção dos espaços públicos arendtianos parecem ganhar espaço dentro das ações do grupo. Em uma de suas pesquisas, Roseli Caldart consegue pontuar o momento histórico de tal slogan:

“Abrir-se à sociedade quis dizer especificamente levar a Reforma Agrária para as cidades, a partir de uma compreensão de que embora ela seja uma luta a ser conduzida pelos próprios trabalhadores da terra, esta é também uma luta que diz respeito ao conjunto da sociedade e por ela deve ser assumida. *Reforma Agrária, uma luta que se faz no campo, mas que se decide na cidade.*” [o destaque é da própria autora] (CALDART, 2000, p. 33)

Para adentrarem com as manifestações pela Reforma Agrária nas cidades, os sem-terra passam a integrar as mobilizações urbanas, participando de greves, reuniões sindicais, protestos de mutuários da casa própria e de sem-teto, entre outros. Já não era necessária somente a luta pela terra, era preciso lutar contra a opressão, contra o desemprego, contra o neoliberalismo e contra as mazelas

provocadas pelo capitalismo voraz (25 milhões de miseráveis era a média apontada pelos levantamentos da época. Hoje temos cerca de 35 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza).

Começam as mobilizações em conjunto com grupo ambientalistas, como protestos contra a Lei de Patentes que tramitava no congresso nacional (mudanças na Legislação permitiriam que multinacionais registrassem produtos vegetais, abrindo as portas para a biopirataria e também para o monopólio de grandes empresas produtoras de sementes (como a Monsanto, por exemplo). Foi um ano de massacres: em 9 de agosto, 300 policiais tentaram desocupar a Fazenda Santa Elina em Corumbiara (sul de Rondônia), onde 514 famílias estavam acampadas. O saldo foi a morte de 9 sem-terra e dois policiais. Um dos mortos foi a menina Vanessa, de apenas 7 anos. Lembrando que no ano seguinte (17 de abril de 1996), outro massacre resultou em 19 mortos e 69 feridos em Carajás, no Pará. 1995 também foi ano de denúncias: o Jornal do MST divulgou uma reportagem destacando que R\$ 68,00 de cada R\$ 100,00 de ITR (Imposto Territorial Rural) eram sonegados pelos fazendeiros. O total recolhido em 1994 em todo o Brasil (R\$ 108 milhões) era equivalente ao que fora arrecadado em apenas um bairro de São Paulo. A dívida de 1.227 fazendeiros no Banco do Brasil era de R\$ 2,1 bilhões em 95.

O 3º Congresso Nacional foi realizado em Brasília (DF), onde reuniu 5,2 mil pessoas. Na carta final do encontro, foram determinados seis objetivos gerais que condizem com a nova visão do movimento. Resumidamente: 1-construir uma sociedade sem exploradores, 2-terra deve ser um bem de todos e deve estar a serviço da sociedade, 3-garantir de trabalho a todos, com justa distribuição de rendas e riqueza, 4-buscar igualdade de direitos sócio-econômicos, políticos e culturais, 5-difundir valores

humanistas nas relações sociais e 6-combater todas as formas de discriminação social e a participação igualitária da mulher.

Vemos aqui as discussões dos direitos à igualdade e também à diferença, expressadas e debatidas nas arenas públicas. Tais apontamentos estão nas análises de diversos autores (ARENDETT, 1992; LEFORT, 1983; GRAMSCI, 1985; entre outros). Percebemos que os sem-terra estão agora impregnados de uma visão mais abrangente dentro do contexto social. O MST passa a perceber as fissuras do Estado onde pode penetrar com seu discurso e atuar (tanto o movimento quanto cada um de seus integrantes) como sujeito da história. Diante de um espectro tão vasto como os sem-terra e suas ações, encerramos estas análises com a definição de sujeito feita por Orlandi (1999), que se enquadra diretamente o MST como agente da história brasileira:

“Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 1999, p.49).

REFERÊNCIA

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Grall, 1983.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **A História da Luta pela Terra e o MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática. Os limites do totalitarismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MARTINS, José S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MORISSAWA, Mistue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. Campinas: Ponte, 1999.
- _____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1991.
- POSSENTI, Sírio. **Os limites do Discurso. Ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- RUA, Maria das Graças. **A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1990.